

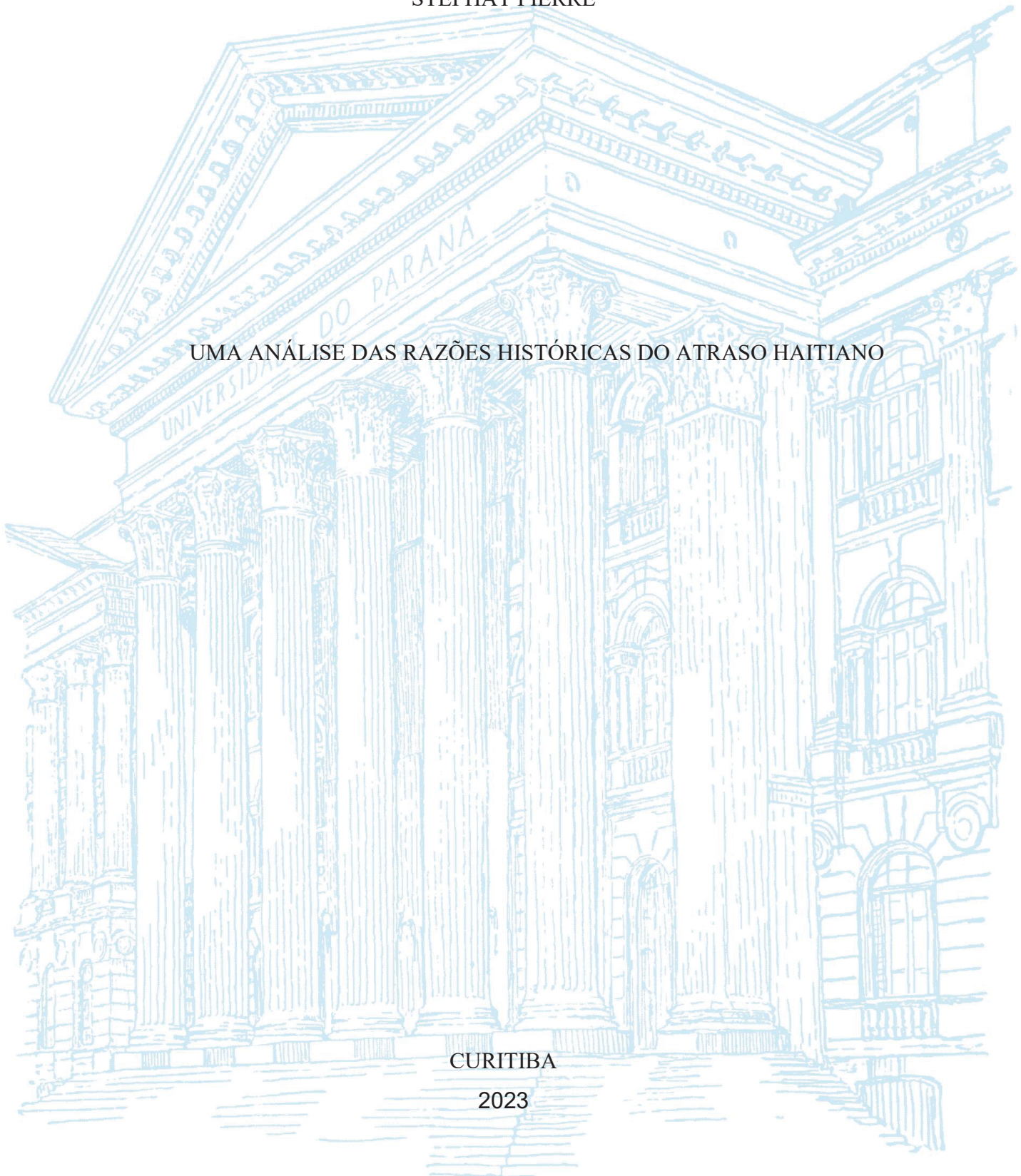
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

STEPHAT PIERRE

UMA ANÁLISE DAS RAZÕES HISTÓRICAS DO ATRASO HAITIANO

CURITIBA

2023



STEPHAT PIERRE

UMA ANÁLISE DAS RAZÕES HISTÓRICAS DO ATRASO HAITIANO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Pierre, Stephat

Uma análise das razões históricas do atraso haitiano / Stephat
Pierre. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto.

1. Política pública. 2. Haiti - História - Revolução, 1791-1804.
3. Colonização. 4. Pobreza. I. Dalto, Fabiano Abranches Silva.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três às 15:00 horas, na sala 01, Jitsi meet, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **STEPHAT PIERRE**, intitulada: **UMA ANÁLISE DA LUTA CONTRA AS INSTITUIÇÕES COLONIAIS NO HAITI**, sob orientação do Prof. Dr. FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), VIRGINIA LAURA FERNANDEZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA), LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: Trabalho aprovado com modificações. Entre elas, foi sugerido um novo título: Uma análise das razões históricas do atraso Haitiano.

CURITIBA, 18 de Outubro de 2023.

Assinatura Eletrônica

20/10/2023 11:07:59.0

FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/10/2023 09:44:58.0

VIRGINIA LAURA FERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

20/10/2023 09:20:47.0

LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **STEPHAT PIERRE** intitulada: **UMA ANÁLISE DA LUTA CONTRA AS INSTITUIÇÕES COLONIAIS NO HAITI**, sob orientação do Prof. Dr. FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Outubro de 2023.

Assinatura Eletrônica

20/10/2023 11:07:59.0

FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/10/2023 09:44:58.0

VIRGINIA LAURA FERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

20/10/2023 09:20:47.0

LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda a ciência, que me concedeu a oportunidade de trilhar esse caminho, dando-me coragem, força e perseverança para vencer cada desafio vivenciado. Mostrou-me mais uma vez que, independentemente das circunstâncias, os que esperam no Senhor renovam as suas forças, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam

Agradeço imensamente o meu orientador Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto pelo seu entusiasmo, seu envolvimento e sua disponibilidade desde o início do meu projeto de pesquisa até o final. Agradeço também aos meus avaliadores da banca de defesa, professores Luis Claudio e Virginia Laura Fernandez que concederam seu valioso tempo para ler a minha dissertação, fazendo correções e comentários significativos, que enriqueceram o meu trabalho.

Devo minha gratidão à Universidade Federal do Paraná (UFPR), que viabilizou a concretização deste sonho. Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (4P), especialmente a todos os professores Da linha de pesquisa EPENGG pelos seus trabalhos pertinentes que eles estão realizados.

Um agradecimento muito especial para meu amigo Carlos Alberto Ramos por ter me dado conhecimento do programa.

RESUMO

O Haiti foi o primeiro país da América Latina e o segundo do continente americano a conquistar sua independência por meio da Revolução Haitiana. Essa revolução era única no mundo por ser antiescravagista, antissegregacionista e antirracista. Apesar disso, mais de dois séculos depois, o país ainda não se livrou da dominação estrangeira e continua atrasado em aspectos socioeconômicos e estruturais, como a pobreza, instabilidade política, desastres naturais recorrentes e infraestrutura insuficiente. Esses fatores explicam a pobreza generalizada e o desenvolvimento econômico limitado do Haiti. O índice de pobreza no país é alto e grande parte da população vive em condições de vida precárias, com acesso limitado a serviços básicos. Neste trabalho, buscamos mostrar que o Haiti de uma colônia rica e próspera se converteu em um dos países mais pobres do mundo, fruto de um sistema de dominação estrangeira que continuou por outros mecanismos do que aqueles tradicionais do colonialismo.

Palavras-chave: Haiti; Revolução Haitiana; Pobreza; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Haiti was the first country in Latin America and the second on the American continent to gain its independence through the Haitian Revolution. This revolution was unique in the world as it was an anti-slavery, anti-segregationist, and anti-racial revolution. More than two centuries later, the country has faced several socio-economic and structural challenges, such as poverty, political instability, recurrent natural disasters, insufficient infrastructure, and foreign domination. These factors have contributed to widespread poverty and limited economic development in Haiti. The poverty rate in the country is high and a large part of the population lives in precarious conditions, with limited access to basic services. In this work, we aimed to understand why Haiti was the richest and most prosperous colony to become one of the poorest countries in the world, the result of a system of foreign domination that continued through other mechanisms than those traditional to colonialism.

Keywords: Haiti; Haitian Revolution; Poverty; Public Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB real em % do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Haiti em dólares americanos	54
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB per capita em % do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Haiti (1960 - 1986).....	55
Gráfico 3 – PIB per capita do Brasil, República Dominicana, Haiti, Honduras e Uruguai (2020-2022)	67
Gráfico 4 – Taxa do crescimento do PIB per capita em % do Brasil, Uruguai, República Dominicana, Haiti e Honduras	68
Gráfico 5 – PIB do Haiti, Uruguai, República Dominicana e Honduras.....	69
Gráfico 6 – Taxa de crescimento econômico, Haiti, Uruguai, República Dominicana, Honduras (2020 – 2022)	70
Gráfico 7 – Desvalorização da moeda haitiana (2013 - 2023)	72
Gráfico 8 – Contribuição dos setores na economia haitiana em %	78
Gráfico 9 – Exportações e Importações no Haiti (2000 – 2021)	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População, localização, fabricações e exportações em volume.....	28
Tabela 2 – PIB real e PIB per capita do Brasil, Uruguai, República Dominicana, Honduras e Haiti (1960 – 1986 em dólares americanos)	54
Tabela 3 – IDH, Haiti, Brasil, Uruguai, República Dominicana, Honduras	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 HISTÓRIA DO HAITI	13
2.1 PERÍODO COLONIAL (1492 – 1789).....	13
2.1.1 Colonial espanhol	13
2.1.2 Colonial francês	16
2.2 PERÍODO REVOLUCIONÁRIO (1789 – 1804)	20
2.3 PERÍODO NACIONAL (1804 – AGORA).....	30
3 A TEORIA DECOLONIAL E PÓS INDEPENDÊNCIA NO HAITI	33
3.2 A INDENIZAÇÃO DO HAITI PELA FRANÇA (DÍVIDA DA INDEPENDÊNCIA)	40
3.3 A OCUPAÇÃO AMERICANA (1915 – 1934)	45
3.4 O PERÍODO DITATORIAL NO HAITI (1957 – 1986)	51
3.5 DÉCADA DE 1980 NO HAITI E A CRISE DA DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA	57
4 O ATRASO ESTRUTURAL E A FRAGILIDADE CRÔNICA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS	62
3.1 A FRAGILIDADE DA ECONOMIA HAITIANA	65
3.1.1 Os setores da economia haitiana	74
5 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Localizado na América Latina, mais precisamente no mar do Caribe, o Haiti possui uma localização geográfica de destaque, pois está situado entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Essa circunstância facilita a circulação de mercadorias por meio de rotas de navegação, o que permitiu iniciar um ciclo permanente de expansão do modelo capitalista. Com isso, é possível compreender porque, a partir de 1492, a região passou a ser foco de grandes disputas entre as potências europeias pelo seu domínio. A região caribenha tornou-se um espaço estratégico para a consolidação do sistema capitalista como um sistema do mundo, vinculada com a expropriação de terras, apropriação de recursos naturais, exploração e comércio de trabalho escravo (Nau, 2018). Esse cenário foi instaurado em 1492, com a chegada dos europeus no mar do Caribe.

Desde então, o destino do país caribenho mudou, pois a escravidão foi implementada no país. Os nativos da terra foram substituídos por escravos negros do continente africano. A escravidão da população africana foi uma maneira lucrativa que os europeus encontraram para suprir a mão de obra no Haiti, porque não precisavam pagar salários. Isso permitia que eles reduzissem significativamente os custos de produção em comparação com sistemas baseados em trabalho assalariado, (James, 2000). Os escravos foram usados nas plantações agrícolas e mineração. A disponibilidade de uma mão de obra abundante e barata permitia a exploração intensiva desses recursos, resultando em maiores lucros para os proprietários.

Houve vários momentos de grandes sublevações por parte dos povos originários contra a invasão de seus territórios e a escravidão, bem como por parte dos escravizados trazidos da África. Essas revoltas contra a dominação/exploração colocaram o Haiti na vanguarda em relação às independências que ocorreram no restante da América Latina (James, 2000).

A Revolução Haitiana de 1804 é, sem dúvidas, uma das maiores revoluções da história da humanidade. É, ao mesmo tempo, anticolonialista, antissegregacionista e antiescravagista, o que a torna única no mundo (Soukar, 2008). Os escravos de São Domingos deram sentido à noção de dignidade da pessoa humana como dimensão ontológica dos direitos humanos. Como os escravos negros foram considerados animais selvagens, bens móveis, ignorantes, capazes de acabar com um sistema de exploração

baseado na escravidão ao derrotar a maior potência colonial da época, o exército – o mais poderoso do mundo? A vitória dos escravos de São Domingos sobre o exército de Napoleão constitui uma ruptura epistemológica, um colapso de todo um sistema de pensamento dominante que prevaleceu no mundo ocidental durante séculos, e assim nasceu o primeiro país negro do mundo.

Identificar os desafios enfrentados no período pós-revolução é fundamental para destacar as dificuldades enfrentadas pela República do Haiti ao tentar manter seus princípios revolucionários, incluindo a efetiva abolição da escravatura. Além disso, nos permite compreender como a falta de reconhecimento da Revolução Haitiana por regimes imperialistas vizinhos desempenhou um papel significativo nesses desafios pós-revolucionários. Em parte, isso revela a existência de formas de racismo sistêmico que afetam os princípios revolucionários modernos.

Atualmente, o Haiti é o país mais pobre da América Latina e do Caribe e um dos países mais pobres do mundo. Porém, há dois séculos, era uma das colônias mais ricas do mundo (James, 2000). Objetivos principais deste trabalho é buscar a entender: Por que o Haiti, que era umas das colônias mais ricas do mundo, se converteu em um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre da América Latina e do Caribe? E como o primeiro país da América latina que aboliu a sistema de dominação estrangeira em seu território (escravagista), por que esse sistema de dominação estrangeira que continuou por outros mecanismos do que aqueles tradicionais do colonialismo? Para esclarecer essa resposta, dividimos o trabalho em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, encontramos esta introdução. No segundo capítulo, analisamos a história do país a partir da chegada dos europeus no Haiti. O Capítulo 2 foi dividido em três períodos para melhor compreensão. O primeiro, caracterizado como o **período colonial de 1492 a 1789**, aborda o início da exploração dos homens brancos contra os indígenas e os homens negros. Essa nova camada dominante da população europeia, quase que exclusivamente espanhola, era originalmente formada pelos conquistadores e religiosos, que também experimentaram um declínio rápido. Por meio dos Tratados de Ryswick, assinados em 20 de setembro de 1697, em Ryswick, a Espanha reconheceu a soberania da França sobre a parte ocidental da ilha (James, 2000). Assim, o controle total de uma parcela da ilha pela França trouxe resultados para o capitalismo francês. Em 1743, a produção de São Domingos supera a de todas as Índias Ocidentais e,

por volta de 1776, esse pequeno território fornecia quase a metade da produção mundial de açúcar. Além disso, a manufatura e o comércio coloniais trouxeram mais riqueza para a França do que toda a América Espanhola para a Espanha (Castor, 1998; Madiou, 1981).

O segundo período, o **período revolucionário de 1789 até 1804**, marca um momento crucial na história do Haiti. A Revolução Haitiana, ocorrida entre 1789 e 1804, foi a primeira e única revolta de escravos bem-sucedida na história das Américas e levou à independência do Haiti, tornando-o a primeira nação negra livre do continente (James, 2000). A revolução foi impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo a brutalidade da escravidão, as ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa e o desejo da população escrava por liberdade e autogoverno. A revolta começou em 1791, quando escravos africanos na colônia francesa de São Domingos (que, mais tarde, se tornaria o Haiti) pegaram em armas contra seus senhores brancos (James, 2000). O líder mais proeminente da revolução foi Toussaint Louverture, um ex-escravo que organizou e liderou os rebeldes. Sob sua liderança, os rebeldes derrotaram as forças europeias. Louverture e seus seguidores aboliram a escravidão no Haiti e promoveram uma visão de igualdade racial e liberdade para todos os habitantes da ilha (James, 2000). No entanto, o período revolucionário também foi marcado por violência e instabilidade política. Após a captura e deportação de Toussaint Louverture pelas forças francesas em 1802, Jean-Jacques Dessalines tornou-se o líder da revolução. Em 1804, Dessalines proclamou a independência do Haiti e se tornou o primeiro governante do país (James, 2000).

Por fim, em relação ao **período nacional de 1804**, destaca-se que, apesar da independência, o Haiti enfrentou muitos desafios após a revolução. O país sofreu isolamento diplomático e econômico pelas potências coloniais e teve que pagar uma indenização à França por perdas patrimoniais e trabalhistas devido à abolição da escravatura. Esses fatores contribuíram para a pobreza e instabilidade política no Haiti, problemas que persistem até hoje.

No terceiro quarto abordamos que é a teoria decolonial e pós independência no Haiti. A teoria decolonial que foi formulado por autores latino americano e caribe servira base para analisar este trabalho, porque o Haiti enfrentou muitos desafios socioeconômicos e estruturais, como corrupção, instabilidade política, influências estrangeiras, desastres naturais recorrentes, ausência de políticas públicas e infraestrutura insuficiente. Esses fatores contribuíram para a pobreza generalizada e desenvolvimento

econômico limitado. O índice de pobreza no Haiti é alto e grande parte da população vive em condições de vida precárias, com acesso limitado a serviços básicos como educação, saúde e água potável (PNUD, 2022).

As consequências da pobreza estão relacionadas, entre outras coisas, à ausência de um crescimento econômico real, sustentável, sustentado e inclusivo que reconheça os direitos humanos. Por isso, para entender a fragilidade da economia haitiana no desenvolvimento deste trabalho, trouxemos informações sobre a economia do país por meio de gráficos e tabelas.

O capítulo quatro que relata sobre a economia e a balança de pagamento no Haiti. Nele, trouxemos um panorama sobre a situação econômica do país, as informações sobre a relações comerciais do Haiti com os diferentes países do mundo e, por meio de dados macroeconômicos, mostramos a precariedade da economia haitiana com base em dados sobre a pobreza, inflação e degradação da moeda, além da dificuldade de implementar políticas públicas.

A população haitiana viveu até o final da década de 60 em um ambiente predominantemente agrícola, baseado em pequenas propriedades camponesas com baixa produtividade. A economia urbana permaneceu raquítica e ligada ao comércio internacional, baixa em volume, valor e participação relativa do produto interno bruto (PIB). A tentativa de modernização, iniciada no início dos anos 1970, não rendeu os resultados esperados, e a industrialização permaneceu relativamente fraca, desacelerada em parte por uma agricultura que se revelou incapaz de satisfazer a procura urbana (Furtado, 1970).

A pobreza, neste trabalho, é definida quando uma pessoa não tem renda ou consumo suficiente para colocá-la acima de um limite mínimo adequado, ou seja, significa a privatização de acesso às necessidades básicas. Segundo Amartya Sen (2003), “[...] é correto considerar a pobreza como uma privação de base em vez de simplesmente como baixa renda [...]”, com capacidades sendo definidas “[...] em termos de liberdades substanciais que permitem a um indivíduo levar o tipo de vida que ele tem direito a desejar”. No Haiti 85% da população se encontrar na fixar da linha de pobreza com uma renda menos dois dólares americano por dia, essa condição colocar uma barreira para a população a respeito de direito desejar.

O PNUD (1997) também se refere à pobreza como a incapacidade das pessoas de viver uma vida tolerável. Entre os aspectos que compõem uma vida tolerável, o PNUD menciona levar uma vida longa e saudável, ter educação e um padrão de vida digno, além de outros elementos como liberdade política, respeito pelos direitos humanos, segurança pessoal, acesso ao trabalho produtivo e bem pago e participação na vida da comunidade. Como o Haiti tem uma história marcada por instabilidade política e golpes de estado. A falta de estabilidade política pode criar um ambiente propício para a insegurança, isso afetar o padrão de vida da população do país e criar acesso à educação e serviços de saúde e o bem estar da população haitiana.

A pobreza também pode resultar da exclusão social, mas, muitas vezes, a maioria das vítimas tem relação com o sexo, idade ou etnia. Diversos estudos mostram algo que podemos observar em nossa realidade mais próxima e que comentaremos mais adiante. A taxa de vulnerabilidade e de exclusão social das mulheres é mais elevada quando comparada à taxa dos homens, em quase todas as categorias ou tipologias que podemos construir (Subirats; Parés; Blanco, 2016). A desigualdade de gênero é uma questão persistente no Haiti. As mulheres muitas vezes têm acesso limitado a recursos, oportunidades de educação e emprego, o que contribui para sua maior vulnerabilidade à pobreza.

Por fim, o quinto capítulo consiste na conclusão do trabalho, demonstrando nossos resultados e compreensão sobre os achados. A pobreza no Haiti é um problema persistente e complexo que atormenta o país há décadas, tornando-o uma das nações mais pobres do Hemisfério Ocidental.

No resultado deste trabalho, encontramos cinco fatores pertinentes que contribuem para o subdesenvolvimento do Haiti, que podem ser divididos em dois ciclos. O primeiro compreende o período de 1805 a 1934 e inclui três fatores, que são: i) o bloqueio econômico imposto contra o Haiti em 1805 após a sua independência; ii) a indenização imposta pela França em colaboração com a comunidade internacional; e iii) a ocupação dos Estados Unidos no Haiti. O segundo compreende o período de 1957 até agora e inclui dois fatores: i) a ditadura haitiana em 1957, e ii) os ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Haiti. Segundo o nosso entendimento, a soma desses fatores resulta no Haiti que temos atualmente. Um país considerado como um dos

mais pobres do mundo e o mais pobre da América Latina, de acordo com dados macroeconômicos que encontraremos no desenvolvimento deste trabalho.

A metodologia utilizada para conduzir este estudo foi um procedimento quanti e qualitativo com o levantamento dos dados secundários no site do Banco Mundial, PNUD, IHSI – *Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique*, BNC – *Banque Nationale de Crédit* e um levantamento de livros, teses e artigos científicos relacionados ao contexto social do Haiti e também com as matérias do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. Além disso, foram utilizados documentos do Governo do Haiti e da Organização das Nações Unidas (ONU).

2 HISTÓRIA DO HAITI

Para entender melhor este capítulo, dividimos a história do Haiti em três períodos: 1) período colonial de 1492 a 1789; 2) período revolucionário de 1789 a 1804; e 3) período nacional de 1804 até agora.

2.1 PERÍODO COLONIAL (1492 – 1789)

Segundo Jean-Philippe Garran (2018), a ilha do Haiti representa, depois de Cuba, a maior ilha do arquipélago das Antilhas. Localizada ao norte do arco caribenho, a ilha foi dividida em 1844 em duas repúblicas independentes: a República do Haiti (27.750 km²), que cobre sua parte ocidental, e a República Dominicana (48.400 km²), que cobre sua parte oriental. A ilha do Haiti tem um passado muito conturbado, marcado essencialmente pelo fato colonial e pelo genocídio das populações indígenas (Garran, 2018). Antes de 1492, a ilha era habitada por populações indígenas.

2.1.1 Colonial espanhol

Cristóvão Colombo descobriu a Ilha do Haiti no dia 4 de dezembro de 1492 e a chamou de “Ilha Hispanhola”. Esta região era habitada pelos taínos, que chamavam sua ilha de Kiskeya ou Ayiti. Os espanhóis estabeleceram um sistema social monárquico que dividiu o território em cinco reinos distintos: Mágoa no Nordeste, Marien no Noroeste, Xaragua no Sudoeste, Maguana no centro e Higüey no Sudeste. Com a chegada dos espanhóis na ilha, eles se apropriaram dos indígenas, das suas terras e suas riquezas. Os espanhóis escravizaram os nativos, que estavam confusos sob o termo genérico de “índios”, os converteram à fé cristã e os forçaram a trabalhar nas minas para extração de ouro e nos campos para produzir. O contato com os europeus foi fatal para os taínos, que eram os primeiros habitantes da ilha (Madiou, 1988¹).

¹ Thomas Madiou foi um historiador haitiano. Sua obra “Histoire d'Haïti” é a primeira história completa do Haiti de 1492 a 1846. É considerada um dos documentos mais valiosos da história e da literatura haitiana.

Figura - 1 Ilha do Haiti (1492 – 1697). Tempo da colônia espanhol



Fonte (Madiou, 1988)

Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez em terras do Novo Mundo na ilha de São Salvador e, após louvar a Deus, saiu à procura de ouro. Os nativos índios de pele vermelha, eram pacíficos e amistosos e indicaram-lhe o Haiti, uma grande ilha, rica diziam do metal amarelo. Ele navegou para o Haiti. Quando um de seus navios naufragou, os índios dali ajudaram-no de tão boa vontade que muito pouco foi perdido e, dos artigos que levaram até a praia, nenhum foi roubado. Os espanhóis, povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha, a qual chamaram de Hispaniola, e tomaram os seus primitivos habitantes sob a sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado das minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão ou talvez um milhão para sessenta mil em quinze anos. (James, 2000, p. 19).

No entanto, a presença dos espanhóis na ilha e as relações com os taínos foram tensas desde o início, e os colonos espanhóis subjugaram e escravizaram muitos taínos.

Christopher Columbus landed on the island during his first voyage, in 1492. The indigenous Taino seem to have called it Ayiti, but Columbus gave it a new name: La Española. On the northwest coast of the island, Columbus left behind a small group of sailors in the care of a local Taino chief. He returned the following year to find the settlement abandoned and destroyed, with most of those he had left behind buried nearby. The chief he had entrusted with his men claimed that a group of Caribs from another island had attacked and he had been powerless to defend the Spaniards. It is more likely that (not for the last time) the initial peace between Europeans and the indigenous peoples had devolved into violence. (Dubois, 2004, p. 13).

Segundo James (2000), os espanhóis começaram a explorar a ilha e ali estabeleceram colônias, principalmente em La Isabela e São Domingos. Eles foram atraídos pelos recursos naturais da ilha, incluindo ouro e especiarias, bem como pela oportunidade de estabelecer uma presença estratégica na região do Caribe. Com o passar

do tempo, os espanhóis passaram a explorar mais intensamente os recursos da ilha, impondo um sistema de trabalho forçado aos taínos.

A descoberta da ilha de Ayiti pelos espanhóis foi marcada pela implementação de um verdadeiro império colonial espanhol na América, com Hispaniola como sua capital. Esse período também foi marcado pela redução da escravidão dos índios, que foram submetidos a uma exploração feroz nas minas, sob o pretexto de convertê-los em Cristandade (Blancpain, 1953). Em menos de um século, essas pessoas pacíficas foram quase que completamente dizimadas por trabalhos forçados, guerras e doenças importadas da Europa.

A mobilização da mão de obra indiana na produção de ouro afetou negativamente a agricultura tradicional baseada essencialmente em culturas alimentares, em particular a mandioca. Tal fato explica, em grande parte, os problemas alimentares que a colônia foi submetida, confrontando Blancpain (1953), até porque um dos métodos de resistência dos índios frente à dominação espanhola era a destruição sistemática das plantações.

Segundo Laurent Dubois (2004), o uso de escravos negros nas colônias espanholas do Ayiti (e em outras colônias espanholas na América Latina) remonta aos primeiros dias da colonização europeia da região no início do século XVI. Inicialmente, os espanhóis usaram trabalhadores nativos, mas sua população diminuiu rapidamente devido a doenças europeias e maus tratos por parte dos colonos. Os espanhóis começaram, então, a importar escravos africanos para substituir a mão de obra nativa.

Os escravos africanos eram vistos como uma fonte de trabalho mais barata e facilmente controlável em comparação aos trabalhadores nativos e colonos europeus. Além disso, a demanda por trabalhadores para cultivar plantações de cana-de-açúcar, tabaco e outras culturas lucrativas cresceu ao longo do tempo, e os africanos escravizados foram vistos como a solução mais prática para atender a essa demanda.

O tratamento brutal e desumano dos escravos africanos pelos colonos espanhóis durante a colonização da ilha Ayiti² é um fato histórico indiscutível. Os colonos espanhóis viam os escravos africanos como propriedade a ser explorada, usada e abusada como bem entendessem. Os escravos eram obrigados a trabalhar longas horas em condições difíceis, sem nenhuma proteção legal ou social, e submetidos a punições brutais por desobediência

² O antigo nome do Haiti.

ou resistência (Blancpain, 1953). Essa exploração brutal teve consequências dramáticas sobre a população indígena, que foi dizimada por doenças, violência e excesso de trabalho (Dubois, 2004).

Em resumo, os espanhóis descobriram o Haiti enquanto procuravam uma nova rota para as Índias Orientais e, posteriormente, estabeleceram colônias na ilha devido aos seus recursos naturais e importância estratégica na região do Caribe. No entanto, devido aos abusos e à exploração dos povos indígenas pelos colonizadores espanhóis, a população nativa foi drasticamente reduzida, o que levou à importação forçada de escravos africanos para trabalhar nas plantações e minas da ilha. Essa prática prosseguiu após a transferência do controle da ilha para os franceses no final do século XVII.

2.1.2 Colonial francês

A colonização francesa da ilha do Ayiti começou em 1630 com o estabelecimento de aventureiros franceses na Ilha da Tartaruga, noroeste de São Domingos. Moreau de Saint Mery (1796) descreve esses primeiros franceses como indivíduos bizarros que os espanhóis expulsaram da outra ilha do mar Caribe, como a ilha de Saint Christophe, e que se refugiaram na pequena ilha da Tartaruga, onde já tinham começado a se acomodar. Alguns anos depois, se estabeleceram em algumas áreas da parte ocidental da ilha grande do Ayiti, apesar das incessantes lutas travadas contra os espanhóis.

Após décadas de exploração e extermínio da população indígena e confrontos armados entre espanhóis, os franceses obrigaram a Espanha a ceder um terço da ilha à França após o Tratado de Ryswick³, em 1697 (Madiou, 1981; Saint Mery, 1784, 1875). Deixando o modo de vida nômade, os franceses procuraram estruturar, consolidar e, sobretudo, alargar o território da nova colônia em benefício dos burgueses e comerciantes metropolitanos (Madiou, 1981; Saint Méry, 1784, 1796).

³ É um acordo de paz assinado em 1697 entre a França e uma coalizão de potências europeias, encerrando a Guerra dos Nove Anos. O tratado reconhecia a legitimidade de Guilherme III de Orange como rei da Inglaterra, Escócia e Irlanda, e confirmava os termos do Tratado de Vestfália de 1648, que havia encerrado a Guerra dos Trinta Anos. Também reconheceu a anexação da Alsácia e Lorena por Luís XIV da França e estipulou que a Espanha manteria suas posses na Itália e na Holanda. O Tratado é significativo porque foi o primeiro tratado europeu no qual as partes negociaram diretamente, e não por meio de intermediários. Também estabeleceu um precedente no direito internacional ao reconhecer a soberania dos Estados e a necessidade de respeitar as fronteiras dos Estados (Madiou, 1981, p. 39).

Por meio dos Tratados de Ryswick, que foram assinados em 20 de setembro de 1697, em Ryswick, a Espanha reconheceu a soberania da França sobre a parte ocidental da ilha, onde viria a se estabelecer o território do Haiti atual. Esta parte da ilha, durante a primeira metade do século XVIII, contou com um extraordinário crescimento econômico baseado essencialmente na exploração da cana-de-açúcar e do sistema escravagista. Este *boom* econômico rendeu à ilha a designação de “Pérola das Antilhas” e “Joaia do império Bourbon colonial”. Graças à colônia de São Domingos (parte da ilha Ayiti), a França conseguiu equilibrar sua balança comercial na Europa e ocupar lugar de destaque entre as grandes potências coloniais. No entanto, a riqueza de São Domingos foi gerada por um sistema social enfraquecido por contradições de todos os tipos. Essas contradições levaram ao colapso da sociedade colonial no final do século XVIII (James, 2000).

Figura – 2 Ilha do Haiti pós 1492. Colonial francês



Fonte: (Madiou, 1988)

Com a presença dos cativos africanos transformados em escravos e mercadorias, e com base na lógica da exploração excessiva do homem pelo homem e o comércio triangular Europa – África – Américas, os franceses transformaram o terço ocidental da ilha em campos agrícolas (Madiou, 1981; Saint Méry, 1796, 1875). A França transformou este espaço em uma típica colônia da capital mercantil. Os franceses, como técnicos da acumulação, deixaram seu país por constrangimentos econômicos, sociais, políticos e religiosos (Joachim, 1978; Madiou, 1981; Saint Méry, 1796). Eles começaram com pequenas fazendas de tabaco, índigo, cana-de-açúcar e algodão.

São Domingos, graças à qualidade de seus produtos, começou a atrair mais comerciantes europeus e franceses em particular. Benoit Joachim (1978, p. 11) destaca:

Comme les aristocraties et bourgeoisies d'Europe réclamaient de plus en plus des produits tropicaux, la classe capitaliste montante en France saute au

XVIIe siècle sur cette occasion d'accumuler de richesses. A cette époque de mercantilisme, elle commence par penser commercialisation des denrées exotiques destinées à plusieurs usages.

Espaços na colônia foram reservados para plantações, direitos exclusivos desses importantes produtos para o capital francês destinados a diversos usos (Madiou, 1981). A classe capitalista aproveitou o sistema de exclusividade segundo o qual as colônias existem exclusivamente para a metrópole. No caso de São Domingos, a França metropolitana tinha plenos poderes para explorá-la.

Para conseguir este aproveitamento ao máximo, plantar mercantil se beneficiou do financiamento de empresas metropolitanas (Casimir, 2001). Empresas europeias de transporte marítimo dedicaram-se ao tráfico negreiro para que os senhores de engenho pudessem aproveitar a mão de obra gratuita dos africanos transformados primeiro em cativos, depois em mercadorias e, por fim, em escravos. A monarquia da França acompanhou a colonização de São Domingos com seus próprios agentes: governador, intendente, oficiais régios, etc.

O código negro (*le code noir*⁴) foi criado para regularizar as condições de vida dos escravos africanos (Madiou, 1981). Os administradores coloniais controlavam a organização das plantações e estabeleceram o brutal regime de opressão baseado na discriminação racial e no processo de aculturação dos escravos (Dubois, 2009; Madiou, 1981).

Com o apoio das autoridades francesas, os colonos espalhados por fazendas tornaram-se cada vez maiores. O número de plantações em São Domingos aumentou a uma velocidade incrível. Entre 1700 e 1704, o número de plantações aumentou de 18 para 120 em toda a colônia, enquanto em 1758, apenas o norte de São Domingos tinha 288 plantações com refinarias de açúcar (Dubois, 2009). Os colonizadores franceses e seus parentes tornaram-se grandes proprietários de propriedades coloniais. Eles vieram para a América para fazer fortuna a fim de melhorar seu padrão de vida e retornar à França para desfrutar da riqueza recém-adquirida conquistada com o sangue e trabalho duro dos escravos africanos.

⁴ O “*Code Noir*” ou O código negro foi uma série de leis que regulavam a situação jurídica dos escravos nas colônias francesas, incluindo Saint-Domingue, atual Haiti, durante o período colonial. O *Code Noir* foi promulgado em 1685 pelo rei Luís XIV da França e vigorou até a abolição da escravatura em 1848. (Madiou, 1981, p. 33). <https://archive.org/details/lecodenoirouedi00fran/page/4/mode/2up>.

Para isso, primeiro foi necessário explorar e deteriorar as condições de vida dos cativos africanos que se transformaram em escravos. Nos primórdios da agricultura, escravos africanos e aprendizes brancos operavam as plantações. Nessa época, em 1687, a colônia tinha 4.411 brancos e 3.358 africanos. Mas, no século XVIII, os africanos tiveram de suportar todas as hostilidades lançadas contra eles em um sistema organizado de acordo com critérios raciais:

[...] les forces vives de la plantation étaient d'ascendance africaine. En 1700, la population asservie s'élevait à 9 082 individus alors que la population blanche avait baissé de plusieurs centaines. Quand les plantations proliférèrent, pendant les décennies suivantes, le nombre d'esclaves augmenta spectaculairement; au milieu du siècle, il y avait près de 150 000 esclaves et moins de 14 000 blancs, et à l'aube de la Révolution la population de la colonie comptait 90% d'esclaves. (Dubois, 2009, p. 42).

O sistema realmente trouxe resultados para o capitalismo francês. Em 1743, a produção de São Domingos superou o de todas as Índias Ocidentais e, por volta de 1776, esse pequeno território fornecia quase a metade da produção mundial de açúcar. Além disso, a manufatura e o comércio coloniais trouxeram mais riqueza para a França do que toda a América Espanhola para a Espanha (Castor, 1998; Madiou, 1981). A fábrica funcionou graças às grandes fazendas. Apesar de tudo, há oposição de interesses por um lado entre colônia e metrópole, comerciantes e grandes fazendeiros brancos. Por outro lado, havia oposição ou luta de classes entre grandes e pequenos brancos, mulatos e negros livres.

Segundo Manigat (1991), a colonização desempenhou um papel importante na formação da história mundial, moldando as relações internacionais, as estruturas políticas, econômicas e sociais de muitos países. Compreender a colonização ajuda a entender melhor as raízes de muitos problemas e conflitos atuais. Nesse sentido, é muito pertinente para compreender os períodos de colonização no Haiti, baseados na escravidão e na exploração econômica e desequilíbrio social. Abordar essa história econômica fornece uma compreensão dos desafios que o Haiti enfrenta hoje, como a pobreza, instabilidade política e desigualdade social.

Mais que dois séculos passados, as heranças desse sistema colonial são bem claras no Haiti, um país onde a maioria das pessoas é negra, mais precisamente 94%, enquanto 6% é composta por pessoas de pele branca. Por sua vez, 65% da economia é controlada por pessoas brancas (IHSI, 2019). A burguesia haitiana tem o monopólio do mercado

local, controlando os meios de produção, os bancos e influenciando os poderes públicos. Dessa forma, muitas delas não pagam imposto porque também controlam os pontos de entrada e saída das mercadorias (livre de direitos alfandegários).

Dessa forma, contribuem para a destruição da produção nacional do país pois estão utilizando uma política de importação de produtos estrangeiros, e não investindo na produção local. Segundo o historiador Soukar (2015), a burguesia haitiana é uma das burguesias mais absurdas e mais bárbaras do mundo. Por meio do Índice de GINI, os dados do Banco Mundial (2016) mostram que o Haiti faz parte dos países mais desiguais do mundo, com índices de 59,5 em 2001 e 41,1 em 2012.

Além da parcela mínima do Haiti composta por pessoas brancas ter o monopólio da economia, destaca-se que o dinheiro que ganham no país não foi reinvestido, mas sim colocado em bancos estrangeiros da Europa ou da América do Norte (Soukar, 2015). Tal fato é derivado do sistema colonial. No período colonial, segundo James (2000), os colonos franceses ou espanhóis exploraram os escravos por meio do sistema escravagista para responder às necessidades dos seus países de origem, ou seja, para enriquecer os países colonizadores, e colocaram leis para fortalecer o sistema. Decorridos mais de dois séculos, estamos vivendo quase a mesma realidade no Haiti. Não existe a mesma exploração e as condições do sistema escravagista, mas conseguimos encontrar a derivada delas no sistema capitalista haitiano; um grupo de pessoas brancas de origem estrangeira tem o monopólio da economia, e o dinheiro foi colocado em bancos estrangeiros de seus países de origens. O funcionamento do sistema capitalista no Haiti é um dos mais arbitrários do mundo.

2.2 PERÍODO REVOLUCIONÁRIO (1789 – 1804)

O peso demográfico dos escravos negros e seu ódio contra o sistema da opressão racial complicou as oposições de classes com revoltas antiescravagistas. Paralelo à ideia da Revolução Francesa de 1789, a revolta geral dos escravos levou à abolição da escravatura. A abolição da escravatura levou a uma grande crise e ao fim do império açucareiro. Contudo, é também o resultado do desperdício irracional e sabotagem da plantação, além dos maus tratos dos africanos escravizados. Finalmente, houve a estagnação técnica e o bloqueio da especialização da divisão do trabalho (Manigat, 2003).

Assim, no quadro das rebeliões que tomavam a colônia de São Domingos, instaurou-se um movimento de negros e mulatos que se uniram para lutar pela independência. A chamada Revolução Haitiana iniciou-se nos primórdios da década de 1789 e, em 1804, o movimento já havia conquistado a emancipação da colônia por meio de uma aliança com os colonos franceses republicanos. A derrota final do exército imperial francês se deu em 1804 – após quase uma década de massacres e conflitos sangrentos –, sendo considerada a data da conquista da independência (Dubois, 2004).

No período de 1791 a 1800, sob a liderança de Toussaint L'Ouverture⁵, o movimento pela independência haitiana conseguiu vencer os franceses, os espanhóis e os ingleses. Em meados da década de 1790, Toussaint tornou-se o comandante-chefe de todas as forças rebeldes em São Domingos. A partir desta posição, desafiou a França ao tentar criar um Estado autônomo, livre da influência europeia – apesar de dizer-se um aliado francês desde 1794, quando foi anunciada a abolição da escravatura em todas as colônias francesas pelo Decreto de 4 de fevereiro. Em 1801, Toussaint comandava a ilha de Hispaniola, após ter conquistado o porto espanhol de São Domingos e proclamou-se governador de São Domingos (Geggus, 2002).

É importante lembrar que todo esse período foi travado por batalhas pela independência:

Os franceses arquitetaram uma estratégia tão simples quanto fria: o extermínio de toda a população masculina adulta do Haiti. Raciocinando que um escravo rebelde nunca poderia ser efetivamente retornado à escravidão, o plano exigia o repovoamento da ilha com novos escravos africanos e retomando a produção e exportação agrícola. O resultado foi uma campanha genocida que viu os dois lados buscando a aniquilação total do outro através de massacres, táticas de terra queimada e atos de escalada de terror. (Phillips, 2008, p. 3).

Anthony Phillips (2008, p. 3) ilustra o triunfo das forças rebeldes:

⁵ Toussaint L'Ouverture era um antigo escravizado letrado, já livre em 1791 (momento em que a Revolução eclodiu), que começou a assumir a liderança ao enviar cartas aos escravos em todo o Haiti para se apresentarem à batalha (Kee, 2015). Em 1793, Toussaint emergiu como um líder forte e capaz de unir todos sob o mesmo objetivo de conquistar a independência e, conseqüentemente, direitos. Para Paul C. Mocombe (2010) e David Patrick Geggus (2002), ao emergir como um comandante dentro do exército rebelde de escravos negros liderados por Georges Biassou e Jean-François, Toussaint provou-se capaz de organizar massas de escravos e mulatos ao mesmo tempo em que mantinha boas relações com os brancos colonizadores. Ele havia sido criado dentro dos costumes brancos, liberto antes do começo da Revolução e podia, inclusive, ler em francês. Por outro lado, mostrou-se fiel à causa da independência e abolição, mesmo quando a França ofereceu anistia aos insurgentes na tentativa de suprimir a revolução e impossibilitar a independência.

A vitória decisiva do Haiti aconteceu em novembro de 1803. Uma força expedicionária francesa, liderada pelo cunhado de Napoleão, o general Leclerc, na maior frota naval que já partiu para as Américas, foi derrotada na batalha de Vertieres. Dos 33.000 soldados franceses sob o comando de Leclerc, 30.000 morreram de doença tropical ou ação inimiga. Perdas francesas no Haiti no período 1801-1803 ultrapassaram os 52.000. Durante o mesmo período, as forças haitianas também resistiram com sucesso às invasões de forças britânicas e espanholas que tentavam capitalizar a revolução.

Com a abolição da escravatura, a administração colonial queria manter o mesmo sistema de grandes plantações de açúcar, mas em novas relações sociais de produção entre grandes proprietários de terras e ex-escravos. Por isso, as autoridades da França metropolitana enviaram comissões com a tarefa de tomar as primeiras decisões para mudar as relações de produção na colônia. As comissões mais importantes, nomeadas por Luís XVI em 3 de junho de 1792, após uma insurreição dos negros da ilha, incluem três membros: Ailhaud, Léger-Félicité Sonthonax (advogada, defensora da causa dos negros) e Etienne Polverel. Inicialmente, a comissão reconheceu a existência de duas classes em São Domingos: homens livres (alguns ou a cor da pele) e escravos. Em seguida, proclamou a emancipação dos negros em 29 de agosto de 1793 (França, 1793). As primeiras disposições queriam que o sistema escravista se transformasse num sistema feudal em que haveria relações servis entre proprietários de terras (ex-senhores) e antigos escravos. Portanto, a fim de salvaguardar a colônia, em 3 de setembro de 1793, Etienne Polverel escreveu a seu colega Léger Félicité Sonthonax:

Quelle prospérité peut-on espérer sans travail? Et quel travail peut-on atteindre des esclaves devenus libres, si vous n'avez pas commencé par leur faire sentir la nécessité en leur donnant des propriétés et en leur créant des jouissances qui jusqu'à présent leur étaient inconnues [...] (Castor, 1998, p. 24).

No dia seguinte, em 4 de setembro, Polverel fez assinar aos ex-escravos que não dissociavam a liberdade de propriedade. Ex-escravos sem propriedade ou com terço de propriedade em pousio, sem meios de colocá-los em produção ou sem meios para regenerar os que estão devastados foram obrigados a trabalhar nos domínios dos grandes latifundiários. Além disso, era isso que Sonthonax queria. Ele queria se recuperar do trabalho de ex-escravos, mas em novas relações de produção e outro sistema econômico. Porém, a grande maioria dos meios de produção continuava sendo propriedade de grandes

colonos plantadores. A partir daí, houve a coabitação das grandes e pequenas propriedades.

Nessa nova relação de produção, os ex-escravos viram-se forçados a vender sua força de trabalho para possuir um “lugar para morar” ou para comprar um terreno. O lugar para morar era um pedaço de terra de um grande proprietário legal, que explora sua propriedade para que reproduza sua força de trabalho. Os lugares para viver são características do sistema colonial feudal. Com os assentos para viver, houve um aumento de pequenas propriedades. Posteriormente, efeitos de longo alcance foram vistos na operação das fábricas, causando a queda produção agrícola e manufatureira.

Além da fragmentação das propriedades pelo fenômeno do lugar para morar, havia outras razões para esse declínio. Por um lado, os proprietários que dão suas terras em meação não estavam mais preocupados com a agricultura e a produção agrícola. Por outro lado, os produtores estavam muito mais interessados em sua trama do que em grandes propriedades. Em vez de continuar visando à industrialização ou grandes lavouras, as relações feudais ocuparam um lugar cada vez mais importante na produção.

Essas mudanças ocorridas tornaram São Domingos uma colônia com quase todas as características do sistema feudal de produção descrito por Marx. Este último escreve: “A linha mais característica da produção feudal em todos os países da Europa Ocidental, é a divisão do solo entre o maior número possível de senhores [...]” (Marx, 2013, p. 158). Em São Domingos, é essa característica que se torna a mais notável quando os grandes proprietários dão as grandes áreas de meação. A presença de meeiros em diferentes partes de uma mesma grande fazenda envolve pequena produção. Então, é a transição da grande produção manufatureira para a produção de subsistência.

Segundo a descrição de Marx do sistema feudal: “[...] do senhor feudal como qualquer outro soberano; seu poder dependia menos do tamanho de sua bolsa do que do número de súditos, ou seja, o número de camponeses estabelecidos em sua propriedade” (Marx, 2013, p. 158). Em São Domingos, não havia senhores adequados. Estes são os grandes plantadores e outros proprietários de grandes propriedades que desempenharam esse papel enquanto os ex-escravos jogam o dos servos.

Nessa relação de trabalho, o castigo corporal contra os escravos não era mais necessário. Mas a metrópole e a colônia ainda persistiam, apesar das dificuldades em

recomeçar realmente as fábricas. Isso implica que, no início, a revolta escrava não era anticolonial. Ela não era mais anticapitalista (Doubout, 1973).

De fato, no período que se seguiu à revolta escrava, o modo de produção era bastante feudal. Este sistema representou um bloqueio para a exploração excessiva dos trabalhadores e o desenvolvimento do capital francês. No entanto, a revolução estava acontecendo e transformando o sistema colonialista de cabeça para baixo como um todo, até a declaração de independência do novo estado com o nome de Haiti, em 1º de janeiro de 1804. Com a independência, o país se viu na tentativa de transição do feudalismo para o capitalismo sem a presença de colonos (Doubout, 1973).

Assim, após longos treze anos de luta contra o colonialismo e a escravidão, os rebeldes vitoriosos declararam a República do Haiti em 1º de janeiro de 1804. No mesmo dia, Jean-Jacques Dessalines renomeou a ilha com seu nome original Haiti ou Ayiti (terra montanhosa) – em memória aos taínos, povo nativo massacrado pelos espanhóis no início da colonização. Para Geggus (2002, p. 27), “[...] o novo nome do país significava, acima de tudo, uma ruptura simbólica com a Europa [...]” e a partir dali “[...] todos os brancos foram doravante proibidos de possuir terras no Haiti”. Em números, o custo humano da independência do Haiti chegou a 150.000 mortos, equivalente a 40% da população. “Somente 170.000 dos 425.000 [ex-]escravos permaneceram saudáveis o suficiente para trabalhar e contribuir para a reconstrução da economia do novo Estado” (Phillips, 2008, p. 3).

O Haiti entrou para a história ao se tornar a primeira república negra independente no mundo – o primeiro Estado moderno fundado e governado por negros –, o único Estado fundado e sustentado totalmente por indivíduos antes escravizados, que conquistaram sua liberdade pela luta armada, o primeiro país do mundo moderno a abolir a escravidão e a segunda república independente das Américas (Buck-Morss, 2009; Danner, 2010; Mocombe, 2010). Outro reconhecimento importante considerado por Marc Ferro (2005, p. 253) foi que, desde a independência do Haiti, conduzida por Toussaint L’Ouverture, “[...] as ilhas do Caribe forneceram os principais líderes afro-americanos do movimento pan-africano, como Marcus Garvey, George Padmore, o Padre Dubois; e do lado francês, Aimé Césaire, Frantz Fanon, e ainda outros engrandecedores da negritude”.

É digno de nota que não somente a revolução se revestiu de relevância histórica, – por ter demonstrado capacidade de agência e de vitória de indivíduos ex-escravizados

–, mas a Constituição aprovada em 1805, na sequência da independência, foi um instrumento de notado valor jurídico internacional, uma vez que consagrou o princípio da autodeterminação dos povos, da soberania e independência nacional (Art. 1º), sancionou a abolição da escravatura de forma pioneira (Art. 2º), aclamou os direitos de igualdade perante a lei entre os haitianos (Arts. 3º e 4º), de propriedade (Art. 6º), liberdade religiosa (Art. 50) e de culto (Art. 51). Entretanto, a Carta Magna não tem sido objeto de estudo e de consideração pela academia.

A Revolução Haitiana precisa ser consagrada como um marco significativo com relação às exigências de igualdade e liberdade que ganharam força na última década do século XVIII. Neste contexto, Grovogui (2006, p. 186) argumenta que:

Os não-europeus também têm um papel histórico contingente na apelação por maiores ordens morais além dos imaginários sociopolíticos disponíveis como padrões para medir os atos sociais e as relações políticas. Esses apelos foram baseados em classes mais amplas de códigos morais e em formulações múltiplas de ética que procuravam enobrecer a existência humana através de padrões executórios semelhantes aos direitos humanos. Esses códigos morais e suas expressões éticas constituem enunciações alternativas dos que podem ser chamados de preceitos ou institutos de direitos humanos. Eles podem ser a base de uma teoria ou perspectiva pós-colonial sobre direitos humanos.

Grovogui (2006) advoga que a Revolução no Haiti não só expandiu o domínio de reivindicação dos direitos humanos para os escravizados, mas também introduziu noções igualmente exigentes de direitos humanos. Ainda segundo o autor, “[...] esses domínios de direitos podem estar fora das preocupações e agendas políticas de muitos teóricos e ativistas de direitos humanos; mas são contemporâneos para as práticas e instituições ocidentais”.

Além disso, em sua obra clássica *“The Black Jacobins”*, o historiador e ativista caribenho James (1963) identifica a “potente fertilização cruzada” das Revoluções Haitiana e Francesa. Igualmente, Michel Rolph Trouillot (1995) argumenta a impossibilidade de tratar as duas revoluções separadamente. Seguindo o raciocínio de James (1963), Laurent Dubois (2004) explica que as revoluções se iniciaram concomitantemente, a partir de uma elite colonial que passou a desafiar a autoridade imperial francesa em São Domingos, mas com a proeminente resistência negra que se levantava. Logo, tornou-se uma batalha contra a desigualdade racial e, em seguida, sobre a própria existência da escravidão.

Grovogui (2006) afirma que, com a Revolução Haitiana, foi possível dessacralizar a agência política e desconsiderar a ontologia pós-Iluminista, a fim de reescrever sua própria história fora da opressão racial, substituindo uma das violências da Modernidade, que é a supressão dos fatos históricos. Além disso, a Constituição Haitiana pós-revolução garantia igualdade social entre os indivíduos e igualdade no acesso à propriedade (Dubois; Gaffield; Acacia, 2013). “Nestes e outros aspectos, a Revolução Haitiana era parte integrante dos debates políticos modernos sobre a qualidade moral da existência moderna e a necessidade de separar as esferas pública e privada de vida [...]” e, além disso, os haitianos convencionaram “[...] normas obrigatórias que protegessem as faculdades e as capacidades dos seres humanos. Ao assumirem-se serem humanos, [...] desafiaram as noções reinantes de humanidade, de Homem e Razão, ou seu acesso a faculdades e capacidades humanas” (Grovogui, 2006, p. 187).

As obras dos intelectuais africanos e caribenhos, como Grovogui, James e Michael-Robin Trouillot, produzidas no século XX, trouxeram essa nova percepção da era das Revoluções, que coloca a resistência negra no cerne das transformações que marcaram a virada do século XIX. Ainda assim, a historiografia oficial do Direito Internacional Público tem suprimido ou subestimado as contribuições cruciais dos/as negros/as na luta por igualdade e liberdade.

Nesse sentido, o próximo tópico expõe a trajetória das ações das potências europeias de asfixiar o Haiti política e economicamente no seu pós-independência e, por conseguinte, apagar a memória e as narrativas revolucionárias como forma de penalizar o país por ter se insurgido contra os imperialismos.

Para compreender melhor a revolução haitiana, é preciso analisá-la como fonte de construção de um pensamento decolonial. Argumento minhas propostas com duas entradas. Primeiro, analisamos as características dessa revolução e suas implicações. Por isso, examinamos dois aspectos para discutir seu significado para a decolonialidade: seu questionamento da racialização e seu projeto de cidadania.

A revolução haitiana é definida por Laennec Hurbon (2007) como uma revolução anticolonial, antiescravagista e antirracista, conforme explica o autor em seu artigo “*The Haitian Revolution*”. Acrescentamos também que ela tem sido anticapitalista na medida em que essas características anteriormente sublinhadas são historicamente inseparáveis da construção do moderno sistema colonial capitalista mundial. Elas são a própria base

do capitalismo. É o lado noturno (Mbembe, 2018) ou o lado sombrio (Mignolo, 2011) da modernidade capitalista. “A nação haitiana é uma resposta às ações do Estado moderno, capitalista e racista” (Casimir, 2018, p.7). É um questionamento radical dessa modernidade colonial, bem como de sua fundamentação epistêmica, política e econômica. É a destruição do sistema produtivo escravista (Casimir, 2018).

Ela inventa uma nova cosmogonia, outra sensibilidade para o mundo ao rejeitar os valores coloniais modernos e postular que *todos os seres humanos são iguais*. Assim, também construiu uma língua própria, o crioulo haitiano, e desafiou a língua colonial. A construção de uma língua própria é um ato subversivo, pois falar uma língua implica também assumir uma cultura, um mundo (Fanon, 1952). Ao criar a língua crioula, os ex-cativos realizaram simultaneamente dois atos: a afirmação de um outro mundo e a rejeição do moderno mundo colonial ocidental. O vodu constitui o mundo cultural e espiritual que surgiu na resistência ao mundo colonial.

A revolução deu origem a uma forma de organização social e familiar articulada em torno de uma economia camponesa familiar. “Esta vai além do núcleo familiar judaico-cristão, ao reconstruir e manter laços de parentesco que, ao mesmo tempo, estabelecem critérios de exclusão dos ‘estrangeiros’ típicos da vida rural” (Hector; Casimir, 2004). É um sistema de contra plantação que se cria. É a própria antítese da modernidade colonial ocidental que defende um direito humano reservado acima de tudo para o mundo ocidental. É assim que Hector e Casimir (2004, p. 40) argumentam que “Uma sociedade antiescravagista, antirracista, encabeçada por um estado anticolonial não pode ser de corte ocidental”.

A revolução haitiana questiona tanto a classificação social quanto a hierarquização do mundo e das sociedades sob a base da raça. É assim contra a corrente da racialização das relações sociais que implica que haveria pessoas, grupos, classes e sociedades em geral superiores a outras e que estas estariam atrás do mundo ocidental. Para alcançá-la, teríamos de seguir os passos da modernidade ocidental. Essa visão esconde a colonialidade como a outra face dessa modernidade. A expressão do crioulo haitiano *todo mundo é igual* traduz a filosofia da revolução haitiana da construção do humano, de uma sociedade livre de todas as formas de discriminação, dominação e funcionamento. Portanto, as lutas e perspectivas decoloniais, em geral, podem se referir à revolução haitiana para pensar e se constituir em uma crítica radical à matriz colonial

de poder. Além disso, a revolução haitiana é uma fonte inesgotável para movimentos antirracistas e estudos críticos de raça se quisermos atacar as raízes do problema. Aliás, é uma fonte relevante para a decolonialidade que faz um importante trabalho de desconstrução da racialização das relações sociais e reforça utopias relativas à construção de um mundo alternativo ao capitalismo onde outros mundos são possíveis.

A filosofia dessa revolução propõe a construção de uma cidadania plena e total onde os cidadãos sejam iguais. Este projeto de cidadania, para além dos modelos ocidentais de cidadania exclusiva e incompleta, prevê cidadãos que vivam plenamente a sua cidadania do ponto de vista político, econômico, social e espiritual. A língua crioula do Haiti carrega expressões que traduzem essa perspectiva: *se há para um, há um para todos; não tem liberdade sem bem-estar*, é uma crítica radical ao individualismo, à antinomia da expressão francesa cada um por si, Deus por todos. A solidariedade entre os cidadãos é a chave do sucesso, a individualidade enquadra-se numa comunidade e existe uma relação de solidariedade recíproca entre os dois. “Acima de tudo, a solidariedade de linhagem garante uma certa proteção social, reduzindo as formas agudas de pobreza, particularmente no período de pico da sociedade camponesa” (Hector; Casimir, 2004, p. 11). Ao nos referirmos a modelos de cidadania desde a Grécia antiga até abordagens mais contemporâneas, que tentam integrar o político, o social, o cultural e o econômico, podemos verificar que esse projeto de cidadania da Revolução Haitiana os ultrapassa. Esses modelos, muitas vezes, fazem parte de uma lógica discriminatória que divide duas categorias dicotômicas: “cidadãos” e “não cidadãos”.

Acreditamos que é muito pertinente para entender a Revolução Haitiana, pois ajudará a compreender que, há dois séculos, o modelo econômico do mundo baseava-se no sistema escravagista, que era a exploração dos homens brancos sobre os homens negros, uma atividade normal. A Revolução Haitiana, além de lutar contra, foi a responsável por iniciar o processo para acabar com o sistema escravagista.

Como pesquisadores das Ciências Sociais, nosso melhor laboratório é a história. Ao compreender a Revolução Haitiana, podemos questionar se não haverá uma revolução haitiana como era o mundo de hoje? Também podemos perguntar sobre os problemas sociais, econômicos e políticos que ocorrem no Haiti há quase dois decênios. Será que não é o preço da revolução que o país está pagando por meio de um complô internacional?

Por ter derrubado o sistema econômico daquela época, que era baseado na exploração dos homens negros pelos homens brancos para a produção do trabalho da terra?

A Tabela 1 mostra os dados populacionais de São Domingos, a localização da população por grupo no campo da produção, desde 1631 até o início do período da revolução, mais precisamente 1789. Essas informações mostram a evolução da produção na colônia, os produtos com maior demanda e o comércio exterior de São Domingos durante esse período.

Tabela 1 – População, localização, fabricações e exportações em volume

	1681	1686	1713	1720	1730	1739	1752	1771	1775	1780	1789
Localização											
Fabricação total			138	181	339	450	512	636	655	664	793
<i>Açúcar branco</i>			8	11	18	95	205	252	260	314	431
<i>Açúcar bruto</i>			130	170	321	355	307	384	395	354	362
Fabricação índigo			1.182	1.766	2.744	3.445	3.171	2.027	2.096	3.007	3.151
Fabricação café			375	1.000	1.700	2.340	3.012	3.503	4.000	2.141	3.117
Fabricação cacau			X	X	10	10	19	25	31	42	89
Fabricação algodão			110	250	300	375	400	460	462	259	789
Exportações											
Açúcar bruto			140.855	210.000	350.332	X	500.000	542.123	670.750	442.120	935.733
Açúcar branco			1.000	14.000	22.210	X	492.000	356.245	434.038	770.035	475.165
Algodão			X	X	X	X	12.000	19.641	27.984	44.232	70.042
Café			X	X	X	X	120.000	219.507	421.154	441.712	768.352
Índigo			12.000	13.000	X	X	19.200	13.048	19.686	22.352	7.586

Fonte: Adaptado de Tarrade (1972)⁶ e Schnakenbourg (2011)⁷.

⁶ Historiador e professor na universidade Portier do Paris, na publicação de seu livro, em 1972 - Commerce colonial, t. II, p. 746-749, tableau IV à V bis, et p. 775-777. https://www.persee.fr/doc/thmc_0048-8003_1976_num_23_4_2377_t1_0625_0000_1

⁷ Historiador e pesquisador especialista na história publicando sua obra em 2011 - Statistique de l'économie haitienne à l'époque coloniale 1681-1789. <https://doi.org/10.3406/outre.2011.4576>

A Tabela 1 ainda informa a localização dos escravos que trabalhavam na terra, mais precisamente com o açúcar, um dos produtos mais rentáveis na colônia de São Domingos. Além disso, também traz dados sobre quatro produtos fundamentais para a economia da colônia, que são índigo, café, cacau e algodão. Entre os anos de 1681 a 1686, não encontramos dados sobre o cultivo do cacau e também sobre as localizações do açúcar branco e bruto; por esse motivo, colocamos (X). Por fim, a última parte da tabela traz informações sobre a exportação em volume de açúcar bruto e branco, algodão, café e cacau. Aqui, percebemos como o açúcar branco e bruto ocupavam uma grande parcela nas exportações dos produtos e foram fundamentais na economia da colônia naquele momento.

2.3 PERÍODO NACIONAL 1804

O período nacional começou no dia 1º de janeiro de 1804, considerado o dia da independência haitiana, resultante da Revolução Haitiana. A partir dessa revolução, nasceu a primeira nação de raízes africanas do mundo. O triunfo do povo haitiano não foi aceito pelas elites dominadoras da época e os efeitos da revolução no mundo foram imediatos e drásticos, uma vez que as estruturas de poder existentes foram fortemente desafiadas. A notícia da vitória dos ex-escravizados se espalhou rapidamente pelo Caribe e, posteriormente, pelas Américas, deixando os colonizadores alarmados e temerosos de que revoluções do mesmo cunho se repetissem nas demais colônias – “A perspectiva de rebelião de escravos aterrorizava cada elite escravocrata e agora seus próprios escravos inquietos tinham um exemplo sangrento para imitar” (Phillips, 2008, p. 4).

A preocupação das metrópoles decorria do fato de que o Haiti passou a ser reconhecido como um grande precursor e fomentador de ideais e rebeliões antiescravistas e anticoloniais. Inspiradas pelos acontecimentos de São Domingos, muitas insurreições foram iniciadas, sendo notáveis “[...] as conspirações organizadas por negros livres na Venezuela (1795), Havana (1812) e Charleston (1822)” (Gugges, 2002, p. 28). De acordo com Marc Ferro (2005, p. 111), “[...] nas Antilhas francesas, no norte do Brasil e em Porto Rico, o número de revoltas aumentou após a independência do Haiti”.

Desse modo, os franceses e britânicos começaram a planejar uma resposta à altura como meio de retaliar o novo país. Afinal, a economia escravista encontrava-se em pleno

apogeu e a república recém-fundada era um símbolo da liberdade negra, uma ameaça que precisava ser controlada pelos colonizadores.

Logo na sequência da independência, o Haiti começou a amargar um isolamento político severo e o boicote econômico orquestrado pelas potências da época. Entre as principais estratégias utilizadas para degolar a economia e a diplomacia de Porto Príncipe, estavam a interdição de abertura de portos estrangeiros aos navios haitianos e as ameaças constantes na costa haitiana por marinhas hostis, principalmente francesas e britânicas. Além disso, atesta-se que nenhuma nação estrangeira concedeu reconhecimento à independência do Haiti por mais de duas décadas após a revolução (Doubout, 1973).

Após analisarmos a independência do Haiti, veremos seu impacto significativo tanto interna quanto externamente. A independência estabeleceu o Haiti como o primeiro estado negro independente do mundo e permitiu aos haitianos exercer controle sobre seu próprio destino, definir seu próprio governo e desenvolver suas próprias instituições. Também serviu de inspiração para outros movimentos de libertação e lutas contra o domínio colonial. Representou a construção de uma identidade nacional, pois desempenhou um papel central na formação da identidade nacional haitiana. Os haitianos desenvolveram um sentimento de orgulho e resiliência como um povo que derrotou as forças coloniais e abriu seu próprio caminho para a liberdade. A independência ajudou a fortalecer a cultura e as tradições haitianas, que se misturaram com heranças africanas, crioulas e indígenas.

Contudo, ela deixou o Haiti enfrentando desafios econômicos e políticos significativos. O país teve que lidar com o colapso de sua economia devido ao embargo comercial imposto pelas potências coloniais, que buscavam isolar e punir o Haiti por sua rebelião. A difícil situação econômica gerou repercussões de longo prazo no desenvolvimento do país.

No plano externo, houve uma grande influência nos movimentos de libertação na América Latina. O sucesso da Revolução Haitiana inspirou e encorajou outras nações latino-americanas a lutar por sua própria independência das potências coloniais de Espanha e Portugal (Manigat, 2007). O exemplo do Haiti demonstrou que a luta pela liberdade era possível e serviu de para os movimentos de independência na região. Ela provocou reações negativas e hostis das potências coloniais da época, particularmente a França, Espanha e Estados Unidos. Esses países perceberam a independência haitiana como uma ameaça aos seus próprios interesses econômicos e buscaram isolar o Haiti no cenário internacional. Isso resultou em embargos comerciais, tentativas de

desestabilização política e pressão diplomática. Devido à reação das potências coloniais, o Haiti enfrentou dificuldades para obter reconhecimento diplomático e estabelecer relações comerciais com outros países. Por muitos anos, isso fez com que a primeira nação negra do mundo tivesse dificuldade para concretizar as integrações internacionais e comerciais. Consequentemente, os problemas nacionais pós-revolução se agravaram. Os embargos afetaram significativamente o Haiti, pois orientaram a decisão do futuro do país e trouxeram outros elementos que impactaram sua economia. Por isso, vamos considerar esse embargo como o primeiro fator independente no subdesenvolvimento do Haiti.

Ao compreender a independência do Haiti como o resultado da sua revolução, entendemos que o país enviou uma forte mensagem ao mundo a favor da abolição da escravidão ao se tornar a primeira nação negra independente, desafiando os próprios fundamentos do sistema escravista. Isso inspirou e fortaleceu os movimentos abolicionistas ao redor do mundo, contribuindo para a conscientização sobre a injustiça da escravidão e a luta pela sua abolição. Em suma, a independência do Haiti foi um divisor de águas na história do país, marcando o fim da escravidão e o nascimento de um estado negro independente. Embora isso trouxesse desafios econômicos e políticos, também era uma fonte de orgulho nacional e abriu caminho para a luta pela liberdade e igualdade em todo o mundo. Mas o Haiti tinha que pagar um preço para isso.

3 - A TEORIA DECOLONIAL E PÓS INDEPENDÊNCIA NO HAITI

A perspectiva decolonial emerge a partir dos anos 1990, composto de destacados investigadores latino-americanos e caribenhos, como A. Quijano (2000), W. Mignolo (2017), E. Dussel (2000), entre outros. Apoiados pelas perspectivas dos estudos pós-coloniais, do pós-estruturalismo, do dependentíssimo marxista e da teologia da libertação, os intelectuais em questão tratam de empreender uma consistente crítica ao ideal eurocêntrico de modernidade. Aqui identificam uma romantização do moderno, baseada em uma narrativa de missão civilizatória, que propaga a ideia de progresso e civilidade como justificativa para a colonização de outros povos e territórios.

A colonialidade é o eixo principal do edifício teórico decolonial. O termo designa, para além das superestruturas políticas que foram as da colonização na América-latina e no caribe, um certo tipo de relação social baseada em premissas que sobreviverão às guerras de independência do século XIX: a divisão do mundo e do trabalho a partir de uma hierarquia racial e a difusão de uma relação com o conhecimento e o conhecimento baseada nos princípios de uma racionalidade europeia que condenaria e destruiria outras formas de conhecimento e conhecimento. Portanto, não é o que resta do colonialismo nem o que sucede ao colonialismo, mas o outro lado do mundo moderno, (Quijano ,2007)

Aníbal Quijano (2007), revelou que o conceituou é o lado negro da modernidade a colonialidade segundo ele, o termo é um neologismo necessário. Tem, no que diz respeito ao termo colonialismo, a mesma situação que a modernidade no que diz respeito ao modernismo. Refere-se, sobretudo, às relações de poder às quais são inerentes as categorias de raça, “cor, etnia. Por outras palavras, a noção de colonialidade refere-se a um sistema de poder cujas origens residem no colonialismo, mas que permanece apesar dos processos de descolonização ou independência. Com a chegada dos espanhóis à América criou-se a diferença colonial, ou seja, o estabelecimento e a aplicação de critérios de diferenciação pelos quais se criou uma espécie de hierarquia em que o "homem europeu" era colocado no topo e os habitantes do territórios descobertos classificados como inferiores. A raça, principalmente, mas também o género, depois as crenças religiosas e a língua foram os principais critérios em que se baseou a dominação e a subordinação dos índios americanos e dos africanos reduzidos à escravatura e

transportados para a América para concretizar o objectivo capitalista que motivou a expansão europeia desde a sua origem, (Ferreira, 2014).

É a partir da aplicação destes critérios Segundo Quijano que a colonialidade se exerceu e ainda hoje se exerce, acrescentando critérios integrados na evolução do sistema-mundo moderno/colonial. Manifesta-se de diversas formas, colonialidade do poder, colonialidade do conhecimento e colonialidade do ser

A colonialidade do Poder descreve as articulações do poder a partir de uma perspectiva “bárbara” (isto é, a partir da perspectiva do colonizado). É um modelo de poder baseado na diferença colonial que foi estabelecido primeiro pelos conquistadores-colonizadores e depois preservado por aqueles que, tendo ascendência europeia – sendo sempre o critério básico a raça –, e apesar da sua origem americana, actuam como agentes do poder modelo e, portanto, fazer campanha para apoiá-lo. Com base na atitude imperialista destes sujeitos, os novos Estados resultantes dos processos de Independência adoptaram este modelo de poder. É a manifestação da Colonialidade do poder.

A colonialidade do conhecimento, por sua vez, consiste na qualificação do pensamento produzido nas colónias como inválido, sendo este último considerado arcaico. Esse pensamento apenas despertou interesse como objeto de estudo para a compreensão dos modos de vida locais. Pelo contrário, o pensamento produzido pelos colonizadores, ocorrido desde os impérios, mesmo que também fosse fruto da produção local, era considerado universal, válido para todos e em qualquer lugar.

A colonialidade do ser implica a negação dos indivíduos marginalizados pela implementação dos critérios acima mencionados (raça, sexo, etc.) que estão na origem da diferença ontológica colonial a que nos referimos anteriormente. Pela sua incapacidade de produzir conhecimentos “válidos” e de se governarem, estes “não-seres”, estas pessoas não pensantes, estes subalternos, em suma, estes malditos devem ser guiados por meios europeus (e ultimamente americanos) liderança e conhecimento. Ou seja: pela Colonialidade do poder e pela Colonialidade do conhecimento.

Por fim, a colonialidade é uma relação de dominação de natureza política, epistemológica e subjectiva que surge com o colonialismo, com a postura autorreferencial do ego conquiro através da aplicação de critérios de exclusão com base em motivos raciais, étnicos e de nacionalidade, (Mignolo 2001)

3.1 O NEOCOLONIALISMO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO HAITI

Desde a independência, o país apresentava todas as características de profunda instabilidade sociopolítica e estagnação econômica (Castor, 1998; Gaillard-Pourchet, 1993; Pierre-Charles, 1993). Na gênese do novo estado, os primeiros governos tinham meios para neutralizar os efeitos de sua fundação no mundo que ainda adotava a escravidão como relato de produção. As perdas materiais causadas pela guerra da independência atrasaram a retomada normal das atividades econômicas.

Ao mesmo tempo, a nova nação representava um perigo para a economia mundial, tentando lançar seus primeiros alicerces em um contrato compartilhado por todos os novos cidadãos haitianos e centrou-se no abandono da escravatura, na dominação colonial e nas relações sociais de produção centradas em critérios raciais (Hurbon, 2009). Os primeiros líderes de Estado, em particular Jean-Jacques Dessalines (Imperador Jacques I) e Henri Christophe (Rei Henri I), tentaram endireitar a situação econômica desde o início, instituindo novas estruturas econômicas baseadas na grande propriedade estatal e em relações sociais de produção menos ferozes e mais humanas que as relações raciais de produção da era colonial (Hector; Hurbon, 2009).

Uma nova nação, formada essencialmente por ex-escravizados, acabava de nascer. Porém, esse feito, único na história do mundo, realizado por escravizados que acreditavam serem seres diminuídos, incapazes de qualquer conquista, era muito indesejável aos olhos das grandes potências. Foi um mau exemplo para suas colônias de escravizados. Desde então, esses poderes têm feito de tudo para evitar a propagação da “praga haitiana”, e, já naquela época, as grandes potências estabeleceram um bloqueio econômico que durou quase 30 anos, conforme descreve Michel Étienne Descourtilz em seu livro “*Voyages d’un naturaliste et ses observations*”, publicado em Paris em 1809.

Os Estados Unidos e o Haiti eram aliados econômicos no governo de Alexander Hamilton, mas tudo mudou com a chegada de Thomas Jefferson ao poder. Jefferson traiu seu acordo comercial com o Haiti, não o reconheceu como país livre e ainda impôs um embargo econômico que o isolou e ajudou a afundar sua economia ainda mais, com medo de que o reconhecimento de uma nação negra causasse mais inspiração do que já havia entre os escravos em solo norte-americano. As sanções econômicas duraram, surpreendentemente, até 1863.

O Haiti não possuía relações comerciais com outros países, de modo que lhe faltava mercados para seus produtos, principalmente após as principais nações ocidentais lhe imporem embargos e boicotes, limitando suas relações comerciais. O comércio era crucial porque a economia dependia da produção de bens para exportação, sendo que os principais produtos produzidos pelo Haiti eram o açúcar, o café e outras culturas de rendimentos como cacau, banana e cana de açúcar. São Domingos tinha construído uma riqueza incrível ao produzir e comercializar esses bens. Devido à alta produtividade da colônia, São Domingos prosperou ao gerar enormes ganhos com o comércio. Entretanto, a colônia só poderia construir riqueza se tal comércio realmente ocorresse. Quando este comércio quebrou, em grande parte devido ao bloqueio econômico que aconteceu após 1804, a fome e as recessões surgiram (James, 2010).

Alguns dos primeiros governantes do Haiti reconheceram o significado do estabelecimento de relações comerciais internacionais, mas a hostilidade estrangeira deixou o Haiti isolado. Para viabilizar sua produção, o Haiti precisava de relações comerciais com parceiros internacionais. Entretanto, devido à falta de relações comerciais, o Haiti não podia construir riqueza gerando comércio lucrativo. Sem mercados para seus produtos, a agricultura de subsistência tornou-se mais necessária para produzir os alimentos que precisavam (Soukar, 2008).

As primeiras leis e constituições haitianas optaram por grande propriedade e promover a agricultura que consideram a primeira fonte de riqueza da nação (Império do Haiti, 1805). Mas, logo após a independência, houve o desenvolvimento da pequena propriedade e das relações feudais, as quais contribuíram para o agravamento da economia e, sobretudo, da manufatura em larga escala. Essa situação começou com a abolição da escravatura. Como resultado, medidas foram tomadas pelo governo de Jacques para manter grandes fazendas a fim de reconstruir as bases da economia do país. Em sua política, Dessalines chegou muito perto de mais de um tipo de capitalismo de estado baseado na nacionalização de terras e na luta pela expansão do setor público de propriedade da terra, rígido controle comercial caracterizado por medidas tendentes a combater a monopolização do comércio local por um grupo muito pequeno de grandes comerciantes. Dessalines criou um setor estatal de comércio para fixar os preços de exportação de commodities. Tudo isso confere a essa política uma orientação intervencionista (Doubout, 1973).

No entanto, este projeto social centrado numa economia orientada pelo Estado e com base na igualdade e na liberdade foi derrotado pelos mulatos que acreditavam ser os

verdadeiros herdeiros dos velhos meios de produção pelo simples fato de serem os fios brancos, colonos franceses e ex-proprietários. Eles ordenaram o assassinato de Jacques I no dia 17 de outubro de 1806, e garantiram a retomada da antiga organização social e econômica da colônia francesa. O assassinato causou a divisão do território da ex-colônia francesa em dois estados independentes e rivais. No Norte, Henri Christophe instituiu o Reino do Haiti e proclamou rei sob o nome de Henri I enquanto tentava continuar com a política econômica do estado de Jacques I em benefício de todos os cidadãos, independentemente da cor da sua pele. No Sul, Alexandre Pétion instaurou a República e tornou-se o primeiro Presidente (República do Haiti, 1816). Na República, Pétion retomou as velhas relações de classe entre dominantes e dominados, novamente com base em critérios raciais.

No Reino do Haiti, o rei Henri I tentou reconstruir a economia com base na agricultura em larga escala para fornecer manufatura, mantendo a produção em larga escala, propriedade dos meios de produção (Hector; Hurbon, 2009). Henri I deu o primeiro passo para um capitalismo de corrente mercantil:

Il ne serait pas exagéré de rapprocher la politique de Christophe, tout au moins dans son aspect monétaire à celle de l'époque du mercantilisme européen. Pour lui [...], l'État fort est celui qui accumule beaucoup de monnaie. L'Angleterre est son modèle. Selon lui, ce pays est respecté grâce à la richesse monétaire de l'État anglais (Doubout, 1973, p. 7).

Já Marx deu as informações sobre o processo de expropriação das massas pelos capitalistas na Inglaterra, o que provocou consequências muito negativas para toda a população rural (Marx, 2013). No capitalismo posto em lugar por Henri I, não houve expropriação da população rural, pois as terras já pertenciam ao estado. Mas o modelo adotado incluía algumas características do mercantilismo europeu descrito por Karl Marx.

Nesse mercantilismo, houve o desenvolvimento efetivo da produção manufatureira graças à exploração em larga escala. Apesar das difíceis condições de trabalho, os trabalhadores gozavam de certos serviços sociais básicos, visto que o superávit comercial em cooperação com países estrangeiros fortalecia a capacidade do setor público para construir mais escolas, hospitais e outras fábricas que pudessem gerar outros excedentes (Hector; Hurbon, 2009).

Essa política de manutenção da manufatura em grande escala implantada por Henri I ativou uma exploração rigorosa dos trabalhadores para coletar recursos suficientes e salvaguardar a independência do país. Na realidade, salvaguardar a independência era

uma prioridade. De fato, o exército absorveu grande parte do orçamento nacional. Tivemos que confiar nos trabalhadores para atender demandas econômicas (Hector, 2009). A verdadeira tarefa de recolocar a economia nos trilhos contava com a força de trabalho dos camponeses.

Para premiar os trabalhadores, a realeza também havia realizado projetos muito grandes para toda a população e que, ainda hoje, são patrimônio do país. A política de Henri I foi uma política sistemática de acumulação de capital com o desenvolvimento agrícola baseado na produção em massa de fabricação. Nessa política, a produção manufatureira foi a fase inicial do desenvolvimento industrial. Houve também a ampliação do comércio para vender mais e, assim, acumular mais moeda em uma constante perspectiva de defender e consolidar a independência nacional (Doubout, 1973).

Isso supõe que havia um projeto social que teria melhorado o destino da massa considerando as outras conquistas como escolas, hospitais, fundições, etc. (Doubout, 1973; Hurbon, 2009). A política econômica de Jacques I nos dois anos seguintes à independência e de Henri I de 1807 até sua morte marcou o início do novo estado no sistema capitalista europeu da época com tendência mercantilista (Doubout, 1973).

Na República do Haiti, no Sul, a destruição das relações de dominação colonial não impediu a criação de uma nova classe dominante na sociedade haitiana (Castor, 1978). A situação tornou-se cada vez mais catastrófica para os camponeses formados em grande parte por ex-escravos. Os camponeses sofreram todos os tipos de restrições do estado.

O Presidente Alexandre Pétion distribuiu terras do domínio privado e público do Estado a fim de se tornar popular para certos setores da sociedade. No entanto, os camponeses não desfrutaram da distribuição de terras. Pelo contrário, as camadas de governantes os forçaram a se transformar em uma classe de meeiros que trabalhavam nas propriedades dos altos escalões do exército. A questão da cor reapareceu, pois apenas a mulatos e outros grupos de elite tinham direito à educação (Rene, 2014).

Pétion é exatamente o oposto das políticas econômicas de Jacques I e Henri I. Por um lado, favoreceu a apropriação privada dos grandes domínios do Estado por um grupo restrito de mulatos, grandes funcionários públicos e altas personalidades do Exército. Nessa forma de doação, as grandes personalidades militares e políticas receberam de 150 a 2.000 hectares de terras aráveis nas planícies. Essa apropriação gerou a ruptura com as práticas dos dois ex-chefes de Estado que, no entanto, visavam expandir os serviços do

setor público e da indústria manufatureira. Por outro lado, aparece a prática de doar pequenas terras a funcionários públicos, oficiais e pessoas do setor privado. Contudo, essas personalidades do Exército e do setor privado receberam de 6 a 45 hectares em partes remotas do país (Doubout, 1973).

Após a morte de Pétion em 1818, seu sucessor, Jean Pierre Boyer continuou com essa mesma política de distribuição na República. Em 1820, o presidente Boyer conseguiu reunificar os dois Estados após a morte de Henri, causando a queda do reino. Então, Boyer foi capaz de introduzir esta política no norte do país. O ano de 1826 marcou a diminuição da distribuição de terras. Nesta política, esses novos grandes proprietários dos meios de produção mais importantes poderiam começar fácil com fazenda grande. Os funcionários constituíam um setor de média ou pequena propriedade que se espalhava por lotes de terra, e não podiam começar apenas com uma pequena agricultura de subsistência. Tal fato implicou na retomada da coabitação da grande e da pequena propriedade após a experiência da abolição da escravatura.

Analisando a história econômica do Haiti de 1807 a 1848 através das relações sociais de produção, Doubout (1973) identifica esse período como o estabelecimento de um regime semicolonial e semifeudal. As características econômicas de tal esquema mostram efetivamente seu lado feudal e seu lado neocolonial. Na classe dominante, os grandes proprietários de terras e sua relação com os meeiros são a expressão do aspecto feudal do regime, enquanto os grandes comerciantes são os representantes do neocolonialismo imediato. Mas, o verdadeiro caráter neocolonial foi visto com a governança de Boyer, que concordou em pagar uma indenização à França pelo reconhecimento da independência do país. A partir desse momento, o Haiti tornou-se o primeiro laboratório do neocolonialismo.

Como mencionado anteriormente, mais precisamente no início desse período, o Haiti enfrentou isolamento internacional após sua independência. As relações comerciais que o país mantinha com outros países à época não constituíam relações jurídicas e diplomáticas. Mas as negociações para o reconhecimento da independência da França mudaram a situação. Na verdade, as verdadeiras primeiras relações diplomáticas do Haiti ocorreram neste país rumo ao aprendizado da sujeição.

Para Aníbal Quijano (2000, p. 134), “[...] a Revolução Haitiana foi um caso excepcional onde se produziu, no mesmo movimento histórico, uma revolução nacional, social e racial. Quer dizer, uma descolonização real e global do poder [...]”, que só foi

desafiada ou, nos termos do autor, derrotada “pelas repetidas intervenções militares por parte dos Estados Unidos”.

Neste trabalho, abordamos este tópico por ser muito importante para compreender o neocolonialismo no Haiti que se refere à persistência de influências e práticas coloniais; mesmo após a independência do país, ele tinha um peso muito forte no país e representava um desafio para seu desenvolvimento. Um dos resultados do neocolonialismo foi a indenização do Haiti pela França, em que o país enfrentou dívidas paralisantes impostas pela potência colonial (França) após a independência, que veremos na próxima seção. Ao longo das décadas, o Haiti esteve sujeito a intervenções políticas estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos e da Europa. Muitas vezes, essas intervenções foram motivadas por interesses econômicos e geopolíticos, e não por considerações humanitárias ou democráticas. Esses países levaram à instabilidade política e minaram os esforços do Haiti por autonomia e soberania. Um dos resultados foi a ocupação americana no Haiti, em junho de 1915, que também veremos adiante.

3.2 A INDENIZAÇÃO DO HAITI PELA FRANÇA (DÍVIDA DA INDEPENDÊNCIA)

O dia 17 de abril de 1825 é, portanto, a data do decreto de Charles X em que o Haiti foi obrigado a pagar uma indenização de 150 milhões de francos em cinco parcelas pelo reconhecimento de sua independência (Gaillard-Pourchet, 1993). O montante era equivalente a 10 anos da receita tributária anual do Haiti, 21 vezes o valor das exportações do Haiti em 1824 e cerca de 15% do orçamento anual da França naquele momento (Gaillard-Pourchet, 2019). Desde esse decreto, uma política antinacional foi empreendida pelas autoridades haitianas. O fim do isolamento internacional do Haiti implica para a antiga metrópole uma margem maior de manobra neocolonial face à concorrência dos comerciantes ingleses e americanos que já começavam a empreender e negociar um comércio ilegal com o Haiti antes mesmo do reconhecimento de sua independência.

O valor foi calculado a partir do rendimento dessas propriedades antes da eclosão da guerra de independência. Sempre foi efetivamente argumentado, inclusive pelo Estado haitiano, que o montante não compensou os ex-colonos da perda de seus escravos após a abolição da escravidão pelo governo francês (Brière, 2008). O governo de Broyer tinha obrigação de aceitar essa ordem para evitar uma possível invasão da França no Haiti,

porque o ultimato da França era que se governo Boyer recusasse, haveria o bombardeio em Porto Príncipe por 14 navios de guerra e 528 armas (Gaillard-Pourchet, 2019).

Com a ordem de pagamento da aceitação da sua independência e o contexto do comércio exterior do Haiti, sua situação econômica estava se tornando difícil. A situação se agravou com o aumento da produção de alimentos tropicais em alguns países concorrentes. A nação haitiana era cada vez mais dominada pela França. O Estado haitiano recorreu a um empréstimo de 30 milhões de francos a uma taxa de 6% de um banco francês e reembolsável em 25 anos.

Para saldar suas dívidas, o Estado criou as condições necessárias para a exploração da classe camponesa-agricultura. Nesse sentido, um Código Rural inspirado em certos aspectos do código negro e do código de Napoleão na França foi elaborado pelo presidente Boyer para reprimir a classe dos camponeses-cultivadores e submetê-los à tarefa de produção neocolonial (República do Haiti, 1826).

A cadeia produtiva do café, produto da pequena propriedade, foi escolhida pelo Estado como a principal fonte de recursos para o pagamento da dívida. O café tornou-se, portanto, a moeda de várias transações entre a França e o Haiti. O estrangulamento foi, portanto, feito sobre as receitas de café para pagamentos da dívida. O café haitiano serviu à economia francesa e desembarcou em grandes quantidades nos portos franceses, principalmente no porto de Le Havre. Este produto agrícola representou para o Haiti a própria garantia do pagamento de suas dívidas externas e a importância desses acordos comerciais com a França (Gaillard Pourchet, 1993; Girault, 1982). Ao mesmo tempo, o estado era impedido pela burguesia nacional que não incentivava o suficiente sistema de crédito vigente no país e também não contribuía para a implementação de certos projetos de desenvolvimento.

A indenização indignou a população haitiana, que sofria o código rural de Boyer e que frequentava o internato periódico da riqueza haitiana para os portos da França (Gaillard-Pourchet, 1993; Girault, 1982; Millet, 1978). O Haiti renegociou sua dívida em 1838 porque não podia mais atender aos requisitos da França. Em 1840, a França assinou um tratado comercial com o Haiti a ser pago pelas quantias devidas e garantir uma melhor participação no mercado haitiano, que começava a escapar dele para o benefício da Inglaterra e dos Estados Unidos. Todas as renegociações de dívida levaram em 1875 à “dupla dívida”, formada pelo conjunto de duas ligações, compensação e empréstimo do acordo celebrado em 22 de dezembro de 1870. Essa dupla dívida chegou a 90 milhões de francos (Gaillard-Pourchet, 1993).

Os camponeses e ex-escravos sofreram a servidão econômica e os insultos da tirania militar imposta pelas personalidades das categorias dominantes. Eles formavam uma turma de meeiros, servos ou camponeses sem terra. Esta classe exigia o direito à propriedade dos meios de produção e uma vida melhor. Face a essas políticas realizadas contra eles, os camponeses organizaram movimentos de protesto que levaram à saída do Presidente Jean Pierre Boyer em 1843 (Manigat, 1991). Após o exílio de Boyer, o capitalismo europeu e norte-americano, através de seus representantes na economia haitiana, reforçou o triunfo da política de Pétion até a dominação do imperialismo americano. Durante esses períodos de acumulação de riqueza, as camadas governantes e exploradoras nunca encorajaram a mudança econômica sem recorrer à exploração excessiva de operários e camponeses. Durante todas as etapas da história haitiana, os camponeses sofreram as consequências das decisões políticas e econômicas das autoridades haitianas.

A reparação pela independência é um fator-chave que impactou negativamente o desenvolvimento da economia do Haiti. Esta política gerou extrema animosidade pois os pagamentos foram compensados por escravos perdidos e propriedades perdidas durante a Revolução Haitiana. Isto não só foi um insulto ao orgulho nacional, mas também deixou o país severamente endividado. Em alguns anos, durante quase um século, 80% do orçamento foi destinado ao pagamento de indenizações, não deixando nada disponível para a educação, saúde, desenvolvimento econômico ou qualquer outro esforço produtivo (Roupert, 2019).

Em 1838, o valor da dívida imposta pela França foi reduzido em 40% (para 90 milhões de francos). No entanto, para pagar a primeira anuidade, o Haiti precisou realizar um empréstimo de 30 milhões, em 1825, em um banco da França. O pagamento dessas duas dívidas registradas separadas, ou a “dupla dívida” de 120 milhões de francos, reprimiu qualquer possível desenvolvimento nacional autocentrado e ampliou as fraturas sociais preexistentes. Essas dívidas criaram ainda outras dívidas e demoraram quase um século para serem pagas (Gamio *et al.*, 2022).

Além disso:

Le premier est la dépendance commerciale d’Haïti aux ports français, particulièrement celui du Havre. En effet, le café, produit pour l’essentiel par des petits exploitants agricoles, fournit la quasi-totalité des taxes douanières et celles-ci alimentent près des trois-quarts du budget annuel d’Haïti. Or, singularité construite au cours des décennies suivant immédiatement l’ordonnance de 1825 et le volume des exportations haïtiennes de café plafonnant à 30 000 tonnes, les deux-tiers de ce volume à la fin du XIX^e siècle

sont destinés aux ports français et, indication non secondaire, y sont acheminés par des frets maritimes assurément non haïtiens. De plus, si la France est le premier débouché des ventes haïtiennes, elle occupe le second rang, voire le troisième, pour les importations d’Haïti, les États-Unis étant déjà en tête de file. Cela crée une situation de dépendance qui s’apparente à une vassalisation, puisque les exportations de café constituent le poumon du budget haïtien (Blanpain, 2001, p. 195-197).

Assim, em relação aos portos franceses, o Haiti tinha uma dependência comercial. O café, produzido principalmente por pequenos agricultores, pagava quase todos os impostos aduaneiros, que representavam quase três quartos do orçamento anual do Haiti. Cerca de dois terços do volume de exportações do café haitiano, que chegava a 30.000 toneladas, eram destinados aos portos franceses no final do século XIX. Além disso, enquanto a França era o maior mercado de vendas haitianas, ocupava o segundo lugar, se não o terceiro lugar, para as importações do Haiti (Brière, 2008). Essa dependência comercial fez com que os impostos haitianos diminuíssem muito. Por exemplo, em 1908, 84% das taxas aduaneiras do Haiti vieram do café e quase todas essas taxas foram absorvidas por dívidas: 51,1% pela dívida externa e 46,6% pela dívida interna (Gaillart-Pourchet, 2019).

A França somente reconheceu a independência do Haiti no ano de 1825, após a negociação que conduziu ao pagamento de indenização pela ex-colônia em decorrência das “perdas sofridas” com a independência (Danner, 2010; Phillips, 2008). Não bastasse a hostilidade das nações vizinhas – ou melhor, dos colonizadores que as governavam –, internamente, o Haiti se encontrava arrasado social e economicamente. Os longos anos de revolta renderam enormes perdas populacionais, especialmente de homens, bem como a devastação da economia, visto que as cidades estavam em ruínas e as plantações foram queimadas e destruídas. Ademais, a nação estava sob constante ameaça francesa de novas invasões para recuperar a colônia perdida (Geggus, 2002).

Esse acordo impôs ao país caribenho uma dívida absurda e indevida, tornando-se um dos principais fatores que retardaram seu crescimento nas décadas (e séculos) seguintes – juntamente com as concessões conferidas aos comerciantes franceses, que acabaram por transferir ainda mais poder econômico para mãos estrangeiras (Geggus, 2002).

Como pode ser constatado, o Débito da Independência do Haiti atravessou o século XIX, sendo remido apenas na metade do século XX, quando o país já lidava com a ocupação americana de seu território. Atualmente, após 200 anos de independência haitiana, o legado deixado pelas sistemáticas violações da soberania do país foi uma

economia subdesenvolvida, a população carente e desprovida de qualidade de vida e um cenário político perpetuamente instável.

É possível dizer que, juntamente com a assinatura do acordo com a França, o Haiti assinou uma sentença de destruição econômico-social. Para Paul Mocombe (2010, p. 35), o Débito da Independência haitiana marcou o início da destruição sistemática da República do Haiti. “O governo francês sangrou a nação e transformou-a num Estado arruinado. Foi projetada uma exploração sem misericórdia, que garantiu o colapso da economia e da sociedade haitianas”. Isso porque durante todo o período que o Haiti pagou a dívida (entre 1826 e 1947), quase 70% das rendas provenientes do comércio exterior do país foram entregues aos franceses para liquidação do débito (Mocombe, 2010).

O governo haitiano acreditara que o pacto possibilitaria a reinserção comercial e o reconhecimento internacional, entretanto, tudo o que conseguiu foi a perda de autonomia para construir a infraestrutura nacional com base nos seus próprios parâmetros. Depois do acordo, o Haiti foi descrito como “uma província francesa contribuindo muito, custando nada” (Joachim, 1975, p. 369). Os matizes neocoloniais do arranjo ficaram evidentes também pela insistência dos franceses em se referenciar ao Haiti apenas sob o nome de São Domingos, mesmo após a firma do Tratado que prometia reconhecimento da independência (Forsdick, 2013).

Esta seção é muito pertinente para este trabalho, pois é necessário compreender que a dívida da independência pesou na decolagem econômica do Haiti. O Haiti se tornou um dos países mais pobres do planeta quando era a joia da França colonial. Entre as razões citadas na literatura sobre o desenvolvimento econômico, fatores econômicos e culturais, internos ou externos, têm sido frequentemente considerados. Por sua vez, Pierre (2020) enfatiza o impacto da dívida da independência no subdesenvolvimento do Haiti. Essa dívida é considerada pelo autor como uma opressão financeira exercida pela França para compensar as supostas perdas financeiras dos colonos franceses após séculos de escravidão.

Segundo Pierre (2020), o ônus imposto pela dívida pública levou ao retorno de outra forma de escravidão e a uma inflação muito alta no Haiti devido à turbulência monetária gerada. Suas estimativas mostram que, no período pré-revolução, a extração financeira, a soma dos superávits comerciais e do consumo dos colonos, representava quase 70% do PIB. Após a independência, a extração financeira, desta vez representada pelo pagamento ou acúmulo de dívidas, representava mais de 5% do PIB, cerca de 10

vezes menos do que na época da escravidão, proporção que permanece muito alta para os padrões modernos.

A relação entre a dívida pública, externa ou interna, e o desenvolvimento econômico não está claramente estabelecida. Por um lado, pode-se argumentar que ter uma grande dívida pública, como visto em muitos países desenvolvidos, mostra a capacidade do Estado de aumentar os impostos futuros e servir adequadamente a dívida. Nesse caso, a relação dívida/PIB poderia ser considerada um sinal de boa governança pública de um Estado ao qual os cidadãos não têm medo de emprestar. Por outro lado, permitir que grande parte das receitas do governo sejam destinadas ao serviço da dívida pública pode prejudicar os investimentos públicos necessários ao desenvolvimento econômico, principalmente porque os primeiros cortes no orçamento do Estado dizem respeito aos gastos com educação, infraestrutura, saúde e demais.

No caso do Haiti, essa dívida externa existente não era resultado da solidez financeira do Estado e/ou da confiança dos cidadãos. Em vez disso, foi uma tentativa do governo francês de restabelecer seu domínio por meios financeiros em 1825. O Haiti esteve sob controle francês de 1697 até a Guerra da Independência perdida por Napoleão em 1804. O Haiti acabou requerendo pesadas compensações financeiras em 1825, criando uma dívida que durou até a Segunda Guerra Mundial. Esta seção é muito pertinente para o trabalho, porque a indenização do Haiti pela França no nosso ponto de vista é derivada da sanção econômica, ou seja, do embargo implantado pelas potências econômicas pós-revolução haitiana contra o país. Essa derivada provocou uma das maiores crises financeiras no mundo durante o século XIX, que foi a indenização pela França, ou seja, a dívida pela independência do Haiti. Por isso, consideramos essa dívida como um fator dependente no subdesenvolvimento do Haiti. O país foi forçado a aceitar pagá-la para anular o embargo implementado contra ele. Esses fatores moldaram a trajetória do Haiti e participaram na criação de outros fatores relevantes ao subdesenvolvimento do país, como a ocupação americana que veremos na próxima seção.

3.3 A OCUPAÇÃO AMERICANA (1915 – 1934)

Na segunda década do século XX, o Haiti foi marcado por tensões sociais e instabilidade política. De 1911 a 1915, sete presidentes foram assassinados ou derrubados em decorrência da intensa agitação sociopolítica, crises econômicas, financeiras e

monetárias que abalaram o Haiti durante o segundo semestre de 1911 (Manigat, 2007). No plano social, as diferentes camadas da população foram afetadas pelo estado geral de degradação do país. A aliança entre as elites políticas e comerciantes estrangeiros que financiaram suas aventuras militares, embora se beneficiassem do apoio das respectivas embaixadas, e as relações ora clandestinas ora visíveis, muitas vezes envolvendo a participação de determinadas potências em guerras civis para facilitar sua ascensão ao poder de um de seus protegidos, dificultava qualquer possibilidade de aliança conjuntural entre certas categorias sociais cujos interesses eram prejudicados.

É nesse contexto que a primeira invasão estadunidense aconteceu no Haiti, após 112 anos da independência do país, mais precisamente em 1915. O motivo alegado pelos Estados Unidos é o mesmo usado até os dias de hoje: restabelecer a ordem e a democracia no Haiti. No entanto, o que consta em registros era a necessidade de invadir para que o país caribenho honrasse suas dívidas com o *National City Bank of New York*, do qual o Haiti vinha adquirindo empréstimos, principalmente para pagamentos de dívidas contraídas com bancos franceses em virtude da “Dívida da Independência”. A invasão também assegura o pagamento às empresas norte-americanas, entre elas, as empresas férreas (Castor, 2016).

Entretanto, esses mesmos documentos oficiais trazem outro argumento que revela sem constrangimento o pano de fundo da invasão: o racismo. Os Estados Unidos justificavam que a invasão se dava em defesa de seus interesses econômicos no território haitiano e alegavam, também, que um país de negros não era capaz de autogovernança. Documentos com declarações dos marines mostravam o racismo arraigado entre eles. A visão que tinham do povo haitiano era a mesma da colonização. Para eles, a população haitiana era composta por “[...] porcos, macacos, animais sem cérebro, selvagens, irracionais, imaturos e irresponsáveis como crianças; que eram fisicamente pequenos, famintos e constantemente provocados por sua cor negra” (Andrade, 2016, p. 183).

Lançando mão do argumento de que a sociedade haitiana não teria capacidade de autodeterminação por ser uma nação de negros, enquanto atrasados, deveriam ser “ajudados” por aqueles já incorporados à modernidade. Ao longo dos séculos, a dominação adaptou seu discurso de acordo com a conjuntura histórica: colonizar, cristianizar, civilizar, democratizar, acrescenta-se, aculturar. Não necessariamente nessa ordem, pois os interesses fazem uso dos pretextos sempre que lhes são convenientes.

Outro objetivo da invasão consistia em tirar a França e a Alemanha da disputa pelo território haitiano. Assim, a Doutrina Monroe foi colocada, novamente, em prática.

Com isso, a França e a Alemanha deixaram a disputa pelo domínio do território haitiano (Pierre-Charles, 2017; Seguy, 2014). Seguy (2014) citando Manigat (2003) descreve como estava o ambiente internacional e o que significava o território haitiano para as grandes potências à época:

É a grande época, a nível mundial, do imperialismo com a separação do mundo entre as grandes potências. A França se agarra a sua preponderância no Haiti, a Alemanha recém-chegada na pedreira afro-asiática, faz incursões interessadas à obtenção de uma base de abastecimento em carvão no Haiti e ao estabelecimento de uma forte penetração econômica, financeira e estratégica no país. Mas os Estados Unidos já deram o tom. A hegemonia hemisférica e, enquanto isso, o controle do mar dos Caribes com as ilhas que o cercam. O Haiti encontra-se no coração desta área cobiçada. A batalha pelo controle do Banco Nacional acabou finalmente, contra toda aparência, numa vitória americana decisiva. (Manigat, 2003, p. 153 *apud* Seguy, 2014 p. 173).

A ocupação americana do Haiti durou 19 anos e teve o mérito de estabelecer uma certa estabilidade política no país. O antigo exército, que remonta ao período revolucionário (1791-1804), foi destituído e substituído por uma Guarda Nacional, comandada por oficiais americanos. A ocupação, no entanto, não forneceu resposta aos problemas fundamentais do país, pelo contrário, as contradições foram bastante reforçadas. Tais contradições iriam se cristalizar sob governos com autonomia interna limitada, que sucederam ao ocupante (Soukar, 2013).

Segundo o historiador haitiano Michel Soukar (2013), o impacto mais visível da ocupação americana foi o estabelecimento de um novo sistema político. O cancelamento do jogo de influências das elites regionais na distribuição dos privilégios de poder foi possível graças à eliminação dos exércitos cacos (fabricantes de presidentes) e à exclusão de uma vez por todas do campesinato haitiano, como um elemento a ter em conta durante a tomada do poder político. Agora, o exército americano do Haiti “supervisionava e monitorava” o poder civil e respondia aos interesses estrangeiros.

Ao invadir o Haiti, a primeira coisa que os Estados Unidos fizeram foi “[...] ocupar a alfândega e o escritório de arrecadação de impostos. O exército de ocupação reteve o salário do presidente haitiano até que se resignou a assinar a liquidação do Banco da Nação que se converteu em sucursal do *City Bank* de Nova York” (Galeano, 2010, *s.p.*). O Banco Nacional do Haiti (*Banque de la République d’Haïti*) foi saqueado e suas reservas em ouro foram levadas para os Estados Unidos (Seguy, 2014). Todas as instituições haitianas passaram para o controle dos Estados Unidos. Ocorre que, com a invasão de 1915, o *modus operandi* do imperialismo norte-americano, em franca

expansão, viu no Haiti um território importante para a consolidação de sua preponderância na região, mas também um território para expandir e fortalecer suas indústrias.

Era necessário assegurar o controle do território haitiano para expropriar as terras dos camponeses, pois as empresas agrícolas estadunidenses vinham se estabelecendo e controlando parte expressiva das terras haitianas aptas para cultivo, representando um dos postos-chaves da invasão. E foi o que fizeram.

O roubo das terras dos camponeses só foi possível porque a Constituição haitiana, que proibia a compra de imóveis por estrangeiros, foi alterada em 1916 pelo então presidente dos Estados Unidos – e também subsecretário da Marinha, Franklin D. Roosevelt. Assim, Roosevelt declara que alterou a Constituição haitiana em uma só noite e que a alteração foi necessária para atrair investidores.

Consequentemente, a nova constituição abriu para os norte-americanos uma ampla possibilidade de controle de mercado no setor agrícola. Segundo Seguy (2014):

A partir deste momento, as sociedades norte-americanas podiam se apoderar de tudo que queriam. A recolonização doravante tinha estrada livre. Assim, a Haytian American Sugar Company (HASCO) não demorou em apoderar-se de 7.532 hectares de terras; a Haytian Products Company, 3.166 hectares; HADC, 4.410 hectares etc. Em 1943, a Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola (SHADA) se apoderou de 12.403 hectares de terras plantadas em sisal. Por isso, a SHADA teve que expropriar 40.000 famílias camponesas. (Seguy, 2014, p. 175).

A nova constituição permitia a compra de terras por estrangeiros, mas o que houve foi a expulsão dos camponeses que, em sua maioria, “[...] foram obrigados a ‘embarcar’ como se fosse aos tempos do tráfico negreiro, para as plantações de cana-de-açúcar norte-americanas em Cuba e na República Dominicana” (Seguy, 2014, p. 38).

No plano econômico e financeiro, a ocupação deixou impactos muito brutais no país, resultando na dependência total da economia haitiana pelos seguintes motivos: (I) a desestruturação gradual da economia camponesa por meio de expropriações massivas seguidas da emigração para as fábricas de açúcar de São Domingos e Cuba inicialmente; (II) dependência financeira por meio de contratos leoninos, como os celebrados entre o Estado haitiano e a construtora americana J.G. White; o empréstimo do EXIMBANK à SHADA, que acompanhou a destruição da produção de alimentos e das florestas de pinheiros do país e, posteriormente, os enormes empréstimos do projeto ODVA (Organização para o Desenvolvimento do Vale do Artibonite); (III) a reorientação da

economia haitiana para a subcontratação e o turismo a partir de 1968, induzindo a uma redução gradual da produção agrícola e aumentando a insegurança alimentar, acompanhada por episódios de fome, como em 1977 e cada vez mais frequentemente ao longo do tempo; (IV) a destruição do rebanho suíno (1981-1982) para enfraquecer ainda mais a economia camponesa e forçar a emigração rural, particularmente para Porto Príncipe pela necessidade de subcontratação, e criar uma camada de burguesia ligada à criação de porcos americanos e à importação de farelo de trigo e outros produtos feitos nos EUA; (V) desde 1986, a continuação da aplicação do “plano americano para o Haiti” com suas tarifas alfandegárias no solo, as privatizações de muitas empresas do Estado haitiano, ou camuflado como no caso da EDH, em processo de privatização de lucros pela E-Power, Sogener, Haytrac e outras, acompanhada de socialização de perdas, sob o eufemismo de “subsídio estatal” à empresa; (VI) uma sociedade cada vez mais aberta com a presença de milhares de ONGs americanas, canadenses, francesas, suíças, alemãs, entre outras. Todos trabalhando pelo “desenvolvimento do Haiti” apoiavam as grandes instituições financeiras que perseguiam os mesmos objetivos (substituindo o Estado e aplicando as políticas iniciadas por estrangeiros para cada setor privatizado); (VII) assistências em larga escala, induzindo à infantilização do Estado haitiano e à perversão da consciência. A pobreza das grandes maiorias projetando-se como um negócio com fontes inesgotáveis de lucro para uma pequena minoria.

A ocupação militar norte-americana (1915-1934) motivou o desenvolvimento de um setor capitalista moderno através do estabelecimento de plantações agrícolas, investimentos diretos ou financiamento de obras públicas geradoras de energia de compra (Soukar, 2013).

Segundo Soukar (2013), ela também modernizou a administração pública e as organizações políticas, e lançou as bases para a “democracia representativa” no Haiti, especialmente a formação de uma gendarmeria nacional moderna como goleiro do *status quo*.

A ocupação norte-americana inaugurou uma era moderna da sociedade haitiana, cujas características correspondem ao fenômeno do subdesenvolvimento, definida pelo sociólogo brasileiro Furtado (1970) como parte de um desenho histórico estruturado e sistêmico – o quadro das formações tardias, que Furtado denomina também de capitalismo bastardo e que, de alguma forma, exigia que algumas nações do concerto mundial permanecessem nesse estágio. Nossos problemas eram nacionais, porém nem tanto. O subdesenvolvimento “[...] não é uma etapa pela qual tenham, necessariamente,

passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1970, p. 181).

Seguy (2014) mostra vários movimentos que compõem a luta de resistência à invasão. Um deles era o Movimento Indigenista, que também fundamentava seus discursos na valorização da identidade nacional haitiana. A valorização do vodu como religião nacional dava o tom desse movimento. No entanto, essa proposta dividiu opiniões, o que dificultou uma unidade diante da resistência aos estadunidenses. O movimento acabou capitaneado por políticos, entre eles o futuro ditador François Duvalier.

Destarte, as principais mudanças impostas à população haitiana pela intervenção estadunidense foram: a extinção do Parlamento, censura, imposição da lei marcial, perseguição de civis engajados, prisões arbitrárias, assassinato de camponeses, apropriação de terras, perseguição religiosa, extinção do exército nacional e apropriação e controle das finanças do país (Andrade, 2016).

É necessário reforçar que, ao invadirem o país, os Estados Unidos dissolveram o exército haitiano e criaram a Guarda Civil, que ficava sob seu comando. Em pouco tempo, esse contingente armado pelos norte-americanos se transformou no exército haitiano, patrocinador dos futuros golpes de estado. A invasão estadunidense se encerrou em 1934 e deixou um rastro de violência, pobreza, degradação social e instituições falidas.

Analisamos a intervenção militar dos Estados Unidos no Haiti e, além de considerar os problemas internos como pretexto para invadir o país, temos que olhar também o contexto externo dessa ocupação. No final do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos se tornaram uma potência econômica emergente, e buscavam proteger e expandir seus interesses econômicos na região do Caribe, rica em recursos naturais como madeira, carvão e minerais. O Haiti também tinha infraestrutura importante, incluindo portos e ferrovias, que eram de interesse estratégico para o comércio e o transporte de mercadorias. Nessa mesma época, grandes potências europeias, como França e Alemanha, também buscavam ampliar sua influência no Caribe. Com a base da Doutrina Monroe⁸, formulada em 1823, os Estados Unidos, como potência em ascensão, viam na ocupação do Haiti uma forma de impedir uma possível intervenção

⁸ A Doutrina Monroe, formulada em 1823, afirmava que as Américas do Norte e do Sul deveriam ser consideradas uma esfera de influência exclusiva dos Estados Unidos. Essa doutrina serviu de base ideológica para justificar a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos das nações do Hemisfério Ocidental.

européia na região e proteger seus interesses geopolíticos. A intervenção militar americana no Haiti de 1915-1934 fez parte de uma política geral de controle estratégico da região e, conseqüentemente, impactou negativamente a política e a economia do país.

É importante mencionar a relação entre o fator precedente (dívida da independência) e a ocupação dos Estados Unidos no Haiti, porque com a dificuldade de pagar a dívida da independência, os líderes haitianos receberam muita pressão por parte da comunidade internacional e dos bancos. Isso impulsionou os líderes haitianos a recorrerem aos recursos do país para lidar com essas pressões e ameaças externas. Muitas vezes, essas decisões impactaram negativamente a sociedade haitiana, criando crises internas e guerra. O pretexto dessa ocupação foi restabelecer a ordem e a estabilidade no país. A dívida da independência do Haiti contribuiu para a instabilidade econômica e política, que acabou levando à ocupação americana em 1915 e deixou uma marca negativa nas situações políticas e econômicas durante este século. Por isso, consideramos também a ocupação dos Estados Unidos no Haiti como outro fator que estimulou seu subdesenvolvimento.

Esta seção é pertinente para o trabalho pois, além de nos mostrar a relação entre o fator precedente e a ocupação dos Estados Unidos pelo Haiti, também mostra que a ocupação americana representou uma violação da soberania do Haiti, em que os Estados Unidos impuseram sua vontade e interesses sobre o país. Essa intervenção externa minou a capacidade do Haiti de tomar decisões independentes e moldar seu próprio futuro, o que afetou negativamente sua governança e instituições. Na próxima seção, abordaremos o momento da ditadura no Haiti.

3.4 O PERÍODO DITATORIAL NO HAITI (1957 – 1986)

Décadas após o fim da ocupação americana, em 1957, o médico François Duvalier, conhecido como “Papa Doc”, venceu a eleição de 1957. Essa eleição foi marcada por violência e fraude eleitoral. Após sua eleição como presidente, obteve apoio suficiente para aprovar um novo texto constitucional e iniciou um processo de modificação das estruturas do exército, promovendo como membros seus aliados em posições estratégicas do funcionalismo público e das Forças Armadas (Charles, 1969).

Em 1959, Duvalier criou uma milícia rural, os *Volontaires de la Sécurité Nationale* (VSN), comumente conhecidos como “*Tontons Macoutes*”, para ampliar e reforçar o apoio ao regime nas áreas rurais. Segundo Charles (2017), em 1961 “*Tontons*

Macoutes” tinham o dobro do número de tropas do Exército Haitiano. Nunca foi uma força integrada às estruturas das forças de segurança do Estado. Apesar de seu poder e o comando direto que Duvalier exerceu sobre eles, tornou-se um órgão com poderes de controle e repressão muito superiores aos atribuíveis à polícia secreta.

Um dos principais objetivos dos chamados Voluntários de Segurança Nacional era controle de toda a população civil, os “Tontons Macoutes” usaram um protocolo de ação que combinou a repressão direta contra a população e a articulação de uma encenação que sugerisse de forma convincente uma população com pouco conhecimento. A execução indiscriminada da população inocente foi realizada por apedrejamento público ou queimando prisioneiros vivos em locais públicos. Seus cadáveres foram expostos pendurados de cabeça para baixo em locais movimentados, com o objetivo de assustar a uma população que esteve exposta aos crimes desta força paramilitar sem distinção de condição pessoal ou social. Pertencer a um determinado estrato social, entrando em conflito com os interesses de qualquer membro do V.S.N ou recusa em ser extorquido pelo Estado foi motivo para ser executado sem julgamento. (Charles, 1961, p. 18).

Em 1964, ele se declarou presidente vitalício e, assim, estabeleceu uma ditadura com a ajuda da milícia *Tontons Macoutes*, as forças de segurança pessoal do presidente. Em 1971, seu filho de 19 anos, Jean-Claude Duvalier, apelidado de “Baby Doc”, chegou ao poder e deu a si mesmo o mesmo título de seu falecido pai (Haggerty, 1991).

Segundo Haggerty (1991), o regime de Duvalier foi marcado pela violência política, repressão aos direitos humanos, corrupção generalizada, uso de milícias paramilitares e perseguição a opositores políticos. Essas práticas deixaram cicatrizes profundas na sociedade haitiana, e muitos haitianos continuam sofrendo as consequências desses anos de ditadura.

O regime de Jean-Claude Duvalier permitiu a existência de apenas um partido político, o CONAJEC (Conselho Nacional de Ação Jean-Claudiste). O presidente controlava as instituições nacionais e as principais engrenagens da economia. Quando chegou ao poder, empreendeu o que chamou de “revolução econômica”; tentou reviver o turismo, abrir o país para pequenos subcontratantes norte-americanos e apelou para ajuda externa. No entanto, essas medidas não impediram o aumento do endividamento do Haiti (Bellegarde-Smith, 1990).

Durante todos esses anos, a família Duvalier enriqueceu com os recursos públicos do Estado, deixando o país em situação econômica precária devido à corrupção e às decisões macroeconômicas tomadas. A saída de Jean-Claude Duvalier ocorreu após mais de dois meses de agitação, marcada por manifestações estudantis e da população em geral, deixando um total de 50 mortos e 133 feridos. De 26 a 30 de janeiro de 1986, foram

organizadas marchas de protesto em várias regiões do país. Esses protestos violentos forçaram o presidente a declarar estado de sítio em 31 de janeiro, fechando várias rádios públicas e privadas (Bellegarde-Smith, 1990).

Após a partida de Jean-Claude Duvalier em 1986, que foi para o exílio na França com a ajuda dos Estados Unidos, iniciou-se um novo ciclo de instabilidade política no Haiti, marcado por várias tentativas de golpe de Estado. Conseqüentemente, neste período, a economia haitiana tornou-se ainda mais precária e frágil (Manigat, 2004).

A democracia surgia como um conceito abstrato. De fato, há muitas formas de exercício da democracia; tudo depende de sua materialidade e das relações entre as classes sociais. A possibilidade de se estabelecer a soberania popular por meio de eleições e a partir do Estado foi algo que sempre colocou em risco o poder da classe dominante haitiana associada ao imperialismo. O modelo político criado ficou sempre aquém das mudanças provocadas por facções personalistas secundadas por seus próprios aparatos armados. A corrupção passou a ser associada também a um vago conceito de democracia, que, para muitos, significava apenas uma troca de favores, uma busca de oportunidades pessoais. Democracia passava a significar concretamente possibilidades de emprego, comida e retornos materiais, mas não em um sentido de mobilização e luta, e sim de compadrio. Esse foi o objetivo geral do processo da aparente democratização iniciado no ano de 1986, que visava, por outro lado, desviar e conter os impulsos de mobilização e organização popular que despontavam. Os limites à consolidação da democracia, mesmo que sob a direção da burguesia haitiana, provocaram intenso debate (Cajou, 2013).

No decorrer de 30 anos após a queda de Duvalier, as condições socioeconômicas do país se deterioraram ainda mais. Se no início do século XX o país poderia contar com a sua produção agrícola, que representou mais de 70% do PIB, dos quais 50% vinham apenas do café, agora a economia haitiana dependia de elementos completamente exteriores, como a diáspora haitiana e ajuda internacional. Devido à falta de investimentos, o Haiti não foi capaz de desenvolver a infraestrutura e a capacidade produtiva que poderiam apoiar seu crescimento (Charles, 1994).

A Tabela 1 mostra informações sobre o PIB e PIB per capita do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Honduras durante o período ditatorial no Haiti. Tal comparação entre os países tem como objetivo evidenciar a fragilidade da economia haitiana durante esse período. Escolhemos o Brasil por ser o melhor país da América Latina no plano territorial, o Uruguai por apresentar o maior PIB per capita da América Latina, a

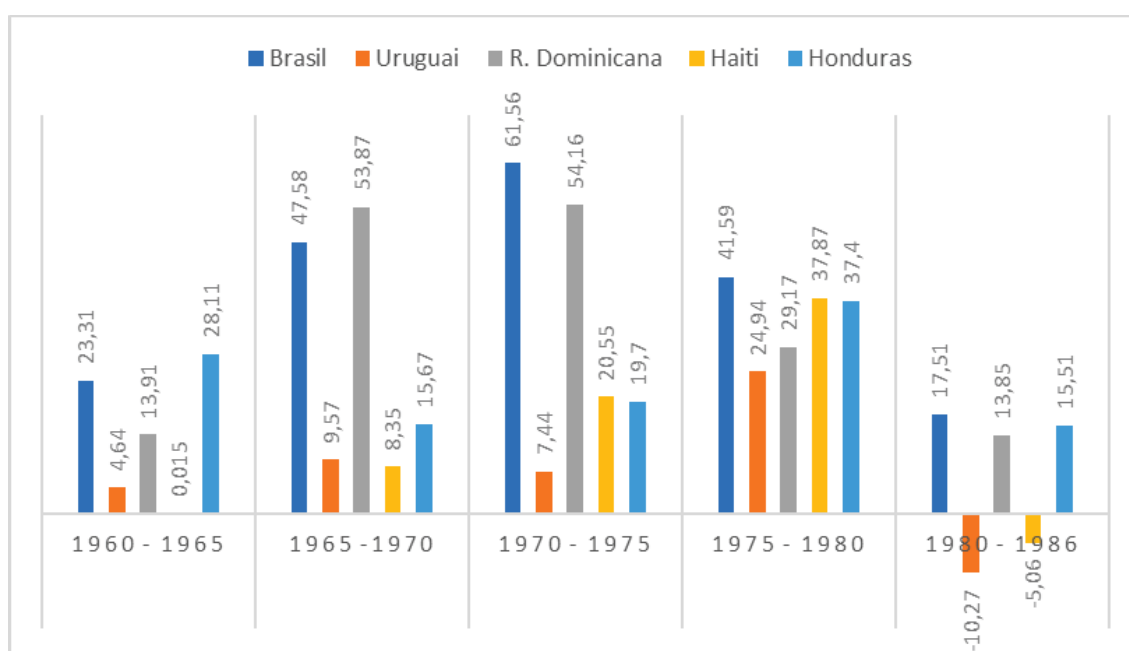
República Dominicana por estar na mesma ilha e fazer fronteira com o Haiti e Honduras por ter também, assim como o Haiti, uma economia frágil.

Tabela 2 – PIB real e PIB per capita do Brasil, Uruguai, República Dominicana, Honduras e Haiti (1960 – 1986 em dólares americanos)

	1960	1965	1970	1975	1980	1986
Haiti						
<i>PIB real</i>	6 690 000 000	6 691 000 000	7 250 000 000	8 740 000 000	12 050 00 000	11 440 000 000
<i>PIB per capita</i>	70	82,6	70,8	133	254,1	363,6
Brasil						
<i>PIB real</i>	188 460 000 000	232 400 000 000	342 970 000 000	554 120 000 000	784 560 000 000	898 400 000 000
<i>PIB per capita</i>	233	265,5	439,2	1034,2	1941,3	1836,7
Uruguai						
<i>PIB real</i>	16 780 000 000	17 560 000 000	19 240 000 000	20 730 000 000	25 900 000 000	23 240 000 000
<i>PIB per capita</i>	491,2	705,4	765,9	1232	3340,7	1933,5
R. Dominicana						
<i>PIB real</i>	4 530 000 000	5 160 000 000	7 940 000 000	12 240 000 000	15 810 000 000	18 000 000 000
<i>PIB per capita</i>	203,9	229,6	331,9	704,8	1174,7	934,1
Honduras						
<i>PIB real</i>	2 490 000 000	3 190 000 000	3 960 000 000	4 740 000 000	6 510 000 000	7 520 000 000
<i>PIB per capita</i>	161,5	211,6	259,8	347,8	1050,3	1257,4

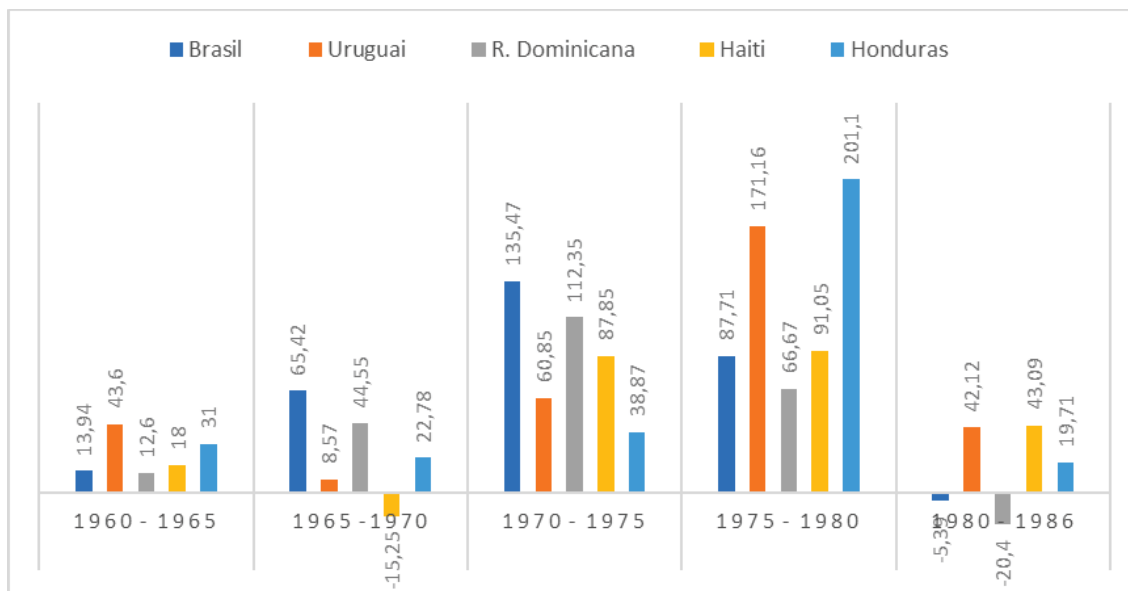
Fonte: *Data World Bank*

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB real em % do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Haiti em dólares americanos



Fonte: *Data World Bank*

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB per capita em % do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Haiti (1960 - 1986)



Fonte: *Data World Bank*

Analisando a Tabela 2 e os Gráficos 1 e 2, percebemos a fragilidade da economia haitiana durante o período da ditadura no país, que começou em 1957 e terminou em 1986. Na Tabela 2, utilizamos dois fatores para analisar a economia haitiana durante a ditadura: o PIB real e o PIB per capita. Utilizamos o PIB real porque ele mensura a produção de bens e serviços para a demanda final a preços constantes, ou seja, elimina a distorção das variações de preços (tanto da inflação quanto da deflação) (Hoffman, 2006). Neste trabalho, 2015 foi escolhido como o ano-base para análise do PIB per capita, por ser considerado, de certa forma, um indicador do padrão de vida, pois relaciona o crescimento de uma economia com a riqueza de sua população.

Com base na Tabela 2, podemos destacar que o PIB per capita do Haiti é o menor de todos os países. Na medida em que PIB per capita é considerado, de certa forma, um indicador do padrão de vida, pois relaciona o crescimento de uma economia com a riqueza de sua população, pode-se concluir que a economia haitiana teve dificuldades para crescer, e essa dificuldade pode ter vindo devido ao clima político instalado no país durante o período ditatorial. Ressalta-se ainda o crescimento exponencial do PIB per capita entre 1970 a 1975, em especial no Brasil, que registrou um aumento de 135,45%.

Esse crescimento pode ter ocorrido devido ao aumento dos preços das commodities durante o período. Segundo Furtado (1970), houve um aumento significativo nos preços das commodities, como petróleo, minérios, produtos agrícolas, entre outros, o que beneficia os países latino-americanos que são grandes produtores e exportadores desses produtos, como o Brasil. O aumento dos preços permitiu que esses países gerassem receitas substanciais com as exportações, impulsionando suas economias. O autor ainda relata que houve aumento no fluxo de capital estrangeiro, na década de 1970, para a América Latina, principalmente para a formação de empréstimos diretos e investimentos. Tal fato é influenciado por uma série de fatores, incluindo taxas de juros baixas nos países desenvolvidos, busca por novos mercados e recursos naturais, além de políticas de incentivo à entrada de capital estrangeiro adotadas por alguns países latino-americanos. Esse influxo de capital ajudou a financiar investimentos em infraestrutura, indústrias e setores produtivos, impulsionando o crescimento econômico.

Ainda em relação à Tabela 2, outro fator que merece destaque é que, de 1980 a 1986, o PIB per capita do Haiti cresceu 43,09% e de Honduras, 19,71%. Durante esse mesmo período, o PIB per capita do Brasil decresceu 5,39%, da República Dominicana, 20,48% e do Uruguai, 42,12%. Tal resultado é devido à crise econômica da década de 1980, que acarretou consequências significativas para a região, incluindo recessão, aumento do desemprego e queda do padrão de vida. Contudo, no caso do Haiti e de Honduras, o impacto não foi tão significativo devido à baixa integração na economia global, especialmente o Haiti. Historicamente, o país tinha uma economia menos integrada à economia global em comparação a outros países da América Latina, além de menor endividamento externo e problemas políticos internos, como descrito anteriormente.

O período da ditadura também é um fator no subdesenvolvimento, pois criou um clima de repressão, corrupção e má governança, prejudicando o desenvolvimento do Haiti por décadas. As consequências desse período tiveram efeitos duradouros no país e continuam a influenciar os desafios enfrentados ainda hoje em termos de desenvolvimento econômico e social. A ditadura contribuiu no atraso estrutural das instituições, já que muitas estavam sob o controle dos *Tontons Macoutes*, que são os milícias do regime duvalierismo. Como resultado, desviaram fundos públicos, saquearam os recursos do país e usaram recursos do Estado para ganho pessoal. Essa corrupção generalizada prejudicou a capacidade do governo de investir em projetos de desenvolvimento e fornecer serviços públicos essenciais.

A próxima seção descreve a década de 1980, que foi um período de transição em que o Haiti precisou lidar com as consequências dos anos de ditadura enquanto buscava estabelecer um novo quadro político e econômico.

3.5 DÉCADA DE 1980 NO HAITI E A CRISE DA DÍVIDA NA AMÉRICA LATINA

Inicialmente, deve-se destacar que, nas décadas de 1960 e 1970, a América Latina experimentou um desenvolvimento significativo, baseado em investimentos estrangeiros (principalmente de bancos ocidentais, em que os países árabes produtores de petróleo colocaram seu dinheiro) que permitiram uma decolagem industrial significativa, a exemplo do México (Furtado, 1970).

Esse também é o caso do Brasil, que vivenciou um crescimento muito importante nesse mesmo período:

By the beginning of the 1960s, domestic output accounted for about 90 per cent of the total supply of industrial products available on the Brazilian market. In the case of consumer durables, domestic production covered more than 95 per cent of the total domestic supply, in the case of intermediate industrial goods about 90 per cent and in the case of capital goods about 80 per cent. Industrialization had thus made considerable progress towards the creation of an industrial system with a degree of diversification comparable to that of the highly industrialized economies. Mention should also be made of the import-substitution process in the petroleum sector, which started in the second half of the 1950s when petroleum imports accounted for nearly one-fifth of the total value of Brazilian imports. Since then, the value of these imports has been stabilized as a result of the rapid expansion of refining in the first instance, followed by a steady increase in the output of crude. (Furtado, 1970, p. 188).

No entanto, no final da década de 1970, quando a crise econômica obrigou os países ocidentais a reduzirem suas importações, em particular de produtos básicos, como o cacau, que compravam aos países do Sul, assistimos a um forte regresso econômico (Furtado, 1970). Naquela época, as taxas básicas de juros nos EUA ultrapassaram 20% para combater a inflação. Isso levou à escassez de crédito para os países do Sul e à valorização do dólar. Com isso, o crédito se torna, por um lado, mais caro para os países latino-americanos, mas também mais difícil de pagar, tanto que os juros não pagos se somam à dívida externa já existente, tornando a situação insuportável para diversos países.

A partir daí, a dificuldade que os países da América Latina tiveram para pagar a dívida externa aparece claramente aos olhos do mundo. Consequentemente, a instabilidade econômica também ameaçava muitas economias ocidentais, credoras da

América Latina. Com a ajuda do FMI e do Banco Mundial (BIRD), os governos ocidentais tiveram que enfrentar esse problema de frente (Roberto; Fanelli; Rzenwurcel, 1990). O ano de 1989 pôs fim à crise por meio da emissão de títulos e redução parcial da dívida. Em troca de uma reorganização de sua dívida, os países da América Latina comprometeram-se a abrir sua economia por meio de reformas liberais: os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs).

Alguns países latino-americanos adotaram políticas econômicas inadequadas, como altos níveis de gastos públicos, controle cambial excessivo, protecionismo comercial e falta de incentivo ao setor privado. Essas políticas contribuíram para o acúmulo de desequilíbrios macroeconômicos, como inflação elevada, déficits fiscais e baixo crescimento econômico (Roberto; Fanelli; Rzenwurcel, 1990). A combinação desses fatores resultou em uma crise generalizada na América Latina. Muitos países enfrentaram graves problemas de dívida externa, tiveram que buscar ajuda do FMI e implementar programas de ajuste estrutural, que incluíam medidas de austeridade, desvalorização da moeda, redução dos gastos públicos e reformas estruturais.

No caso do Haiti, durante a década de 1980, o país estava sob o regime autoritário de Jean-Claude Duvalier (Baby Doc). Esse momento foi marcado por uma grande mudança política através do primeiro programa de ajustamento estrutural, que levou à liberalização das taxas de juros, da reforma bancária e dos regulamentos da repatriação de lucros de empresas transnacionais para empresas de fora do país e menores cotas de importação e tarifas (Soukar, 2013). O país também teve que abolir suas barreiras aduaneiras aos produtos de outros países, como os dos Estados Unidos. O governo haitiano aceitou, assim, a perpetuação da interferência norte-americana. Além disso, a liberalização e o rigor orçamental passaram a ser os seus dois novos *leitmotifs*. Entre 1986 e 1990, a despesa pública foi de, em média, 17% do PIB, em comparação a 20% entre 1976 e 1980; entre 1991 e 1995, caiu para 10,41% (IHSI, 2012).

Em relação ao ajuste estrutural e às políticas neoliberais, é importante mencionar sobre o Consenso de Washington, que apresentava algumas regras baseadas na abertura comercial, com o afrouxamento da economia e o desaparecimento de algumas restrições econômicas. O modelo propunha também uma reforma econômica e tributária ancorada na disciplina fiscal e na redução dos gastos públicos. Uma importante característica do consenso estava na privatização das estatais. Além disso, e com foco no mercado, o plano visava controlar a taxa de juros e incentivar as importações entre os países. Havia a ideia

de expandir esse conjunto de reformas para os países subdesenvolvidos, com foco no combate à pobreza, na modernização e no crescimento da industrialização (Soukar, 2013).

Em 1995, o FMI obrigou o Haiti a reduzir os impostos sobre o arroz de 35% para 3,9%. Com isso, produtos agrícolas do Norte Global, muitas vezes fortemente subsidiados, puderam inundar o mercado haitiano a preços abaixo da produção local, penalizando severamente toda a economia haitiana. Foi assim que, no período entre 1995 e 2003, o valor das exportações do Estado haitiano foi reduzido para 7%, de 25 milhões de dólares para 3,5 milhões de dólares (IHSI, 2012).

Com o ajuste estrutural no Haiti na década de 1980, iniciou um novo fator que impactou a vida da população haitiana, especialmente a mais vulnerável. Cortes de subsídios de commodities, aumentos de tarifas de serviços públicos e cortes orçamentários em áreas como educação e saúde afetaram desproporcionalmente os pobres, aprofundando a pobreza e a desigualdade.

É importante mencionar que os programas de ajuste estrutural do FMI não somente impactaram negativamente o Haiti, mas também os países da América Latina. As consequências foram diferentes em cada país, mas o ponto em comum foi a dominação por estrangeiros, o que nos faz lembrar a colonização. Em nossa análise, percebemos que o FMI e a colonização são fenômenos separados em termos de tempo e contexto, e estão interligados através das dinâmicas energéticas, políticas e fatores sociais que moldaram a América Latina. Os programas de cunho estrutural do FMI, muitas vezes vistos como imposições externas, foram percebidos como uma continuação das desigualdades históricas e das relações de poder desiguais que têm raízes na colonização.

Durante a colonização, as potências colonizadoras exerceram domínio econômico e político sobre as terras colonizadas. Esse legado de dominação econômica e política persistiu em muitos países da América Latina, e evoluiu em um equilíbrio de poder tanto interno quanto internacionalmente. O FMI, como instituição internacional, foi frequentemente visto por seus críticos como perpetuando essas relações de poder desiguais. Essas políticas eram frequentemente impopulares e percebidas como favorecendo as elites econômicas em detrimento da maioria da população, alimentando ressentimentos e desigualdades históricas. Assim como em muitos outros países em desenvolvimento, sofreram duras críticas ao longo dos anos.

Este capítulo faz um panorama sobre a história do Haiti desde o período da colonização até o pós do ano 1980, e tem como finalidade mostrar aos leitores os diferentes fatores que resultaram no Haiti de hoje. De acordo com o cientista social Josué

Castro (1972), o subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, a insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta. Exemplo deste é o Haiti, pois, após sua independência no início do século XIX, mais precisamente em 1º de janeiro de 1804, alguns fatores aconteceram no país, os quais têm grande contribuição no país atual. Todos esses fatores têm raízes internacionais, exceto um deles, que é a ditadura, a qual não veio da comunidade internacional, mas foi apoiada por essa comunidade naquele período.

O primeiro fator é *o embargo que foi implantado pela comunidade internacional* contra o Haiti após sua independência, que é, na verdade, uma resposta da comunidade internacional àquele momento para mostrar ao povo haitiano seu desacordo com a sua independência, como já mencionado no início deste capítulo. Essa foi a primeira decisão arbitrária da comunidade internacional contra o Haiti, que empatou negativamente a economia do país, pois o Haiti acabava de sair de uma guerra devastadora (guerra pela sua independência) e a comunidade internacional decidiu isolá-lo politicamente e economicamente. Assim, essa decisão impactou negativamente sua economia naquele momento.

O segundo fator é *a indenização do Haiti pela França*, ou seja, a dívida pela sua independência. Essa decisão veio direto da França e teve apoio da comunidade internacional, mais precisamente dos Estados Unidos e Inglaterra. Após 21 anos da conquista da independência, que foi o resultado de uma longa luta contra o sistema de escravidão segregacionista e racial, o Haiti se tornou a primeira república negra independente do mundo. No entanto, para reconhecer sua independência, a França taxou um pesado ônus econômico ao país. Em 1825, o rei francês Carlos X exigiu que o Haiti pagasse uma indenização de 150 milhões de francos em ouro para compensar as perdas sofridas pelos antigos proprietários de plantações de escravos; essa indenização foi imposta ao Haiti como condição para o reconhecimento diplomático e para que o país pudesse escapar do isolamento internacional. Para pagar a dívida, o Haiti foi forçado a contrair empréstimos no mercado internacional, o que afetou severamente sua economia e desenvolvimento.

O terceiro fator é *a ocupação americana no Haiti*. Aqui, enfatizamos a indenização imposta pela França ao Haiti e a ocupação americana no país. A ocupação ocorreu em 1915, quando os Estados Unidos enviaram tropas ao Haiti sob o pretexto de

estabilizar o país. Durante a ocupação, os Estados Unidos implementaram várias reformas políticas, econômicas e infraestruturais no Haiti. Uma das medidas adotadas foi a reorganização das finanças haitianas, que incluía a criação de uma comissão financeira controlada pelos Estados Unidos. Essa comissão tinha o poder de tomar decisões sobre as finanças haitianas, incluindo a administração das receitas alfandegárias. Uma parte dessas receitas foi destinada ao pagamento da dívida externa do Haiti, que incluía a indenização imposta pela França. Os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de garantir que a França recebesse os pagamentos devidos pelo Haiti. Durante a ocupação, o Haiti foi obrigado a tomar empréstimos internacionais para cumprir os pagamentos.

Portanto, percebemos que essa ocupação teve um papel significativo no agravamento da situação financeira do país, já que uma parte considerável de seus recursos financeiros foi direcionada para o pagamento da dívida externa, incluindo a indenização à França. Essa dívida e as condições impostas pelos Estados Unidos durante a ocupação tiveram impactos duradouros na economia e na soberania do Haiti. Vale ressaltar que a ocupação americana durou até 1934, quando as tropas dos Estados Unidos foram retiradas do Haiti. No entanto, a dívida e as consequências econômicas desse período ainda afetam o país até hoje.

O quarto fator é *a ditadura haitiana*. Como já mencionado anteriormente, a ditadura haitiana não foi estabelecida pela comunidade internacional, mas teve apoio dos Estados Unidos e da França. Durante o governo dos Duvaliers, o Haiti foi caracterizado por uma repressão brutal aos dissidentes políticos, violações dos direitos humanos e corrupção generalizada. No entanto, os Estados Unidos forneceram apoio financeiro, diplomático e militar ao regime, considerando-o um aliado na luta contra a influência comunista na região durante a Guerra Fria. Claro que esse apoio aos Duvaliers era baseado em interesses geopolíticos, bem como em preocupações com a segurança e estabilidade regional. Os Estados Unidos viam o Haiti como uma barreira contra a propagação do comunismo e como uma posição estratégica no Caribe. Isso incluiu o fornecimento de ajuda econômica e militar, treinamento de forças de segurança haitianas e cooperação em assuntos de inteligência. Essa colaboração entre os Estados Unidos e a ditadura dos Duvaliers contribuiu para prolongar o regime autoritário e perpetuar os abusos contra os direitos humanos no Haiti, resultando na degradação da economia haitiana e deterioração do padrão de vida da população.

Por fim, o quinto fator são os ajustes estruturais feitos pelo FMI no Haiti, pois as reformas econômicas associadas aos programas favoreceram as elites econômicas e

acentuaram a desigualdade de renda no país. A maioria da população viu suas condições de vida deteriorarem, enquanto algumas elites econômicas se beneficiaram das reformas.

Concluimos que, durante os séculos XIX e XX, esses cinco fatores que aconteceram no Haiti empatam muito o país no plano econômico, político e social, consequentemente atrasando a economia e contribuindo em seu subdesenvolvimento. Para entender melhor o próximo capítulo, mostraremos a fragilidade da economia haitiana, em especial as refletidas em sua balança de pagamento.

4 O ATRASO ESTRUTURAL E A FRAGILIDADE CRÔNICA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS

Neste capítulo, os efeitos da política econômica tradicional foram analisados para explicar e compreender as mudanças estruturais na economia haitiana. Foi realizada uma análise sobre a economia do Haiti durante as últimas duas décadas e, por meio dos dados macroeconômicos, comparamos a economia haitiana com diversas outras economias do mundo para mostrar a precariedade da economia do país caribenho. Analisamos também a pobreza e a ausência das políticas públicas para combatê-la. Para mostrar a fragilidade crônica na balança de pagamentos do país, trouxemos informações sobre as relações comerciais do Haiti com diversos países.

A evolução da economia haitiana na última década apresenta peculiaridades próprias no que diz respeito à própria gênese da sociedade, da produção e das relações sociais. Apresenta também características fortemente diferenciadas, em singular entrelaçamento e contradições, quanto à dinâmica interna do país e à natureza de sua inserção na economia mundial. Daí as características do desenvolvimento *sui generis* dessa economia, sua arritmia geral em relação a outras economias da região. E também sua trajetória antidesenvolvimentista que se manifesta em uma crise estrutural e permanente que leva à degradação, à extrema miséria, à pobreza e à condição de país de menor desenvolvimento, o único do continente americano.

Compreender esses problemas no Haiti passa, necessariamente, por uma análise multidimensional (política, econômica e social) que pode ser dividida em dois períodos principais: i) de 1986 a 2010 (processo de liberalização e dominação das ONGs), e ii) a

partir de 2010 (depois do terremoto de 12 de janeiro, processo de interferência humanitária e proliferação das ONGs). Esta subdivisão ajuda a compreender a transição de uma economia de subsistência (baseada na agricultura) para uma economia altamente dependente baseada na ajuda internacional (Joachim, 1979).

Esta passagem testemunha a degradação gradual e acentuada dos recursos do país e das condições materiais de vida da população haitiana. Uma das características essenciais desse fenômeno é a falta de vontade política (visão global) das elites haitianas que não conseguem pactuar um projeto social para o país (Manigat, 1959).

O contexto dos anos 1988-1994 foi particularmente marcado por grandes momentos de agitação política e, sobretudo, pela ascensão do poder da ajuda humanitária internacional no Haiti (Barthélemy, 1995). Esta ajuda foi uma oportunidade para a “comunidade ocidental” impor seus princípios e crenças fundamentais de acordo com seus interesses. Em nome da ação de socorro às populações em situação de vulnerabilidade, prevalecem dois fenômenos: a acentuação das disparidades (sociais, econômicas e territoriais) e a multiplicação de organizações não governamentais ou de interferência humanitária.

Essas duas novas disposições se alimentam da fraqueza do Estado haitiano ao perturbar o equilíbrio social em nome do direito internacional universal. Além das muitas lutas internas no Haiti, há, portanto, o problema das relações internacionais (Norte/Sul) entre o país e seus parceiros internacionais (Providence, 2012). Surge, então, de forma mais geral, a reflexão sobre “governança territorial” e “estratégias político-econômicas” para o desenvolvimento do país.

Em nome das considerações humanitárias, uma redefinição do papel do Estado haitiano está ocorrendo lentamente, particularmente no planejamento do desenvolvimento local e na governança territorial. Esta redefinição é acompanhada por medidas de ajustamento estrutural para acelerar as trocas econômicas e culturais no quadro da globalização (Tardif, 1997). O Estado haitiano deixa de figurar como o principal interlocutor político e se vê relegado a posições inferiores. Trata-se de um grande choque sociocultural que conduz à “dependência estrutural” do país em relação à ajuda internacional.

O culto ao estrangeiro continua muito presente na nossa concepção de desenvolvimento. Essa parte da herança colonial em termos de governança econômica e social, passando pelo processo de “centralização” do país, para terminar no grande período de dependência de ajuda internacional. Uma das especificidades da ajuda

internacional é a proliferação de ONGs e, especialmente, de “especialistas em desenvolvimento local” que não entenderam que os chamados projetos de desenvolvimento não podem dar respostas sustentáveis e duradouras às necessidades da população. Essa ajuda é destinada ao consumo sem nenhuma preocupação estratégica de recuperação econômica por meio de investimentos em setores-chave da economia haitiana.

Essas ambiguidades são consequência da falta de coordenação do próprio sistema de ordenamento do território a funcionar por caprichos ou recomendações dos vários doadores. Assim, à multiplicidade de ONGs e doadores, deve-se acrescentar a multiplicidade de métodos de intervenção e financiamento (as famosas condicionalidades). Com isso, os atores locais não sabem qual estratégia adotar e seu processo de aprendizagem e capitalização de experiências torna-se cada vez mais complicado.

De fato, existem problemas sociopolíticos e econômicos reais nesse sistema de projetos de doadores para o desenvolvimento local no Haiti. Está na moda a noção de territorialidade (local) sem uma real vontade de integração estratégica (dos atores locais) para combater as disparidades socioeconômicas do país.

A estratégia tradicional de planejamento do desenvolvimento do Haiti se baseia em um ambiente saudável para a comunidade internacional. Não implica propriamente a valorização dos recursos locais para um desenvolvimento sustentável e endógeno. Ou ainda, “[...] não se insere numa dinâmica de competitividade interdepartamental complementar capaz de reduzir os retornos territoriais e desencadear o processo de competitividade nacional” (Providence, 2012, p. 50). Essa é uma nova consideração da ajuda internacional que desafia a fórmula simples dos promotores de projetos locais: “As ONGs devem substituir o Estado haitiano no quadro da abordagem participativa”.

Na primeira seção deste capítulo, os efeitos da política econômica tradicional são analisados para explicar e compreender as mudanças estruturais na economia haitiana. Por isso, o foco estava no sistema tradicional de planejamento no Haiti que impõe disparidades socioeconômicas no país. Consequentemente, o Haiti perde cada vez mais a sua capacidade produtiva e torna-se dependente da ajuda internacional e da intervenção das ONGs. Esta seção é muito pertinente para o trabalho, pois nos ajuda a compreender o limite do sistema tradicional no Haiti, que é uma das raízes da dependência da economia haitiana e que abalou negativamente a economia, e também a continuação da dominação

externa por meios das ONGs. A próxima seção deste capítulo aborda a fragilidade da economia haitiana.

4.1 A FRAGILIDADE DA ECONOMIA HAITIANA

Atualmente, em termos administrativos, a República do Haiti está subdividida em dez departamentos, 41 *arrondissements*, 146 comunas e 571 seções comunais. O país também compreende 63 distritos, 7.170 domicílios e 10.172 localidades. Segundo o Banco Mundial (2022), a população é estimada em 11.584.996 habitantes. A distribuição populacional por grandes faixas etárias apresentou a seguinte estrutura: os menores de 15 anos representam 37,0%, os de 15 a 64 anos 58,0% e os de 65 anos ou mais representam 5,0%. Quanto à distribuição espacial, cerca de 58,0% da população total do país vive em áreas rurais (IHSI, 2017).

No plano econômico, instaura-se um poder oligárquico, essencialmente comercial. A “burguesia compradora”, como dizem, controlava o escoamento da produção agrícola e, posteriormente, o escoamento das mercadorias importadas para o país (Manigat, 2004). Como resultado, nunca houve políticas públicas reais para a integração econômica dos níveis territoriais e o processo de subprodução está se tornando a regra. Assim, em termos de crescimento econômico, o Haiti vem apresentando resultados cada vez mais catastróficos a ponto de regredir na escala de desenvolvimento, caindo do 136º lugar em 2000 para o 177º lugar em 2010, e para 163º lugar em 2021 (Banco Mundial, 2022).

A Tabela 3 mostra a comparação do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) do Haiti com o IDH do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Honduras, evidenciando o grau do subdesenvolvimento no Haiti resultante de seu problema econômico.

Tabela 3 – IDH do Haiti, Brasil, Uruguai, República Dominicana e Honduras

	1990	2000	2010	2021
Haiti				
Posição	117º	136º	177º	163º
Pontos	0,409	0,442	0,470	0,535
Brasil				
Posição	79º	81º	93º	87º
Pontos	0,610	0,679	0,723	0,754
Uruguai				

Posição	48°	50°	59°	58°
Pontos	0,692	0,742	0,773	0,754
R. Dominicana				
Posição	91°	95°	102°	80°
Pontos	0,598	0,657	0,703	0,767
Honduras				
Posição	103°	121°	132°	137°
Pontos	0,506	0,554	0,596	0,621

Fonte: *Data World Bank*

O IDH é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda. A utilização de um indicador que envolvesse outras variáveis que não somente a questão econômica ocorreu pela primeira vez em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH é uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, menor é o indicador para os quesitos de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos. No mundo, nenhum país possui o IDH zero ou um.

A Tabela 3 mostra informações sobre o IDH e a posição no ranking de desenvolvimento do Brasil, Uruguai, República Dominicana e Haiti nos anos 1990, 2000, 2010 e 2021. Os dados revelam que o Haiti ocupa o menor grau de desenvolvimento em comparação aos outros países, resultando no posicionamento mais baixo, de 117° em 1990 para 136° em 2000, e 177° em 2010 para 163° em 2021.

Na raiz desses maus resultados estão a renda e a distribuição da riqueza do país. Segundo o Banco Mundial (2023), 90% da população haitiana está vivendo na pobreza⁹ e 1/3 dessa quantia se encontra em uma situação da extrema pobreza¹⁰. Os dados macroeconômicos mostram que o Haiti é um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre da América Latina. No geral, 80% da população haitiana tem apenas 32% da renda e 2% dentre os mais ricos estão na posse de 26% da renda total (IHSI, 2022). Com o tempo, essa tendência evolui na mesma direção, tornando a grande maioria das famílias haitianas mais vulneráveis.

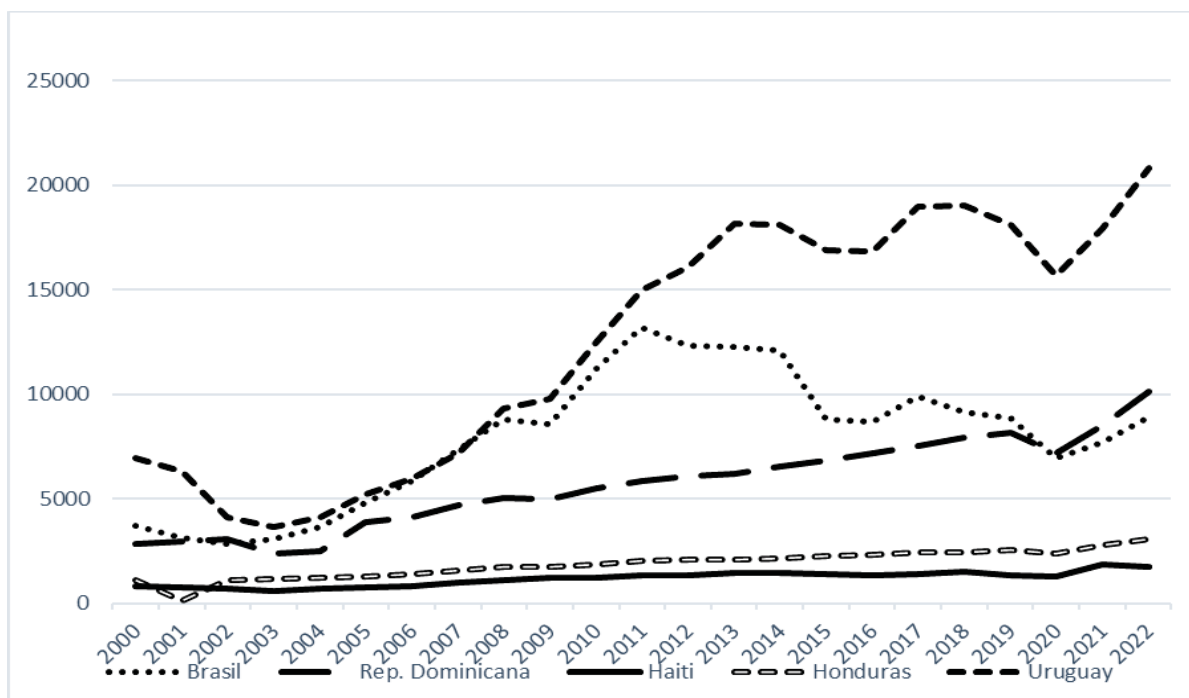
Nas últimas duas décadas, o Haiti enfrentou profundas crises políticas e econômicas que afetaram o padrão de vida da população. O Estado haitiano, sem estratégia, não conseguiu resolver a longa crise multidimensional que levou ao processo

⁹ Pobreza - pessoas vivendo com 3 dólares ou menos por dia, (Banco Mundial, 2021)

¹⁰ Pessoas vivendo com 2,15 dólares ou menos por dia, (Banco Mundial, 2021)

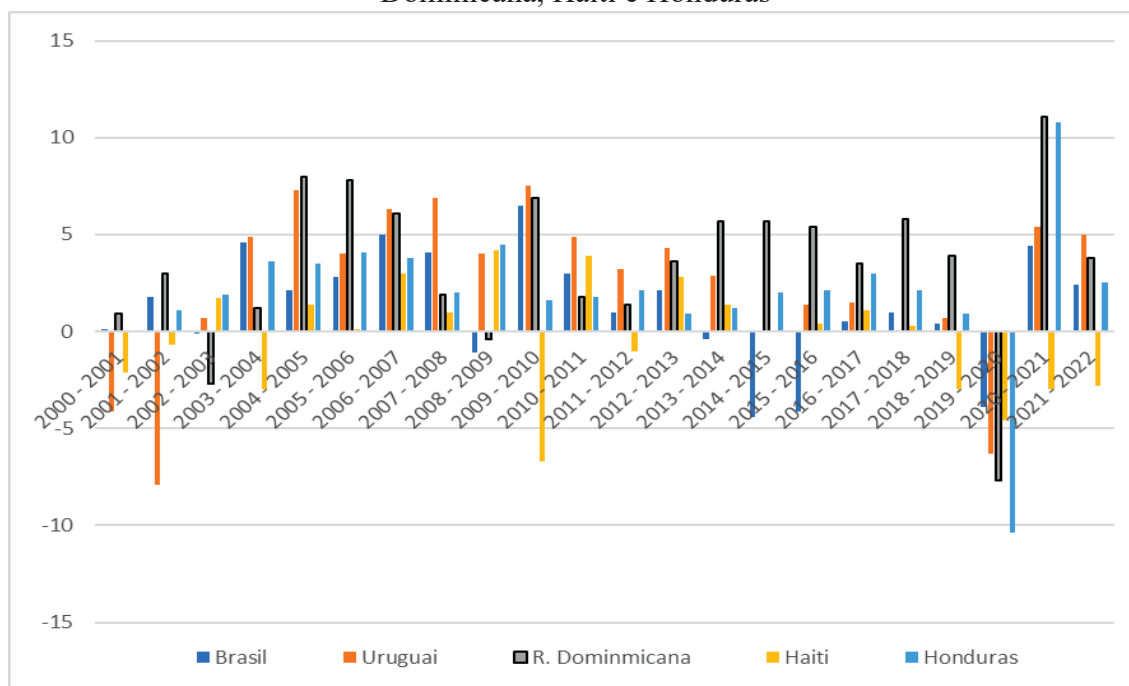
de empobrecimento maciço dos atores haitianos locais. São instabilidades sociopolíticas que impactam negativamente o quadro macroeconômico e o crescimento da economia haitiana, o que leva o Haiti a afundar cada vez mais no abismo da pobreza e do subdesenvolvimento. No Gráfico 3, comparamos o PIB per capita e a taxa de crescimento do Haiti, Brasil, Uruguai, República Dominicana e Honduras para evidenciar a fragilidade da sua economia.

Gráfico 3 – PIB per capita do Brasil, República Dominicana, Haiti, Honduras e Uruguai (2020-2022)



Fonte: *Data World Bank*

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB per capita em % do Brasil, Uruguai, República Dominicana, Haiti e Honduras



Fonte: *Data World Bank*

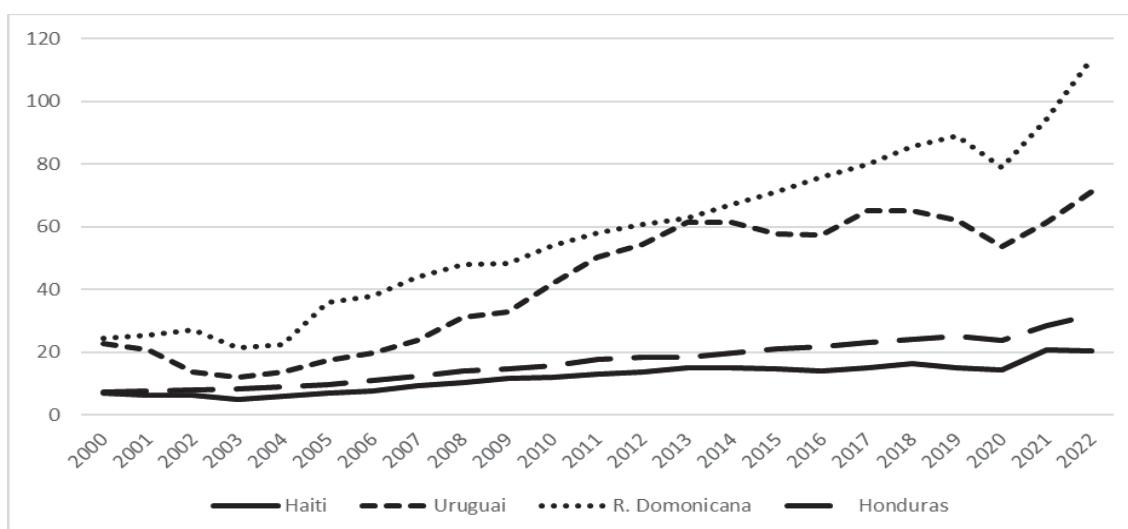
Os Gráficos 3 e 4 ilustram os dados sobre o PIB per capita e a taxa de crescimento do PIB per capita do Brasil, Uruguai, Haiti, República Dominicana e Honduras. O PIB per capita é considerado, de certa forma, um indicador do padrão de vida, pois relaciona o crescimento de uma economia com a riqueza de sua população, ou seja, o valor médio da produção econômica por pessoa em um país, como mencionado no capítulo anterior. Geralmente, uma taxa de crescimento positivo do PIB per capita está associada a um aumento no padrão de vida da população, o que pode significar melhores oportunidades de emprego, maior renda disponível e acesso a serviços e bens essenciais.

Em relação ao PIB per capita do Haiti, historicamente, observa-se que o país sempre manteve um nível bem baixo em comparação aos outros países analisados. Alguns fatores independentes contribuíram para manter o baixo nível do PIB per capita do Haiti, incluindo conflitos políticos, instabilidade e ingerência internacional no país em 2001, 2002 e 2004, e uma crise política aguda ainda no ano de 2004. O governo do presidente Jean-Bertrand Aristide gerou crescente oposição, com alegações de corrupção e violação dos direitos humanos, o que levou a protestos e conflitos em várias partes do país. Essa oposição também se manifestou por rebelião e violência com o apoio de grupos armados rebeldes, e o presidente foi obrigado a deixar o país.

Em 2010, o PIB per capita do Haiti decresceu 6,7%, resultado também devido ao seu posicionamento geográfico. Em janeiro de 2010, o país enfrentou um terremoto de 7,3 graus na Escala Richter. Segundo o Ministério do Interior e da Coletividade Territorial da República do Haiti, em 2010, mais de 230 mil pessoas perderam a vida e aproximadamente 313 mil casas foram destruídas. Dentre as infraestruturas afetadas, estavam mais de 1.300 instituições educacionais, 50 hospitais e centros de saúde, que, destruídos, tornaram-se inutilizáveis. Até mesmo o Palácio Presidencial e o Parlamento foram arrasados. Ao todo, 15% da população total do Haiti foi diretamente afetada. No plano econômico, o país perdeu mais de 7,9 bilhões de dólares, equivalente a 120% do PIB do ano anterior.

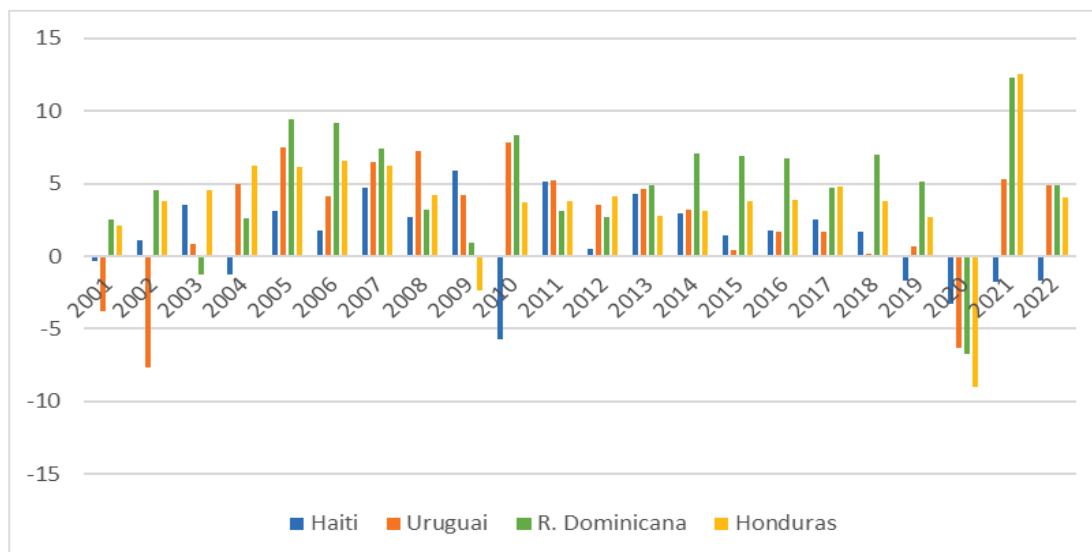
Por fim, em 2019, o PIB per capita decresceu de -3, em 2020 -4,6, e -3 em 2021 para -2,8 em 2022. O motivo foi a crise política e a violência, que causaram uma crise humanitária no Haiti. Milhares de pessoas foram deslocadas de suas casas e a violência generalizada afetou gravemente a segurança da população, a infraestrutura do país e dos três setores da economia (primário, secundário e terciário). As crises afetaram também o PIB e o crescimento da economia. O Gráfico 5 ilustra dados sobre o PIB e o crescimento da economia do Haiti em comparação aos países avaliados neste estudo, com exceção do Brasil, devido ao seu tamanho populacional.

Gráfico 5 – PIB do Haiti, Uruguai, República Dominicana e Honduras (2020-2022)



Fonte: *Data World Bank*

Gráfico 6 – Taxa de crescimento econômico do Haiti, Uruguai, República Dominicana e Honduras (2020-2022)



Fonte: *Data World Bank*

Os dados do PIB dos países avaliados são apresentados no Gráfico 5, sendo este um índice essencial para avaliar a saúde econômica de uma nação. A análise do PIB reflete o valor total de todos os bens e serviços produzidos na economia desses países ao longo de um ano. Em geral, um PIB crescente indica uma economia saudável e em expansão, enquanto um PIB em declínio pode sinalizar um período de recessão econômica. O Gráfico 6 representa os dados sobre o crescimento econômico dos países mencionados. O crescimento econômico tem um impacto significativo na vida das pessoas, no sucesso das empresas e no desenvolvimento de um país como um todo, influenciando diretamente o bem-estar da população. Conforme a economia cresce, as oportunidades de emprego tendem a aumentar, os salários podem se elevar e as condições de vida tendem a melhorar. Tais fatores estão diretamente associados com a estabilidade social e política, pois um maior número de pessoas empregadas e melhores condições de vida tendem a reduzir as tensões sociais e os protestos relacionados a questões econômicas.

Nos Gráficos 5 e 6, percebemos que durante os anos 2001, 2022, 2003 e 2004, o PIB do Haiti caiu e a taxa de crescimento decresceu. Esses anos foram marcados por grandes tensões políticas no país. Em 2010, a taxa de crescimento da economia haitiana caiu de -5,7% devido ao terremoto que aconteceu em janeiro de 2010. Um fator que merece atenção é que, em 2020, o PIB e a taxa de crescimento econômico de todos os países avaliados caíram. A base desse resultado é a crise sanitária causada pela pandemia

de COVID-19. Outro fator que deve ser enfatizado é que, no ano seguinte, a economia de todos os países analisados cresceu, exceto a do Haiti, que também é o único país do gráfico cuja taxa de crescimento econômico decresceu durante os quatro últimos anos, o que comprova a fragilidade da economia haitiana.

Em resumo, o PIB e o crescimento econômico do Haiti nos últimos anos não foram vantajosos, refletindo os desafios econômicos e sociais que o país enfrenta, como instabilidade política, baixo investimento estrangeiro, baixa produtividade agrícola, falta de infraestrutura básica, insegurança e a catástrofe natural. Esses fatores afetaram negativamente a economia, produzindo inflação e a degradação da moeda haitiana, e estimulando o subdesenvolvimento no país.

O economista brasileiro Celso Furtado, conhecido por seu trabalho sobre desenvolvimento econômico e planejamento econômico na América Latina, define a inflação como um aumento geral e contínuo dos preços de bens e serviços durante um período de tempo, o que reduz o poder de compra. Em outras palavras, quando a taxa de inflação é alta, a quantidade de dinheiro necessária para comprar os mesmos bens e serviços aumenta. A inflação é medida por um índice de preços ao consumidor, que acompanha as mudanças nos preços de bens e serviços comumente adquiridos pelos consumidores. Furtado considera que a inflação é um problema econômico importante pois pode afetar os mercados e os investimentos, aumentar os custos das empresas e reduzir o poder de compra dos consumidores.

No Haiti, a inflação tem sido alta nos últimos anos. Segundo o Banco da República do Haiti (BRH, 2023), a inflação anual em 2020 foi de cerca de 21%, em 2021 de 16% e em 2022, 27,56%. Essa alta inflação se deve a inúmeros fatores, incluindo a instabilidade política, a baixa produtividade agrícola, a desvalorização da moeda local (o *gourde*) frente às moedas estrangeiras, e o aumento dos preços dos produtos importados. A alta inflação causa consequências negativas à economia haitiana e à população em geral, pois reduz o poder de compra das famílias, o que leva a uma diminuição da demanda.

Segundo o BNC (2022), durante os dez últimos anos, a moeda haitiana experimentou um declínio acentuado de mais de 90% de seu valor em relação ao dólar americano. A degradação da moeda haitiana teve um impacto negativo na economia e na população em geral. Diversos fatores contribuíram para a deterioração do *gourde*, incluindo a instabilidade política, exportações insuficientes, má governança, baixo investimento estrangeiro, aumento dos preços dos produtos importados e agitação social

e política. Esses fatores prejudicaram o crescimento econômico e a estabilidade financeira do Haiti, o que contribuiu para a desvalorização da moeda (IHSI, 2023).

A desvalorização do *gourde* tem sido um problema constante. Entre 2013 e 2023, a moeda perdeu cerca de 50% de seu valor em relação ao dólar americano (Gráfico 7). Essa depreciação teve um impacto significativo sobre a população haitiana, principalmente pelo aumento do custo de vida e redução do poder de compra.

Gráfico 7 – Desvalorização da moeda haitiana (2013 - 2023)



Fonte: *Data World Bank*

A depreciação da moeda nacional do país é muito preocupante pois, além de reduzir o poder de compra da população, também acelera a pobreza no país. Entre janeiro de 2021 e agosto de 2022, o *gourde* perdeu mais de 45% de seu valor em relação ao dólar americano (BNC¹¹, 2022). Tal desvalorização ocorre num contexto em que as reservas cambiais, principalmente destinadas ao pagamento das faturas de combustível, tendem a se intensificar e a manter os preços dos alimentos em alta. A escassez de derivados de petróleo nos postos continua amplificando ainda mais a inflação no país, fazendo com que grande parte da população enfrente escassez de alimentação, que é uma necessidade básica.

A população do Haiti sofre níveis muito altos de insegurança alimentar e desnutrição. Segundo o relatório do IPC (2023¹²), quase metade da população haitiana

¹¹ *Banque Nationale Haitienne*. Banco Nacional Haitiana. <https://www.brh.ht/wp-content/uploads/Note-de-Politique-Monetaire-2e-trim-2022.pdf> <https://www.brh.ht/>

¹² A Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) é uma iniciativa inovadora de vários parceiros para melhorar a segurança alimentar, a análise nutricional e a tomada de decisões. Usando a classificação e a abordagem analítica do IPC, governos, agências da ONU, ONGs, sociedade civil e outros atores relevantes trabalham juntos para determinar a gravidade e a magnitude da insegurança alimentar

está vivendo na segurança alimentar. Mais precisamente, 4,9 milhões de pessoas passam fome. Destes, mais de 1,8 milhão estão em situação de emergência (Fase 4 do IPC), representando 18% da população, enquanto 3,08% estão na Fase 3 do IPC. Além disso, 49% da população haitiana precisa de ação urgente a respeito da segurança alimentar (IPC, 2023).

A forte inflação, alimentada pela depreciação da taxa de câmbio do gourde frente ao dólar e pelo aumento do custo do transporte, bem como o clima de segurança deletério, continuam a reduzir o poder de compra das famílias mais pobres que são obrigadas a recorrerem a estratégias de subsistência insustentáveis. O nível de vulnerabilidade estrutural do país também explica que muitas famílias são extremamente sensíveis a choques (riscos climáticos, aumentos de preços, perdas de colheitas, etc.) e são particularmente propensos à insegurança alimentar aguda. (IPC, 2023, p 2)

Com todos esses fatores como a redução do PIB, desvalorização da moeda nacional, aumento da inflação e a privacidade das necessidades básicas, podemos concluir que há um problema que deveria ser solucionado por meio das políticas públicas. Segundo Capella (2005), um problema é uma situação social percebida que destaca a atenção dos formuladores de políticas públicas, e passará a entrar na agenda do governo após uma seleção entre eles. No entanto, os problemas sistêmicos do Haiti, resultantes do colonialismo e da dominação externa, fazem com que os governos tenham dificuldades para implantar políticas públicas e governamentais adequadas. Os impactos econômicos e sociais do colonialismo desempenharam um papel importante na moldagem dessas dinâmicas e na criação de desafios econômicos duradouros.

aguda e crônica e situações de desnutrição aguda em um país, de acordo com critérios internacionais. padrões científicos reconhecidos. O principal objetivo do IPC é fornecer aos tomadores de decisão uma análise rigorosa, baseada em evidências e consenso de situações de insegurança alimentar e desnutrição aguda, para informar respostas de emergência, bem como políticas e programas de médio e longo prazo.

Fase 1 (mínimo): os agregados familiares são capazes de satisfazer as necessidades alimentares.

Fase 2 (estressado): As famílias têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas são incapazes de arcar com algumas despesas não alimentares essenciais sem se engajar em estratégias de enfrentamento do estresse.

Fase 3 (crises): Famílias tem lacunas no consumo de alimentos que se refletem em desnutrição aguda alta ou acima do normal.

Fase 4 (emergência): Famílias apresentam grandes lacunas no consumo alimentar que se traduzem em desnutrição aguda muito elevada e excesso de mortalidade

Fase 5 (fome): Os agregados familiares têm uma extrema falta de alimentos e/ou outras necessidades básicas, mesmo após o pleno emprego das estratégias de sobrevivência. Inanição, morte, miséria e níveis extremamente críticos de desnutrição aguda são evidentes. (Para a Classificação de Fome, a área precisa ter níveis críticos extremos de desnutrição aguda e mortalidade). https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Haiti_AcuteFoodInsec_ProjectionUpdate_Mar_June2023_Report_French.pdf

Celso Furtado (1970) desempenhou uma análise fundamental das questões de desenvolvimento econômico e social do Brasil e de outros países em desenvolvimento. O conceito de “atraso estrutural” é uma das ideias-chave em sua teoria do desenvolvimento. Segundo Furtado (1970), “atraso estrutural” refere-se à ideia de que os países em desenvolvimento enfrentam desafios complexos em suas economias, dificultando o progresso econômico e social. Essas estruturas incluem diversos fatores. No caso do Haiti, existem fatores que dificultam seu progresso econômico, a exemplo da dívida externa.

Ao longo da sua história, o Haiti enfrentou problemas significativos relacionados à dívida externa, no caso da herança colonial. O país se tornou independente da França em 1804, após uma revolução liderada por escravos, a qual resultou em sua independência. No entanto, a independência levou a um alto custo financeiro, pois, com muita pressão, o Haiti concordou em pagar uma elevada indenização à França em troca de reconhecimento diplomático. Essa indenização, conhecida como “dívida da independência”, foi um fardo pesado para o país e levou a um ciclo de dívida que durou décadas, pois o Haiti precisou fazer outras dívidas para pagar a França. Esses empréstimos eram concedidos sob condições desfavoráveis e a altas taxas de juros, o que fez com que o país estivesse sempre sob dominação econômica colonial, incluindo a dependência contínua de exportações de matérias-primas e produtos agrícolas, que frequentemente eram vendidos a preços baixos no mercado internacional.

No caso do Haiti, a falta de infraestrutura compõe o resultado da herança colonial e da dominação externa. O legado colonial criou economias frequentemente dependentes de um pequeno número de produtos ou setores, o que dificultava a diversificação econômica. Essa dependência econômica contínua dificulta a mobilização dos recursos necessários para desenvolver infraestruturas e a dominação externa no Haiti resultou no deslocamento de recursos financeiros e humanos para outros países ou interesses estrangeiros, em vez de investir no desenvolvimento de infraestruturas locais. Tal fato contribuiu para o subdesenvolvimento da infraestrutura no Haiti e afetou seu desenvolvimento econômico.

Na seção seguinte, analisaremos os diferentes setores da economia haitiana para compreender sua estrutura, composição e identificar seus pontos fortes e fracos.

4.1.1 Os setores da economia haitiana

De acordo com a classificação das contas nacionais do Instituto Haitiano de Estatística e Informática, o setor primário inclui agricultura, silvicultura, pecuária, pesca, mineração e indústrias extrativas. Ou seja, as indústrias primárias estão relacionadas à extração de recursos da terra e da agricultura. O setor primário haitiano está em declínio há anos, e sua contribuição para o PIB tem diminuído cada vez mais, de 1950 até 2020 ele decresceu de 23,46%. Isso se deve ao declínio contínuo da produção agrícola devido às fragilidades estruturais que a caracterizam. Além disso, sob o efeito da liberalização da economia, a agricultura não consegue resistir à concorrência dos produtos importados. Devemos, no entanto, lembrar que o país esteve sempre na encruzilhada do mau tempo que, em geral, causa enormes prejuízos. É um setor com tendência irregular, ora de alta, ora de baixa (IHSI, 2020).

O setor secundário inclui todas as atividades que consistem em uma transformação mais ou menos elaborada de matérias-primas (indústrias manufatureiras e de construção). No Haiti, o setor industrial é controlado por empresas subcontratadas – o maior percentual desse setor foi registrado entre 1994 e 1995, passando de 22,23% para 30,39%, um salto de 8,17%. As indústrias têxteis ou indústrias de montagem continuam sendo o setor mais importante na estrutura das exportações haitianas, com uma contribuição média de mais de 50% do total das exportações nos últimos dez anos. No entanto, sua participação caiu para cerca de 33% entre 2004 e 2009. É também um dos principais setores geradores de emprego (depois do funcionalismo público) na economia formal, com 25.000 empregos em média (IHSI, 2020).

A indústria têxtil haitiana beneficiou-se da Lei HOPE II, ratificada pelo Congresso dos Estados Unidos em junho de 2008, que concedeu maior flexibilidade do que a HOPE I (aprovada em 2007). Essa lei refere-se à isenção de cobrança de taxas alfandegárias das mercadorias produzidas pelas empresas do segmento têxtil instaladas no território haitiano – as maquilas – sendo a maioria dessas empresas estadunidenses. Dessa forma, a isenção de imposto e a grande oferta de força de trabalho barata, somadas à proximidade geográfica com os Estados Unidos, transformaram o Haiti em um território de grande importância econômica na região, o que não se traduz no desenvolvimento de sua economia.

Carlos Martínez (2017) considera que essa política econômica de subsídio para empresas multinacionais e transnacionais provoca o rápido enfraquecimento das economias nacionais dos países que promovem esse tipo de isenção. Consequentemente, debilitam os investimentos das empresas locais, gerando expulsão empresarial e laboral

na própria economia. Com isso, essa política provoca o aumento do índice de desemprego e mantém os salários a níveis baixos. Essas empresas contam com o apoio jurídico para garantir suas atividades exploradoras em países pobres, como no caso do Haiti.

As leis HOPE I e HOPE II fazem referência a um acordo firmado entre os Estados Unidos e o Haiti, em que o governo haitiano renunciou à cobrança de taxas alfandegárias das mercadorias produzidas pelas empresas do segmento têxtil instaladas no território haitiano – maquiladoras. Dessa maneira, os produtos, principalmente de vestuário, que são produzidos e exportados para os Estados Unidos deixam de ter o controle do Estado haitiano – o que também se refere aos produtos norte-americanos que entram no Haiti.

O Haiti se encontra, por consequência das Leis HOPE, completamente vulnerável economicamente quanto aos Estados Unidos, não interferindo nem mesmo nos preços das mercadorias comercializadas no próprio país. Nesse sentido, as Leis HOPE refletem as relações capitalistas de um país central para com um país periférico. Nelas, há regras estabelecidas por lei que permitem e protegem esse tipo de relação proveitosa.

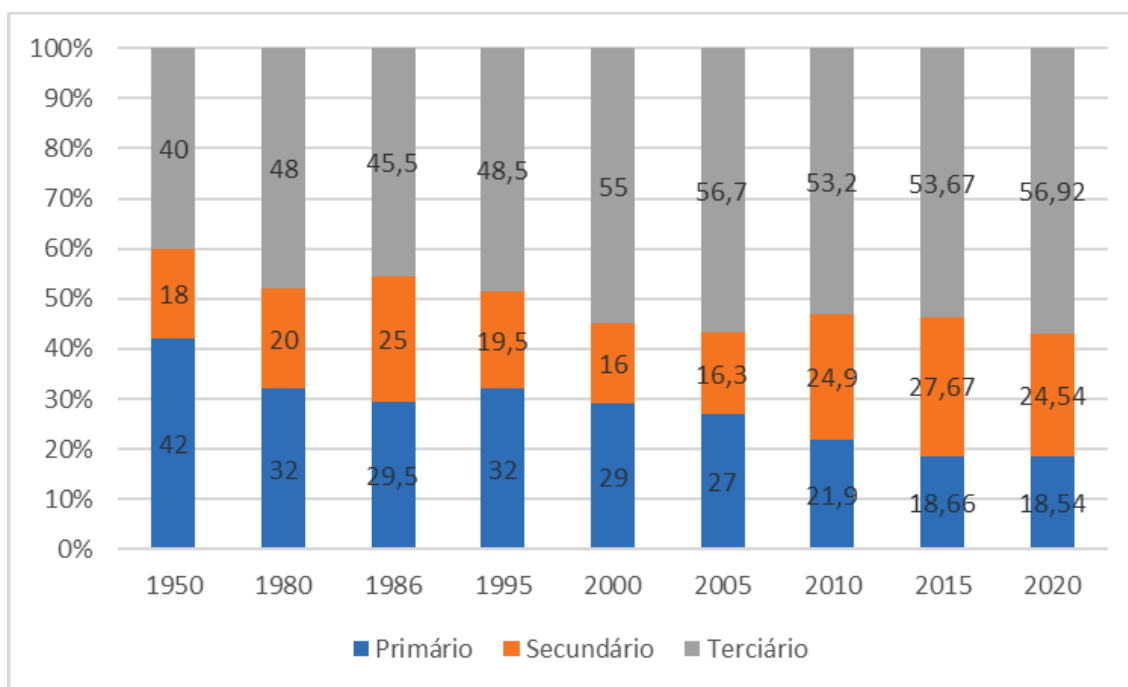
Além dessas vantagens, que incluem isenção de impostos, força de trabalho qualificada e de baixo valor, a instalação de empresas no território haitiano por meio das Leis HOPE mostra-se sedutora dada a sua proximidade geográfica com os Estados Unidos e os grandes mercados.

Seguy (2014) retrata o que tem ocorrido no Haiti dada essa condição:

O Haiti é a nova colônia dos Estados Unidos, com sua produção destinada somente àquele mercado e com forte presença norte-americana em solo haitiano através da figura do ex-presidente Bill Clinton. Somente parte da produção fica no Haiti, que não se constitui como mercado consumidor relevante. No projeto de criação de 42 zonas francas, as leis haitianas não têm validade, somente o salário mínimo local é válido, cujo valor é de US \$4 ao dia. Para as zonas francas, as terras dos camponeses haitianos são expropriadas, e eles se tornam mão de obra barata. A mais nova zona franca fica na região de Caracol. O projeto é de que se construa 42 zonas com a possibilidade de se empregar 75 mil trabalhadores até 2020. Não há, porém, nenhuma garantia de que esse número de pessoas será respeitado. (Seguy, 2014, *s.p.*).

O setor terciário é definido pela complementaridade com as atividades agropecuárias e industriais (setores primário e secundário). Consiste, essencialmente, em atividades comerciais (comércio, transportes, atividades financeiras, serviços prestados a empresas, serviços prestados a particulares, alojamento-restauração, imobiliário, informação-comunicação) e ao setor de serviços não mercantis (administração pública, educação, saúde humana, ação social) (Clark, 1947).

Segundo o IHSI (2020), é neste setor que se realizam mais transações econômicas, portanto, é aquele que sustenta a maior parcela da economia haitiana. Seu peso representa, em média, 57% das atividades econômicas do país. O Gráfico 8 mostra a contribuição de cada setor para o PIB na economia haitiana, demonstrando que a participação do setor terciário sempre foi superior em comparação aos outros dois, sendo também o único setor que contribuiu mais de 50% na economia haitiana durante os últimos anos.

Gráfico 8 – Contribuição dos setores na economia haitiana em %

Fonte: DSE/IHSI

Consideramos agregados como a participação dos três setores na composição do PIB do Haiti no longo período como indicadores suficientemente eficazes de dar uma ideia da transformação estrutural da economia do país. Da evolução desses indicadores, constatamos que, desde a década de 1950, os serviços vêm gradativamente assumindo um lugar mais importante do que outras atividades econômicas na produção nacional. O Haiti não conseguiu expandir seu setor secundário ou industrializar sua agricultura, mostrando um declínio preocupante na agricultura e no setor primário em geral. Já o setor terciário tem melhorado constantemente sua contribuição para o PIB, enquanto o setor industrial e manufatureiro está parado há décadas. Embora os dados não estejam continuamente disponíveis, as estatísticas acessíveis permitem constatar que o Haiti não escapou do processo global de terciarização das economias na primeira metade do século XX.

Assim, o comércio tem se tornado a principal atividade econômica e de geração de empregos do país. Atualmente, o Haiti registra um nível anêmico de exportações, enquanto 72% do consumo interno total é proveniente de importações (IHSI, 2011).

Os principais parceiros comerciais do Haiti são os Estados Unidos (84% do total exportado), República Dominicana (3,2%), Canadá (3%), México (2,1%) e China (1,1%). Os principais fornecedores são os Estados Unidos (20,7% das importações totais), China (18,8%), Antilhas Holandesas (15,7%) e Indonésia (8,5%) (IHSI, 2022). Embora o Haiti

não conceda tarifas preferenciais a nenhuma nação, o país está aberto ao comércio. Os direitos aduaneiros não são muito elevados (de 0% a 20%), com exceção do petróleo (90%), e a taxa média aplicada é de 6,6%. O país não tem muitas barreiras comerciais. No entanto, os direitos aduaneiros sobre os produtos acabados são mais elevados do que os das matérias-primas.

As importações de commodities agrícolas e produtos alimentícios ocupam um lugar crescente. O Haiti se tornou mais dependente dos Estados Unidos e de seu vizinho fronteiriço, a República Dominicana, para alimentar seu povo e seus vários tipos de comércio. O país importa cerca de US \$2 bilhões em bens e serviços do referido vizinho, e exporta apenas US \$50 milhões (MEF, 2011).

La valeur ajoutée de la branche Agriculture, Sylviculture, Élevage et Pêche qui est évaluée à environ 99,5 milliards de gourdes à prix constants a, une fois de plus, fléchi (-4,1%) par rapport à l'année antérieure où elle avait atteint 103,8 milliards de gourdes. Très vulnérable aux chocs naturels dont elle a été encore un peu la proie en 2021, l'Agriculture, à l'instar de beaucoup d'autres secteurs d'activité, a de nouveau subi les contrecoups de la situation générale délétère du pays. Ainsi, au regard de son apport au PIB, l'année 2021 est considérée comme étant la pire pour le secteur agricole au cours de la dernière décennie. (IHIS, 2021, p. 9).

Segundo o IHSI (2020), o setor terciário haitiano está evoluindo de forma semiformal em áreas urbanas com serviços muito diversificados, tais como: *catering* ao estilo haitiano, cybercafés (telecomunicações e informática), farmácias, consultórios médicos, laboratórios, multisserviços (reparação de telefones, fotocópias, impressão, entre outros) e microempreendedores rurais (mercearias, retalhistas de produtos não agrícolas, entre outros). O comércio informal é um fenômeno que afeta todo o país, ao contrário do que se observa em alguns países desenvolvidos e emergentes, onde o setor terciário é dominado por serviços empresariais dos tipos: escritório de projetos, consultoria e empresas de engenharia com predominância de tecnologia.

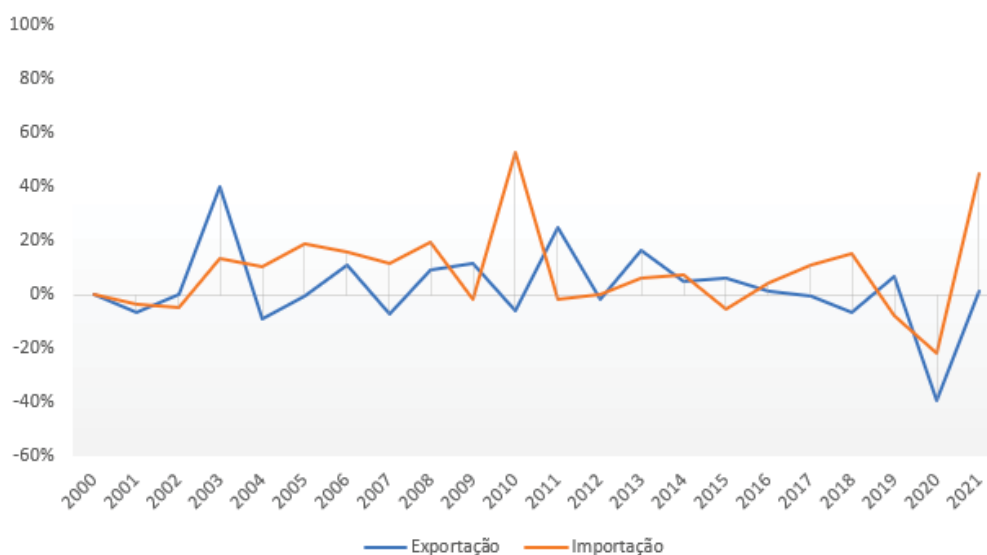
No Haiti, são serviços dominados pelo comércio atacadista e varejista que nem sempre exigem um alto nível de qualificação acadêmica, muito menos alta tecnologia. Portanto, o setor terciário contribui muito pouco em termos de qualidade para o aumento do valor agregado nacional (IHSI, 2020). A terceirização da economia haitiana é incapaz de gerar economias de escala. Além disso, concentra-se em atividades comerciais que, por sua vez, financiam o déficit da balança comercial do país através da importação maciça de produtos estrangeiros (Clérismé, 2003). Um exemplo impressionante é o das roupas já usadas (*pèpè*). O desenvolvimento desse tipo de comércio está em contradição

com a evolução do comércio têxtil haitiano. O mesmo exemplo se repete na agricultura, pois o país está se tornando cada vez mais dependente do exterior para produtos alimentícios.

É importante notar, ao mesmo tempo, que o comerciante haitiano não é realmente um empreendedor no sentido de que cria ou adota inovação tecnológica (sentido Schumpeteriano do termo). No caso do comerciante haitiano, sua escolha é semelhante a uma solução fácil ou de acomodação; ele não produz, opta por importar produtos prontos para uso e obtém seu lucro. Se essa estratégia é lucrativa do ponto de vista microeconômico, está longe de ser no plano macroeconômico. Isto nos permite compreender que o elevado peso do setor terciário na economia não é, portanto, condição suficiente para a criação de riqueza e desenvolvimento do país e não permite que os agentes econômicos saiam da pobreza (Clérismé, 2003).

O Gráfico 9 representa as variações das exportações de bens e serviços do Haiti, que incluem todos os bens e serviços destinados ao exterior desde o ano de 2000 até 2021, bem como as variações das importações.

Gráfico 9 – Exportações e importações no Haiti (2000 – 2021)



Fonte: *Data World Bank* (2021).

A balança comercial mede a diferença entre as exportações e importações de bens e serviços, expressas em porcentagem do PIB. Um saldo positivo indica que as exportações superaram as importações em valor (superávit comercial). Um saldo negativo

indica que as importações superaram as exportações em valor (déficit comercial). As estatísticas relacionam esse saldo com o tamanho da atividade econômica (PIB). O Gráfico 9 revela que o Haiti tem enfrentado um déficit comercial, o que significa que suas importações superam suas exportações. Isso ocorre principalmente porque o país tem uma capacidade limitada de produção de bens e serviços de maior valor agregado, o que leva à dependência de importações para atender às necessidades básicas e industriais. O Haiti é altamente dependente de importações, fato este que aumenta a vulnerabilidade do país a flutuações nos preços internacionais e pode impactar negativamente suas reservas de divisas estrangeiras.

De acordo com a OMC:

O Haiti está estruturalmente perdendo um saldo comercial deficitário. Por causa do declínio do setor agrícola haitiano e da explosão populacional, os “produtos alimentícios” ocupam um lugar de destaque na estrutura das importações haitianas. A taxa de cobertura das importações pelas exportações é relativamente baixa. Por exemplo, as exportações de bens do Haiti estão estimadas em US \$ 917 milhões em 2014, enquanto as importações estão avaliadas em US \$ 3,4 bilhões no mesmo ano, uma taxa de cobertura de 27,03%. O resto das despesas de importação é assim preenchido por transferências correntes, que representam quase 25% do PIB. (OMC, 2015, p. 4).

O balanço de pagamentos é uma ferramenta essencial para elucidar as relações econômicas de um país com o restante do mundo, identificar desafios e oportunidades, e tomar decisões informadas em políticas econômicas e comerciais. Essa informação é fundamental para promover o desenvolvimento econômico sustentável e a estabilidade financeira de um país. Esta seção é crucial para entender a posição econômica do Haiti no cenário internacional e sua saúde econômica, pois proporciona uma visão abrangente das transações econômicas e financeiras do país com o restante do mundo.

Com base nos dados do Gráfico 9, a economia haitiana foi caracterizada por uma série de vulnerabilidades estruturais que causaram graves choques e dificuldades econômicas ou crescimento sustentado. A burguesia haitiana, composta por empresários de indústrias transnacionais e nacionais, proprietários de terras, comerciantes e outros membros da elite econômica que possuem recursos significativos e forte influência política, desempenha um papel importante no resultado da economia do país. É uma burguesia que não contribui com a produção local e que também não tem o desejo de participar da transformação da economia haitiana.

Fanny e Ndongo (2019), em sua obra sobre a *história do franco CFA*, relatam sobre outro tipo de escravidão nos países africanos imposta pela França por meio da sua moeda *franc CFA*. Tal escravidão fazia com que as antigas colônias nos países do continente africano estivessem sempre sob controle de seu antigo colonizador, a França. No Haiti, o modo de funcionamento da burguesia no país é a modernização do sistema escravista que implantou no país no quarto século passado, cuja finalidade era o enriquecimento dos países colonizadores, especialmente a França, em detrimento do país colonizado. Por isso, eles exploram a mão de obra dos escravos africanos, resultando no desenvolvimento da França e no fortalecimento dos bancos franceses.

A modernização do sistema escravista no Haiti é representada pelos proprietários de escravos, que são equiparados à burguesia local, detendo o controle das terras, dos meios de produção e do poder político. Suas economias estão depositadas em bancos europeus e estadunidenses, perpetuando a dependência do Haiti em relação à comunidade internacional e acumulando riqueza à custa da maioria da população, que vive em condições de pobreza. Frequentemente, isso se deve à exploração de recursos naturais, à posse de terras e ao domínio de setores econômicos-chave, enquanto a maioria dos haitianos enfrenta dificuldades econômicas. Trata-se, portanto, de uma burguesia que obtém lucro no Haiti sem contribuir substancialmente para o desenvolvimento do país.

5 CONCLUSÃO

A vitória dos escravos de São Domingos sobre o exército de Napoleão pode ser vista como consequência da ignorância, do desprezo ou simplesmente da recusa dos brancos em admitir que os negros também eram seres humanos dotados de inteligência, dignidade e caráter sagrado e inalienável. Quando entenderam a estratégia dos escravos, infelizmente já era tarde para deter a vingança e a liberdade. A Revolução de São Domingos deu origem ao Haiti como a primeira república negra do mundo e o segundo estado livre do continente americano. Se considerarmos os Estados Unidos como um todo, podemos afirmar que o Haiti é a primeira nação livre do continente.

Após 213 anos, o Haiti tornou-se um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre da América Latina. Para evidenciar a pobreza do Haiti, precisamos compreender a história do país, porque a relação entre a história e a pobreza no país é profunda, sendo resultado de uma série de fatores históricos, políticos, sociais e econômicos que têm influenciado no seu desenvolvimento ao longo do tempo. Por isso, dividimos os efeitos históricos em dois ciclos. O primeiro começou em 1804, após a independência do Haiti até o final da ocupação dos Estados Unidos no país, mais precisamente em 1834.

O primeiro ciclo foi marcado por três períodos, cada um desempenhando papel significativo no estado atual do Haiti. Esses períodos impulsionaram o subdesenvolvimento do país, pois moldaram as decisões que orientaram seu futuro. Os três fatores são o bloqueio econômico do Haiti após a sua independência, a indenização do Haiti pela França e a ocupação americana no Haiti. Como esses fatores orientam o futuro do país?

O bloqueio econômico pós-independência do Haiti teve efeitos prejudiciais à economia. O país acabou de sair de uma guerra devastadora para conquistar sua independência, os países ocidentais impuseram um embargo contra o Haiti e que tinha consequências negativas e muito significativas ao seu futuro, incluindo a indenização.

Além do bloqueio econômico, a França exigiu que o Haiti pagasse uma indenização para compensar as perdas sofridas com a abolição da escravidão e a perda de suas colônias. Estipulada em 150 milhões de francos de ouro, a indenização era uma quantia exorbitante para o país recém-independente e devastou ainda mais sua economia. Para fazer frente aos pagamentos, o Haiti foi forçado a tomar empréstimos a juros altos, aumentando significativamente sua dívida externa. No nosso entendimento, consideramos essa dívida como um dos maiores crimes financeiros do mundo durante o

século XIX, que terminou de pagar após a Segunda Guerra Mundial. A dívida da independência tornou-se um fardo pesado para a economia haitiana e teve um impacto duradouro na capacidade do país de investir em seu desenvolvimento econômico e social.

O bloqueio econômico e a indenização resultaram em sérias consequências para o Haiti. O país foi isolado do cenário internacional, enfrentou restrições severas ao comércio e viu sua economia enfraquecer. A falta de recursos financeiros e o endividamento significativo dificultaram a implementação de políticas para combater os desafios que o país enfrentava e impediram a melhoria das condições de vida da população.

Outro fator é que a ocupação americana no Haiti, que ocorreu de 1915 a 1934, teve impactos significativos na economia, política e sociedade. Esses efeitos desempenharam um papel importante na orientação do Haiti, já que, durante a ocupação, empresas americanas adquiriram controle sobre recursos naturais e setores-chave da economia haitiana. Tal exploração econômica resultou na dependência do Haiti em relação aos interesses estrangeiros, limitando o controle e o desenvolvimento de seus próprios recursos. A exploração dos recursos naturais do Haiti para benefício de empresas estrangeiras enfraqueceu a economia local e limitou sua capacidade de gerar renda e empregos para a população. A ocupação americana também provocou a desestabilização política do país. A administração americana impôs políticas e governos que, frequentemente, eram impopulares entre a população haitiana. A interferência estrangeira na política interna do Haiti levou a conflitos políticos internos e levantou questões sobre sua soberania. Essa instabilidade política enfraqueceu as instituições do país e tornou difícil a implementação de políticas consistentes para combater a pobreza.

O segundo ciclo começou na época da ditadura no Haiti, em 1957, e perdura até hoje. Este é o resultado do primeiro ciclo e apresenta dois fatores: a ditadura no Haiti, que ocorreu entre 1957 e 1986, e o período de ajuste estrutural no Haiti pelo FMI na década de 1980.

A ditadura no Haiti começou com François Duvalier em 1957 e seguiu com seu filho Jean Claude Duvalier em 1971. Ao longo do período da dinastia dos Duvalier, o Haiti enfrentou altos índices de desigualdade e violência, e a riqueza do país era concentrada nas mãos de uma elite privilegiada próxima ao regime. Enquanto isso, a população enfrentava condições precárias e falta de acesso a serviços básicos. Esse período histórico teve um impacto duradouro na sociedade haitiana, e muitos dos

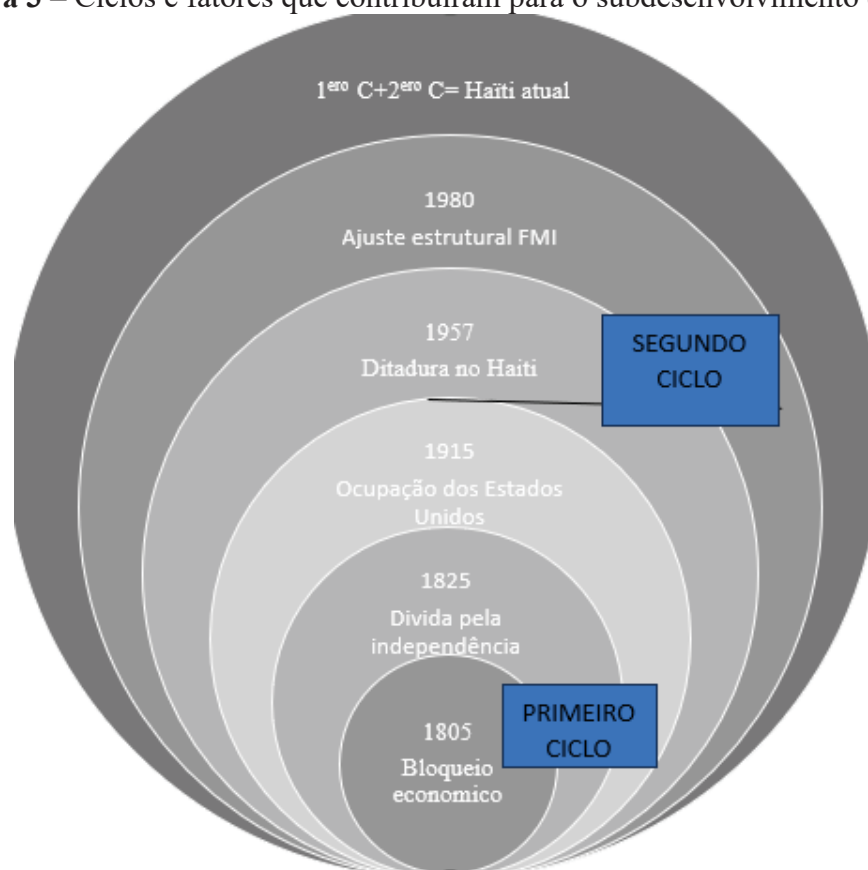
problemas políticos, econômicos e sociais enfrentados pelo Haiti hoje têm raízes nos eventos desse período autoritário e repressivo.

A ditadura no Haiti teve efeitos prejudiciais na sua economia, sociedade e desenvolvimento, contribuindo para a persistência da pobreza e da desigualdade. A superação desses desafios requer esforços contínuos para promover a estabilidade política, combater a corrupção e investir em programas de desenvolvimento social e econômico inclusivos. O estabelecimento de instituições democráticas, a garantia dos direitos humanos e a participação da sociedade civil são fundamentais para que alcance um futuro mais próspero e equitativo.

Por fim, destaca-se o ajuste estrutural pelo FMI na década de 1980, que é um conjunto de políticas econômicas frequentemente recomendadas por este fundo e por outras instituições financeiras internacionais como parte dos programas de assistência econômica a países em desenvolvimento ou em crise econômica. No caso do Haiti, essas políticas incluem medidas como a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais, a redução dos gastos públicos e reformas fiscais, entre outras.

As políticas de ajuste estrutural participam do aprofundamento da desigualdade, pois resultam em cortes de gastos públicos, incluindo em áreas como educação e saúde, o que pode aprofundar a desigualdade no acesso a serviços essenciais e também na deterioração das condições de vida, pois estimulam a redução nos subsídios a produtos básicos, como combustíveis e alimentos, podem aumentar os preços e afetar negativamente o padrão de vida da população mais pobre. O ajuste estrutural mantém o Haiti em uma posição de dependência econômica das nações industrializadas e das instituições financeiras internacionais. Por isso, consideramos este um fator pertinente e que contribuiu no subdesenvolvimento do Haiti. A Figura 1 demonstra os ciclos e os fatores que contribuem para impulsionar o subdesenvolvimento no Haiti.

Figura 3 – Ciclos e fatores que contribuíram para o subdesenvolvimento do Haiti



Fonte: O autor (2023).

A Figura 1 resume os dois ciclos e os fatores que contribuíram para impulsionar o subdesenvolvimento no Haiti. O segundo fator do primeiro ciclo e o segundo fator do segundo ciclo têm um ponto em comum com diversos países da América Latina e do continente africano, os quais também pagaram dívida em decorrência de sua independência. Além disso, muitos países da América Latina também tinham o ajuste estrutural do FMI, mas o impacto em cada um foi diferente devido a outros acontecimentos históricos. O caso do Haiti é especial pois envolve o sistema escravista e a destruição desse sistema, que era o motor da economia mundial. Porém, tudo isso teve um preço a ser pago e, por isso, o impacto desses fatores foi muito mais significativo no subdesenvolvimento do Haiti que em outros países da América Latina e da África.

Em resumo, os três fatores no primeiro ciclo, que são o bloqueio econômico, a dívida externa e a ocupação americana, e os dois fatores do segundo ciclo, que são a ditadura no Haiti e o ajuste estrutural do FMI, são eventos históricos que tiveram efeitos duradouros na economia e na sociedade haitiana, contribuindo para a pobreza e a instabilidade no país, pois orientam as decisões tomadas até os dias de hoje, onde a

instabilidade governamental criam um ambiente político volátil e facilitar as intervenções externa no país. De 1994 até 2023 o país conheceu quatro intervenções estrangeira.

Em 1994 a *Operação Restore Democracy* era uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos interveio no Haiti segundo essa missão com objetivo de a paz e a democracia depois após o golpe militar que depôs o presidente democraticamente eleito Jean-Bertrand Aristide em 1991. A *MINUSTAH* foi estabelecida em 2004 após a renúncia de Jean-Bertrand Aristide durante uma crise política. Essa missão de paz da ONU segundo ela tinha como objetivo estabilizar o país, fortalecer as instituições democráticas e promover o desenvolvimento. A *MINUSTAH* foi encerrada em 2017, substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (*MINUJUSTH*), que, por sua vez, encerrou suas atividades em 2019. E em 2020 a *BINUH* sucedeu a *MINUJUSTH* e tem como objetivo apoiar as instituições haitianas e a sociedade civil em seus esforços para consolidar o Estado de Direito, promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer as capacidades do governo haitiano. Importante para mencionar dentro desses períodos as questões sociais políticas e econômicas no país deterioraram com o aumento dos grupos amados e as dificuldades de acessar com as necessidades básicas fazem que a população haitiana está cada vez mais vulnerável

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Porque as nações fracassam**: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALVAREZ, R. M. **La evolución económica de Haití a través del comercio, 1915 – 1959**. Tese (Doutorado em História Social e Política Comparada) – Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia Moderna y Contemporánea, Universidad Autónoma de Barcelona. 2016.

FERREIRA, A. C. **Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial**. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 1 janeiro/Abril 2014

BANCO MUNDIAL. **Dados e Estatísticas**. 2018. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Dados Haiti**. Banco Mundial, 2021. Disponível em: https://databank.worldbank.org/views/reports/reportwidget.aspx?Report_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=HTI. Acesso em: 19 set. 2022.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and instability in American politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

BANQUE NATIONALE DE CRÉDIT – BNC. États financiers 30 septembre 2022 https://www.bnconline.com/bnc/wp-content/uploads/2023/10/A_tats-financiers-2022-final-6-octobre-2023.pdf

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D’HAÏTI Variation de l’indice des prix à la consommation par groupe de dépenses Février 2023 <https://www.brh.ht/variation-de-l-indice-des-prix-a-la-consommation-par-groupe-de-depenses-fevrier-2023/>

BELLEGARDE-SMITH, P. **Haiti, the breached citadel**. San Francisco e London: Westview Press, 1990.

BLANCPAIN, F. **La colonie française de Saint-Domingue**: de l’esclavage à l’indépendance. Paris: Ed. Karthala, 2004.

BRIÈRE, P. **Histoire politique et statistique de l’île d’Hayti, Saint-Domingue**. Paris: Nabu Press, 2006.

BUCK-MORSS, S. **Hegel, Haiti, and universal history**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

CADET, W. **Haïti, le naufrage de l’État**: Quelle sortie? Panafrika, Silex/Nouvelles du Sud, 2008.

CAJOU, P. P. **O processo de democratização do Haiti e suas limitações**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CAPELLA, A. C. N. A construção da agenda governamental: estratégias e mecanismos de bloqueio. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 675-691, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302016000400675&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2022.

CAPELLA, A. C. N. **Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas**. GT Políticas Públicas do XXIX - Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: Minas Gerais. 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3789-acapellaformacao/file>. Acesso em: 20 set. 2022.

CASIMIR, J. **Haiti e suas elites: o interminável diálogo dos surdos**. Haiti: Edições da Universidade do Haiti, 2009.

CASTOR, S. **La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias, 1915-1934**. San Domingo: Ed. Fundación Juan Bosch, 2016.

CASTRO, J. de. **Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição**. Colóquio sobre o Meio, Estocolmo, 1972. *In*: Fome: um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Segundo informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago: Chile, 2018.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **2007 Haiti – Evolution économique de l'année 2006 et les perspectives pour 2007**. Santiago: Chile, 2007.

DANNER, M. To heal Haiti, look to history, not nature. **New York Times**, v. 21, 2010. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/01/22/opinion/22danner.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DUBOIS, L. Thinking Haiti's Nineteenth century. **Small Axe**, v. 18, n. 2 44, p. 72-79, 2004.

DUBOIS, L.; GAFFIELD, J.; ACACIA, M. (Eds.). **Constitutional documents of Haiti 1790–1860**. Boston: Walter de Gruyter, 2013.

DUSSEL, E. **Filosofía de la liberación**, Bogotá, Universidad Santo Tomás, 1980, p. 108.

FANNY, P.; NDONGO, S. S. **L'arme invisible de la Françafrique: une histoire du franc CFA**. Paris: La Découverte, 2018.

FANON, F. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Limite, 1952.

FERRO, M. **Colonization: A global history**. Londres: Routledge, 2005.

FIÈVRE, Y. A. **Chocs externes et ajustement dans une petite économie ouverte: le cas d’Haïti (1960-1990)**. Universidade de Montréal: Département des Arts et Sciences, 1994.

FRENKEL, R.; FANELLI, J. M.; ROZENWURCEL, G. **Growth and structural reform in Latin America**. Buenos Aires: CEDES, 1990.

FURTADO, C. **Economic development of Latin America: historical background and contemporary problems**. Tradução: Suzette Macedo. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1970.

GAILLARD-POURCHET, G. **L’expérience haïtienne de la dette extérieure ou une production caféière pillée (1875-1915)**. Port-au-Prince, imprimerie Henri Deschamps, 2019 (1991). Version enrichie du mémoire de maîtrise, Université Grenoble, 1986.

GAMIO, L.; MÉHEUT, C.; PORTER, C.; GEBREKIDAN, R.; MCCANN, A.; APUZZO, M. Haiti’s lost billions. **New York Times**, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/05/20/world/americas/enslaved-haiti-debt-timeline.html>. Acesso em: 20 set. 2022.

GARRAN, J. P. **Rapport sur Julien Raimond: Fait au nom de la commission des colonies et des comités de salut public, de législation et de la marine réunis, le 24 Floréal de l’an 3 de la république**. (Classic Reprint). Paris: Wentworth Press, 2018.

GEGGUS, D. P. **Haitian revolutionary studies: Blacks in the Diaspora**. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

GROVOGUI, S. N. **Mind, body, and gut! Elements of a postcolonial human rights discourse**. In: JONES, B. G. (ed). *Decolonizing international relations*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2006. p. 179-196.

HECTOR, M.; CASIMIR, J. **O longo século XIX haitiano: itinerários CREHSO**. Bicentenary Special Edition, 2004.

HECTOR, M. **Essai sur l’évolution de la formation sociale d’Haïti depuis l’indépendance**. Port-au-Prince, Haïti: 1973.

HECTOR, M.; HURBON, L. **Genèse de l’Etat haïtien (1804-1859)**. Paris: Open Edition Books, 2009.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

HURBON, L. **A Revolução Haitiana: um avanço pós-colonial**. **Rue Descartes**, v. 58, n. 4, p. 56-66. 2007. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2007-4-page-56.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.

HURBON, L. O Haiti não está a salvo. **Revista Veja**, 21 de setembro de 2017. Disponível em: <https://complemento.veja.abril.com.br/pagina-aberta/o-haiti-nao-esta-a-salvo.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

IHSI. Institut Haitien de Statistique et d'informatique. **Les comptes économiques en 2010**. Publication annuelle de l'IHSI, 2011.

IHSI. Institut Haitien de Statistique et d'informatique. **Les comptes économiques en 2011**. Publication annuelle de l'IHSI, 2012.

IHSI. Institut Haitien de Statistique et d'informatique. **Les comptes économiques en 2019**. Publication annuelle de l'IHSI, 2020.

IHSI. Institut Haitien de Statistique et d'informatique. **Les comptes économiques en 2020**. Publication annuelle de l'IHSI, 2021.

IHSI. Institut Haitien de Statistique et d'informatique. **Les comptes économiques en 2020**. Publication annuelle de l'IHSI, 2023.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. Perdizes: Boitempo, 2000.

Doubout, J. J. **Haïti féodalisme ou capitalisme?** Essai sur l'évolution de la formation sociale d'Haïti depuis l'indépendance. Paris, 1973

KINGDON, J. K. **Agendas, alternatives, and public policies**. Harlow: Pearson, 2014.

MADIOU, T. **Histoire d'Haïti**: de 1843 à 1846. The text of the general's proclamation mentions Jean-Jacques Dessalines, the governor general of Haiti for life. 3. ed. Port-au-Prince: Courtois, 1988. p. 151.

MADIOU, T. **Histoire d'Haïti**: de 1827 à 1843. Tome VII. Edition Henri Deschamps Port-au-Prince 1988

MANIGAT, L. F. **L'Amérique Latine au XXe. siècle: 1889-1929**. Mexico: Éditions du Seuil, 1991.

MANIGAT, L. **Haiti**: da hegemonia francesa ao imperialismo americano. Livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: 2018.

MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity**: Global futures, decolonial option. Durham: Duke University Press, 2011

Mignolo, W., « **Géopolitique de la connaissance, Colonialité du pouvoir et différence colonial** », in *Multitudes*, n° 6, septembre 2001, disponible sur Internet à

l'adresse suivante : <http://multitudes.samizdat.net/Geopolitique-de-la-connaissance.html> (consulté le 4 novembre 2010)

MOCOMBE, P. C. **Why Haiti is maligned in the Western World: The contemporary significance of Bois Caiman and the Haitian Revolution.** 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4049785.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

NAU, E. **Histoire des caciques d'Haïti.** Londres: Forgotten Books, 2018.

OECD. Haiti – Exportação, Importação e Parceiros Comerciais. **The observatory of economic complexity**, 2018. Disponível em: <https://oec.world/em/profile/country/hti>. Acesso em: 19 ago. 2022.

OMC. Organisation Mondiale du Commerce. **Examen des politiques commerciales.** WT/TPR/S/327 Haïti. 27 de outubro de 2015.

PIERRE-CHARLES, G. **O peso dos fatores geopolíticos e econômicos na política estadunidense para o Caribe.** Notas e hipóteses de interpretação. *In*: MARTÍNEZ, C. *et al.* O Caribe espaço estratégico na América Latina. Florianópolis: Ed. Insulas, 2017.

PIERRE-CHARLES, G. **A sagração da liberdade: heróis e mártires da América Latina.** Toussain L'Ouverture. Rio de Janeiro, Ed. Revan: 1994.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** *In*: QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUIJANO, A.. 2007. « **Race** » et colonialité du pouvoir ». *Mouvements* 3 (51): 111-118.

SAINT MERY, M. de. **Description de l'isle Saint-Domingue.** 1 ed. Paris: Hachette Livre BNF, 1796.

SCHNAKENBOURG, C. **Statistiques économiques haïtiennes à l'époque coloniale (1681-1789).** *In*: SCHNAKENBOURG, C. Outre-mers, *Revue d'histoire*. 2011. pp. 145-155.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos.** São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** Campinas: Unicamp, 2014.

SEGUY, F. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano.**

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SEN, A. **Development as capability expansion**. *In*: FUKUDA-PARR, S.; *et al.* Readings in human development. New Delhi and New York: Oxford University Press, 2003.

SOUKAR, M. **La dernière nuit de Senatus Leconte**. Haïti: Mémoire d'encier Port-au-Prince, 2013.

SOUKAR, M. **La prison des jours**. Haïti: Mémoire d'encerie Port-au-Prince, 2008.

SUBIRATS, J.; PARÉS, M. Y; BLANCO, I. **Calidad democrática y redes de gobernanza**: evaluar la participación desde el análisis de políticas públicas. *In*: PARÉS, M. (org.). Participación y calidad democrática. Evaluando las nuevas formas de democracia participativa. Barcelona: Ariel, 2016. p. 367-398.

TARRADE, J. **Le commerce colonial de la France à la fin de l'Ancien Régime**: L'évolution du régime de l'Exclusif de 1763 à 1789. *In*: Revue française d'histoire d'outre-mer. Paris: Université de Portiers, 1973. p. 703-704.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o Passado**: Poder e a produção da História. Curitiba: Huya, 2016. 263 p.